

BIBLIOTECA CARIOCA

O RIO DE JANEIRO  
DA PACIFICAÇÃO

**Paulo Knauss de Mendonça**

Em *O RIO DE JANEIRO DA PACIFICAÇÃO*, Paulo Knauss de Mendonça focaliza – numa revisão historiográfica coerente e crítica – o intento colonial de Villegagnon na baía de Guanabara, em meados do século XVI. Promovendo a análise das relações pessoais e sociais desenvolvidas por navegantes e intérpretes franceses com índios do litoral do Rio de Janeiro, enfoca, ainda, outros eventos e conseqüências do processo de expansão colonial no Brasil quinhentista.

Num conjunto de seis capítulos, o autor aborda o episódio da *França Antártica* e a afirmação do domínio colonial lusitano na América. Mostra como a tentativa de ocupação francesa vai gerar a reação militar dos portugueses que resultará na fundação da atual cidade do Rio de Janeiro; apresenta um enquadramento do cenário histórico em torno da expansão marítima e comercial e dos personagens envolvidos, especialmente portugueses, franceses e índios tupinambás; busca evidenciar os processos guerreiros empreendidos pela ação estatal, legitimados pela construção de ideais pacificadores. A obra finaliza com a história de João de Bolés, o francês que, apesar de ter-se passado para o lado dos portugueses, foi envolvido pela Inquisição, ilustrando o processo de instauração da sociedade colonial na América portuguesa.

# O RIO DE JANEIRO DA PACIFICAÇÃO

Franceses e portugueses na disputa colonial

**Paulo Knauss de Mendonça**



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes  
Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural  
Divisão de Editoração

Coleção *BIBLIOTECA CARIOCA*  
Volume 18

Organizador  
Afonso Carlos Marques dos Santos

Copyright © 1991 Paulo Knauss de Mendonça

Direitos desta edição cedidos ao  
Departamento Geral de  
Documentação e Informação  
Cultural da Secretaria Municipal de  
Cultura, Turismo e Esportes.  
Proibida a reprodução, total ou  
parcial, e por qualquer meio, sem  
expressa autorização.  
Impresso no Brasil – *Printed in  
Brazil*  
ISBN 85-85096-22-5

Ficha catalográfica elaborada pela  
Divisão de Documentação e Biblioteca do CT/DGDI

---

- M539 Mendonça, Paulo Knauss de, 1965 –  
O Rio de Janeiro da Pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial. – Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1991.  
136 p.: il. – (Biblioteca Carioca; v.18)  
1. Rio de Janeiro (cidade) – História – Séc. XVI. 2. Brasil – História – Colônia, 1500-1762. 3. Brasil – História – Franceses no Rio de Janeiro, 1555-1567. I. Título. II. Série.

CDD 981.54  
CDU 981.531

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Marcello Alencar

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E ESPORTES  
Carlos Eduardo Novaes

DEPARTAMENTO GERAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO CULTURAL  
Helena Corrêa Machado

DIVISÃO DE EDITORAÇÃO  
Paulo Roberto de Araujo Santos

#### CONSELHO EDITORIAL

*Presidente*

Afonso Carlos Marques dos Santos

*Membros*

Helena Corrêa Machado

Paulo Roberto de Araujo Santos

Sandra Horta Marques da Costa

Samira Nahid Mesquita

Mauricio de Almeida Abreu

Maria Augusta F. Machado da Silva

Evelyn Furquim Werneck Lima

Anna Maria de Andrade Rodrigues

Eliana Rezende Furtado de Mendonça

Edição e revisão de texto – Divisão de Editoração do CT/DGDI:  
Ana Lucia Machado de Oliveira, Célia Almeida Cotrim, Diva Maria Dias Graciosa

Capa e projeto gráfico da coleção:  
Ivone Barros  
Diagramação e arte-final da capa:  
Vera Camisão  
Da Assessoria de Comunicação Social/SMCT

Reprodução fotográfica:  
Marco Belandi  
Do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

1991

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes  
Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural  
Rua Afonso Cavalcanti, 455/sala 201.  
Cidade Nova – Rio de Janeiro CEP 20211 Tel.: 273-9390

## SUMÁRIO

NOTA DO EDITOR, 6

PREFÁCIO, 7

NOTA DO AUTOR, 9

O RIO DE JANEIRO DA PACIFICAÇÃO, 11

1. A ATITUDE DE PERSEU, 13

2. DAS TORMENTAS DO MAR ÀS GUERRAS E ENGANOS  
DA TERRA, 19

3. O COMBATE PELO FATO, 36

4. O MONUMENTO DO COLONIALISMO, 60

5. A METÁFORA DA PACIFICAÇÃO, 91

6. A HISTÓRIA DE JOÃO DE BOLÉS OU DE UMA TEMPO-  
RADA NO INFERNO, 114

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 122

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, 131

APÊNDICE – Carta de Villegagnon ao duque de Guise, 132

## NOTA DO EDITOR

Todos os nomes próprios citados ao longo desta obra sofreram o mesmo processo de atualização gráfica a que estão sujeitos os nomes comuns, conforme as normas estabelecidas oficialmente pelo Formulário Ortográfico que contém as Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (item XI, 39).

## PREFÁCIO

Entre o fim do século XVI e os primeiros anos do seguinte, os holandeses já faziam intentos de estabelecimento na Amazônia, e os franceses freqüentavam livremente a costa brasileira, especialmente entre o Rio Grande do Norte e o Maranhão. Em 1603 uma expedição portuguesa, liderada por Pero Coelho de Sousa, saiu da Paraíba em direção ao Ceará e ao Maranhão, da qual participou Diogo de Campos Moreno, sargento-mor do Brasil e cronista da expedição. Na "Jornada do Maranhão", desse cronista, é registrada a participação decisiva de um guia e "grande piloto da costa francês, chamado Otuimiri, sem o qual não fizera nada".

Desde 1503, ano da viagem pioneira de Gonville, até meados do século XVII, os franceses tiveram presença constante nas costas brasileiras, com tentativas mais ou menos bem-sucedidas de fixação e de intenso comércio e aliança com as populações indígenas. O segredo dessas relações, que foram duradouras a despeito da hostilidade rancorosa dos portugueses, deveu-se mais que tudo ao trabalho e determinação dos *truchements* (intérpretes) normandos e bretões, que compunham habitualmente as equipagens dos navios franceses e que, permanecendo por anos entre os índios, desenvolveram com eles relações íntimas de colaboração e solidariedade, tornadas mais efetivas pelos sistemas indígenas de casamento e parentesco. Do mesmo modo, e talvez com maior freqüência que os pioneiros portugueses, que se deixaram ficar entre comunidades indígenas no período inicial da colonização, os *truchements* são a explicação mais determinante da opção teimosa de muitos grupos indígenas em favor dos franceses. Quase sempre a influência desses intérpretes, garantida por sua presença difusa entre os índios, permaneceu por longos períodos, mesmo que as tentativas abertas de colonização francesa tenham sido abortadas pela oposição armada dos portugueses. A resistência dos tamoios em Iperoig e Cabo Frio, dos potiguaras na Paraíba e no Ceará, e dos tupinambás na serra do Ibiapaba e no Maranhão, é testemunho claro da influência duradoura desses *linguas* franceses.

O livro de Paulo Knauss de Mendonça sobre a *França Antártica*, que a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes em boa hora resolveu editar, ao lado de uma revisão histórica coerente e crítica do intento colonial de Villegagnon na base de

Guanabara, tem o mérito adicional de deter-se na análise das relações pessoais e sociais que os navegantes e intérpretes franceses desenvolveram com os índios do litoral do Rio de Janeiro, em meados do século XVI.

Essa experiência histórica que antecede e sucede ao intento de Villegagnon explica, em larga medida, outros eventos e conseqüências do processo de expansão colonial no Brasil quinhentista, entre os quais o mais geral e funesto será o extermínio completo dos grandes grupos indígenas do litoral brasileiro pelos portugueses.

**Carlos Moreira Neto**

Antropólogo, diretor do Museu do Índio

## NOTA DO AUTOR

Este trabalho resulta, com algumas alterações, de uma dissertação de mestrado, intitulada *O combate pelo fato: a França Antártica e a afirmação do domínio colonial lusitano na América*, defendida em 1990, junto ao Programa de Pós-Graduação de História da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Para tanto, obtive apoio do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa), que me concedeu bolsa de estudos ao longo de dois anos e meio, possibilitando minha dedicação pessoal e financiando gastos próprios ao trabalho da investigação histórica.

Sou grato ao meu orientador, Prof. Dr. Afonso Carlos Marques dos Santos, pela confiança e convicção em minha capacidade de realização e a quem devo ainda inúmeras lições de vida que guardo com carinho. Minha gratidão se expressa, ainda, em relação aos outros membros da banca examinadora: O Prof. Dr. Manoel Luís Lima Salgado Guimaráes – que nunca me faltou com sua compreensão e incentivo, ligando-me a ele em uma profunda amizade; e o Prof. Dr. Carlos de Araújo Moreira Neto – por quem, desde nosso primeiro encontro, passei a nutrir uma profunda admiração. Na medida do possível, incorporei as sugestões desses analistas, sem comprometé-los, no entanto, com o resultado final. Honra-me o privilégio de tê-los como interlocutores.

Minha gratidão se dirige ainda aos funcionários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, especialmente, aos da Seção de Obras Raras cujo profissionalismo permitiu a realização desta pesquisa.

E preciso agradecer à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, particularmente à equipe da Divisão de Editoração, cujo empenho profissional garantiu a publicação deste estudo. Não poderia deixar escapar a lembrança de Laura Pessoa Xavier, que à época em que trabalhávamos juntos nunca me faltou com apoio e aconselhamento e ainda possui o mérito de me ter apresentado à documentação da qual partiu minha reflexão. Destaco, ainda, a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra P. de Fraia Alvim, com quem aprendi muito acerca do ofício de pesquisador e, acima de tudo, o prazer da reflexão acerca das coisas do mundo e do homem. Além desses, me é impossível nomear todos os que sempre me incentivaram direta ou indiretamente neste empreendimento profissional, como os colegas que fiz ao longo de meus estudos na UFF e UFRJ e durante os anos

de minha trajetória no magistério, além dos familiares e amigos de sempre, prontos a me incentivar. De qualquer forma, deixo registrado o meu agradecimento a todos os que compartilharam os momentos de gestação deste estudo, fazendo de meu esforço algo recompensador.

Quanto à organização do texto, oferecemos ao leitor um conjunto de seis capítulos. O primeiro serve como introdução ao objeto de estudo, pontuando o encaminhamento e o tratamento dado ao acontecimento da tentativa de ocupação francesa na baía de Guanabara em meados do século XVI, que provocou a reação militar portuguesa, levando à ocupação da área e resultando na fundação da atual cidade do Rio de Janeiro. O segundo capítulo apresenta um enquadramento do cenário histórico em torno da Expansão Marítima e Comercial e dos personagens envolvidos, em especial, os portugueses, franceses e índios tupinambás. Concentra-se o terceiro capítulo na crítica do próprio objeto, ou seja, o fato histórico, a partir de sua historicização e da análise das representações construídas em torno dos acontecimentos, observando o tratamento das noções e fundamentos interpretativos que sustentam o discurso histórico consagrado, além da pintura de Rodolfo Amoedo e da poesia de Gonçalves de Magalhães. O capítulo quatro está fundamentado no trabalho de pesquisa com as fontes de época propriamente ditas, apresentando o desenrolar da presença européia na região do Rio de Janeiro. Em seguida, o quinto capítulo, que trata da afirmação do domínio português na América, buscando evidenciar os processos guerreiros empreendidos pela ação estatal, legitimados pela construção de ideais pacificadores. A relação se completa com o sexto capítulo que, além do caráter conclusivo, apresenta a história de João de Bolés, um francês que passou para o lado dos portugueses, mas que, apesar do préstimo de seus serviços, terminou envolvido na rede da Inquisição portuguesa, ilustrando o processo de instauração da sociedade colonial na América portuguesa.

**Paulo Knauss de Mendonça**

O RIO DE JANEIRO  
DA PACIFICAÇÃO

*à memória  
de meu pai,  
sempre presente*

*com amor  
à minha mãe,  
irmão e tia*

*com esperança  
a Igor e Lucas*

*tecendo os tempos*

## 1. A ATITUDE DE PERSEU

A decirlo sin decirlo,  
y a saberlo, sin saberlo.

(Calderón de la Barca,  
*Fortunas de Adromeda y  
Perseo, 1653*)

A afirmação da presença europeia no Novo Mundo é, por certo, um dos fatos históricos que mais representam a capacidade de realização humana. Poucas vezes a história da humanidade assistiu a tamanho empreendimento, que resultou na construção de novas estruturas sociais a partir da ocupação intensa de territórios.

As páginas que se seguem pretendem dar uma contribuição no sentido de esclarecer meandros desse processo que ocasionou um denso encontro de culturas. A indagação desenvolvida concentra-se sob o exemplo da fixação de europeus na América portuguesa, tendo como ponto de referência um estudo de caso: trata-se do episódio da *França Antártica*, ou seja, a tentativa de ocupação francesa na bafa de Guanabara em meados do século XVI. A partir disso, procurou-se demonstrar como as terras e habitantes originais do que hoje denominamos Brasil foram inicialmente inseridos nos movimentos europeus inauguradores da Época Moderna. Evidentemente, a relação que se estabelece com o quadro geral das rupturas é dada pelo movimento que levou a ampliação geográfica e ao contato entre diferentes culturas do planeta, ou seja, a *Expansão Marítima e Comercial*. Portanto, trata-se, em poucas palavras, de indagar como a presença europeia se impôs ao longo do século XVI na América portuguesa.

A *França Antártica* se apresenta nesse sentido como um objeto privilegiado de pesquisa, uma vez que se insere no quadro das disputas pela liberação dos mares, confrontando a exclusividade do comércio colonial pretendida pelas Coroas ibéricas. Em seu desenrolar, o episódio histórico terminou por implantar a afirmação do domínio português na mesma área, culminando com a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Procurou-se, assim, revistar o tema do empreendimento colonizador francês quinhentista,

explorando elementos para uma avaliação renovada dos acontecimentos e, em consequência, contribuir para um aprofundamento na compreensão dos primeiros tempos de atividade colonizadora européia à luz da reflexão sobre o *sistema de escambo* ou a realização da permuta de produtos entre europeus e indígenas. Em seu desenvolvimento, buscou-se a compreensão das condições de superação do próprio sistema que desembocou nas ações de tipo conquistadoras, garantindo a subjugação das populações nativas e o domínio absoluto europeu sobre a exploração do continente americano, em associação com o estabelecimento de atividades econômicas de tipo sedentárias ligadas à agro-indústria açucareira e baseadas na utilização do trabalho compulsório.

Assim, está no centro da discussão proposta o relacionamento de europeus e indígenas. Em consequência, a intenção consiste em apresentar as condições em que se constitui o *regime de escambo* que viabilizou a exploração colonial dos primeiros tempos de presença européia na América portuguesa. Nessa medida, a análise em torno da *França Antártica* se refere, sobretudo, a uma experiência colonizadora identificada à presença francesa na América. Ao malogro da empresa dos súditos de França seguiu-se a dominação portuguesa sobre a região do Rio de Janeiro – o que, a partir de um esforço de interpretação, possibilita a compreensão das condições de engendramento da presença lusitana no Novo Mundo e como foram assentadas as bases da colônia da América portuguesa. Dessa maneira, o tratamento proposto tomou como eixo privilegiado a questão da implantação do colonialismo, a partir da identificação das condições de superação do *sistema de escambo*, excluindo o elemento indígena de qualquer conteúdo condicionante. Nesse sentido é que a pesquisa procura demonstrar como as sociedades indígenas se colocaram inicialmente diante da presença européia, contribuindo, em certa medida, com o processo colonizador inicial que se instalou, preservando, no entanto, as dimensões de sua autonomia e por vezes impondo-a, até o momento em que as ações conquistadoras se colocaram como forma possível de esvaziamento total de sua soberania, desembocando em seu alijamento do território e submissão face ao elemento colonizador. Fica evidente, portanto, que o caminho percorrido enfatiza a dimensão política do jogo de forças instaurado sobre o relacionamento índio-europeu, procurando deixar vir à tona o papel atuante do nativo, sem, entretanto, enfatizar posturas heróicas. A colonização encarada sob esse ponto de vista confunde-se, assim, com a questão da dominação.

A pesquisa encaminhou-se no sentido de caracterizar o processo de afirmação do domínio colonial português, como resultado da atuação direta dos agentes da Coroa metropolitana, levando a efeito ações militares de caráter estatal com o propósito de garantir a submissão das populações indígenas – em contraste com o exemplo sempre recorrente da Conquista na América espanhola, onde pre-

dominou o caráter privado das ações guerreiras. No que se refere ao caso da América portuguesa duas situações se apresentaram como motivadoras das ações de tipo conquistadoras. Em um primeiro caso se inclui a decisão de garantir a implantação da agro-indústria açucareira – por exemplo, no Espírito Santo, Ilhéus e Pernambuco. Em segundo lugar, apresentava-se a necessidade de se inviabilizar a atividade de *corsários*, sobretudo franceses, sempre em relacionamento estreito com as populações indígenas – ressaltando af, especialmente, o objetivo geopolítico.

Foi esse segundo aspecto que predominou no caso do Rio de Janeiro, isto, na medida em que antecedeu-se à presença portuguesa no Rio de Janeiro o advento da *França Antártica*, ou seja, a tentativa de ocupação francesa na área da baía de Guanabara, caracterizada como atividade de *curso*. Entretanto, o projeto francês não vingou, sendo desmontado pela reação militar portuguesa de 1560, comandada pelo governador-geral Mem de Sá, o que não significou a interrupção da frequência de barcos franceses na área, mas, sim, seu retorno à prática anterior sustentada na não-constituição de qualquer forma de estabelecimento permanente. É em relação à perpetuação das ações de *corsários* na região que se estende da baía de Guanabara a Cabo Frio que se desenvolvem, a partir de 1565, os movimentos guerreiros, inicialmente, sob o comando de Estácio de Sá. Esses movimentos lusitanos terão como resultado o assalto às populações nativas, rompendo-se a intermediação necessária para a atuação de *corsários*. Esse processo tem o seu marco na fundação definitiva da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, garantindo não apenas a guarda dos mares, mas, igualmente, os movimentos no interior do continente.

Paradoxalmente, apesar de profundamente marcado pela guerra, como se procurou esclarecer no caso do Rio de Janeiro, todo o processo conquistador na América portuguesa evoluiu em torno de valores que enfatizavam a *pacificação*, justificada pelas autoridades portuguesas por um discurso embasado na religiosidade e legitimado pela participação jesuíta, transferindo para o elemento indígena as razões da motivação das ações militares empreendidas pelo Estado português. Assim, produziu-se uma imagem do nativo, distante da construção romântica do século XIX, enfatizando-se o fato de estarem “alevantados” sem nenhuma explicação clara, a não ser por seu “pouco entendimento”, ou pela atuação prejudicial de *corsários*.

Ademais, toda a história da *França Antártica* e da implantação do domínio colonial na América portuguesa esteve submetido à marca da religiosidade. Não só a participação de clérigos, como os calvinistas franceses ou os jesuítas portugueses, evidencia o papel fundamental da religião, mas, igualmente, as leituras de época dos acontecimentos reais demonstram toda hora a intenção entre confundir os valores da religião. A história de João de Bolés exemplifica essas indicações, ao retratar a história de um francês que se

junta aos reformistas da bafa de Guanabara e, devido a querelas religiosas, termina por passar para o lado dos portugueses, auxiliando-os na reação militar contra os seus compatriotas, mas, ao tentar retornar à Europa, é preso em Salvador por ordem do bispo, envolvendo-se, assim, na rede da Inquisição portuguesa. João de Bolés ilustra o serviço da religião na tarefa de instaurar as regras sociais na colônia impostas pela dominação metropolitana.

Coube-nos, assim, tratar de um tema consagrado pela historiografia tradicional. Todavia, genericamente, entre nós, no Brasil, existem indicações de um certo abandono de estudos concentrados no período quinhentista para a América portuguesa — lacuna que esta pesquisa ajuda a preencher. *Grosso modo*, as análises contemporâneas correntes para o período colonial têm enfatizado as abordagens históricas sistêmicas de maior abrangência explicativa, em detrimento de uma perspectiva da história como processo. Este estudo está imbuído da intenção de demonstrar como o sistema colonial não surge acabado, mas constitui-se, antes, em produção histórica, sujeita à ação do homem na construção do seu próprio dever.

Nessa trajetória embasamos a pesquisa, sobretudo em fontes de época razoavelmente conhecidas e publicadas<sup>1</sup>. Como não poderia deixar de ser, exploramos os textos-crônicas dos membros das expedições francesas que aportaram na bafa de Guanabara, como o do franciscano André Thevet, principalmente sua *Singularidades da França Antártica*, além do relato do huguenote Jean de Léry, especialmente sua *Viagem à terra do Brasil*. A estas crônicas se juntam outros relatos variados importantes devido a sua quase contemporaneidade com o evento, surgindo ao longo desse estudo sem um destaque especial, na medida em que a maioria não se sustenta em testemunhos próprios, mas em informações de segunda mão. De outra parte, destaca-se massa documental, privilegiada no decurso da pesquisa, formada basicamente por cartas tanto de origem portuguesa quanto francesa. No primeiro conjunto, arrola-se, predominantemente, correspondência entre o governo-geral da colônia e a administração metropolitana lusa, incluindo-se exemplos de autoria de Mem de Sá ou de algum membro ligado à gestão dos negócios coloniais. Ajunte-se a esse grupo de documentos todo tipo de correspondência dos clérigos da Companhia de Jesus, entre os quais desponta o padre José de Anchieta, figura ativa no desenrolar dos acontecimentos que levaram ao domínio lusitano na região do Rio de Janeiro. Restam, ainda, cartas de origem francesa, entre as quais se destacam, especialmente, as de autoria do próprio comandante da empresa colonizadora francesa, Nicolas Durand de Villegagnon, cavaleiro da Ordem de Malta, bem como de membros da expedição como Nicolas Barré.

Em outro sentido, cabe apontar que o estudo empreendido tem como referencial a crítica do próprio objeto, partindo, assim, da análise dos pressupostos fundados pela historiografia. Com isso se

esboça uma intenção secundária, indicando possíveis limites do conhecimento histórico, na medida em que a pesquisa realizada parte de um tema consagrado e bastante estudado em obras clássicas e que, em princípio, parecem já muito exploradas. É a possibilidade eterna de revisão do conhecimento que se coloca, evidenciando sempre novas aberturas para a compreensão da realidade que ressurge sempre em sua multiplicidade. O resultado final é que o estudo empreendido contém em si uma certa dose de reflexão epistemológica acerca do ofício de historiador, revelando ao mesmo tempo a fundamentação da obra, ilustrada com o paralelo do mito clássico de Perseu, aquele que destruiu a fonte petrificadora da alma humana.

Essa metáfora fornecida pela Antiguidade, por um lado, coloca a atualidade das mitologias de outras sociedades e épocas, ao mesmo tempo que demonstra a universalidade de certas problemáticas, por vezes tão antigas quanto a espécie humana e, por isso mesmo, sempre recorrentes. Quando do recurso ao universo mitológico clássico, em geral, para ilustrar o tema da origem do conhecimento humano, recorre-se à história do Prometeu Acorrentado que, a partir de uma disputa com Zeus, trouxe da morada dos deuses o fogo para o conhecimento dos mortais humanos. Nesse mito, o conhecimento impõe ao homem um fator que o diferencia dos outros animais, aproximando-o dos deuses do Olimpo. Rumando por outra trilha, mas nos mesmos arredores, o mito do Perseu, apesar de posterior, uma vez que pertencente ao ciclo dos heróis, pode ser encarado como um complemento à narrativa prometéica. É Perseu, o guerreiro que eliminou a fonte petrificadora da alma humana – a Medusa – e ao longo de seu trajeto heróico terminou por encontrar o amor de Andrômeda. Nesse sentido, resgata-se no tema perséico o exemplo de *hominização*, contrastando com o exemplo de Prometeu, em que a história conduz a espécie humana a se aproximar das qualidades divinas, o que também encontra correspondência entre os heróis na figura de Hércules; ao final, alçado à morada dos imortais como tal.

Em seu desdobramento, a atitude de Perseu apresenta a tendência de se encarar o poder de ação do homem sobre a natureza através do conhecimento, sem perder de vista a sua condição humana, realizando-se não na imortalidade, porém no relacionamento com Andrômeda, o que equivale à consubstanciação do estatuto de mortal. Isso nos remete ao alerta do filósofo alemão Karl Jaspers para os perigos de uma *superstição da ciência*, postura em que se superdimensiona a abrangência do alcance explicativo dos referenciais científicos, deixando de lados os limites desse tipo de conhecimento<sup>2</sup>. Ora, no Brasil, ao menos desde Álvaro Vieira Pinto, essa defesa da *hominização* do conhecimento traz consigo a afirmação de sua *historicidade*, condicionando o desenvolvimento da razão humana às condições de engendramento da existência, sustentada no relacionamento do homem com a natureza<sup>3</sup>. É dessa relação que o *ser humano* parte para refletir a sua condição e sua inserção no mundo. No

que se refere aos estudos das humanidades, estas permanecem sob o dilema entre afirmarem sua cientificidade ou seu compromisso com as coisas do homem, o que necessariamente não é excludente, porém, por vezes, de difícil conciliação<sup>4</sup>. De outra parte, isso nos conduz a perceber que toda concepção de ciência é, em essência, *constructuctus* ou, à maneira de Ortega y Gasset, *que-hacer, a-fazer*. O eixo da reflexão científica deixa, assim, de residir apenas nos fatos e dados recolhidos, passando, sobretudo, a ser embasado nas condições que garantem a interpretação da realidade. A tarefa do conhecimento se desdobra, nesse sentido, em duas operações: uma imaginativa, criadora, e outra confrontadora com a massa de evidências<sup>5</sup>. É a partir dessa dimensão criadora que todo conhecimento se torna um meio de realização da própria condição humana. Perseu e sua atitude permanecem no horizonte simbólico deste empreendimento, como exemplo da necessidade da libertação da alma e fazendo do seu combate a luta pelo conhecimento.

## NOTAS:

- 1 - Uma listagem de indicações bibliográficas consta em RAE-DERS, Georges. *Bibliographie Franco-Bresilienne*. Rio de Janeiro, INL, 1960.
- 2 - Uma apresentação das idéias de Karl Jaspers se encontra em JASPERS, Karl. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo, Cultrix, /s.d./.; ou ainda, em SALUMIN, Kurt. *Karl Jaspers*. Muenchen, Beck, 1985.
- 3 - Cf. PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e existência*. 3. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- 4 - Para um tratamento deste dilema vide JAPIASSU, Hilton. *Nascimento e morte das ciências humanas*. 2. ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.
- 5 - A introdução mais conhecida ao pensamento desse filósofo do século XX está em MORA, Jose Ferrater. *Etapas da filosofia de Ortega y Gasset*, que na edição brasileira surge incorporada no volume de ORTEGA Y GASSET, *Origem e epiflogo da filosofia*. Rio de Janeiro, Livro Ibero-Americano, 1963.

## 2. DAS TORMENTAS DO MAR ÀS GUERRAS E ENGANOS DA TERRA

Das Meer flutet immer,  
Das Land behaelt es nimmer.

(J. W. Goethe. *West-Oestlicher  
Divan*, 1819.)

Nos termos da poesia <sup>1</sup>, Luís de Camões, em certo momento, indicava que a vida humana nos tempos quinhentistas estava envolvida em um dilema. Isso porque, de um lado, o mar identificava-se às tormentas e danos, enquanto de outro a terra não oferecia melhor abrigo, posto que era palco de guerras e enganos, que revelavam ao homem apenas a percepção da morte e o aprofundamento das necessidades. Segundo o poeta, restava, porém, como esperança, o céu sereno, porto seguro que a todos aguardava. Esse, pois, o dilema apresentado em *Os lusitadas*, no qual os homens podiam estar certos de que, fosse no mar, fosse na terra, a vida encontraria suas dificuldades e riscos, permanecendo isolada a segurança da religião – estranha combinação, em que a vida humana estava submetida a elementos da natureza – mares e terras, além do céu (revelando a importância da religião). Camões tratava do instante histórico em que europeus se lançavam às Grandes Navegações, alterando as dimensões geográficas e culturais das populações humanas, conferindo, a partir daí, o parâmetro planetário ou, por que não dizer, universal à história da humanidade.

A importância do instante da *Expansão Marítima e Comercial*,<sup>2</sup> no século XVI, reside, sobretudo, no fato de ser condição fundamental na transformação do quadro estrutural da economia europeia. Será esse o momento da emergência da *economia-mundo*, fornecedora de novos parâmetros históricos. A atividade mercantil não constituía novidade no continente europeu, já que durante toda a Baixa Idade Média a atividade comercial com o Oriente foi prática comum, estabelecendo-se sob rotas mercantis definidas, seja pela via terrestre ou marítima – sendo esta última via predominante ao longo do século XV e fonte de florescimento das repúblicas italianas. Mes-

mo as atividades de *piratas* e *corsários* já eram conhecidas no Mediterrâneo.

De qualquer forma, nesse processo de transformação, a América não foi o principal foco das atenções, mas, sim, o Oriente asiático – ou as chamadas Índias. Por isso mesmo, antes do início do século XVI é, ainda, no mar Mediterrâneo que se concentrava a maior parte do fluxo comercial. Com o advento da *Expansão Marítima*, Portugal e Espanha passaram para o primeiro plano da economia européia, superando os rivais comerciantes italianos de Veneza e Gênova, e deslocando o centro das atenções para o oceano Índico.

A expansão ibérica tinha como objetivo o acesso a jazidas minerais, drogas e às denominadas especiarias. É dentro desse espírito que se enquadram as expedições exploradoras com destino à costa americana, a fim de fazer o reconhecimento dos possíveis recursos naturais e provável ligação com o Oriente asiático. Essa fase exploratória, na América lusitana, desenvolveu-se entre 1500 e 1516, com as expedições de Gaspar de Lemos, Gonçalo Coelho e Cristóvão Jacques.

A partir da segunda década do século XVI é que os “impérios” coloniais ibéricos podem ser considerados definitivamente fundados: Portugal e seu “império” de vocação marítima e comercial, contrastando com o “império territorial” hispânico. Enquanto os mercadores espanhóis concentraram a maior parte de seus esforços na ocupação da América, Portugal tinha no comércio com o Oriente a sua maior fonte de riquezas. Na constituição do que se tornaria o *império colonial português* excluiu-se a antiga intermediação árabe na atividade comercial através da conquista de suas *feitorias* – passando a ser um sistema herdado e adotado pelos europeus – garantindo-se o controle direto do fornecimento dos produtos das Índias. Para esse “império”, a posse do litoral atlântico da América e da costa da África eram condições necessárias à garantia do seu monopólio mercantil. A relativa decadência do “império” lusitano, no início do século XVII, associa-se diretamente à perda do controle exclusivo da atividade comercial no Oceano Índico, que passava a ser partilhada com outros empreendimentos colonizadores, em especial, o holandês, francês e inglês. É quando as atenções se voltam por parte dos portugueses para o Atlântico e quando o “império” colonial lusitano muda de face, assumindo, fundamentalmente, o caráter territorial. Essa característica se fundará e determinará na constituição da triangulação entre Portugal, Brasil e Angola, eixo da política colonial lusitana setecentista.

Assim, no que tange especificamente aos primeiros tempos da colonização portuguesa da América – tradicionalmente identificado como período pré-colonizador –, evidencia-se a necessidade de controle sobre o litoral do Atlântico, a fim de se impossibilitar a concorrência no Oriente, garantindo-se a rota comercial oceânica. Nesse sentido, a opção lusitana às outras tentativas de ocupação do ter-

ritório americano deve ser entendida a partir da garantia do monopólio. Vale lembrar que a exploração do pau-brasil não se encontrava isolada no rol dos produtos coloniais mais cobiçados. Mesmo que as tentativas de exploração de produtos coloniais no continente americano por parte de mercadores não portugueses demonstrassem interesse vivo pela exploração do pau-brasil e a expectativa de encontrar novos produtos “especiais”, permanecia implícito o interesse de abalar o instituto do monopólio.

No entanto, a política colonial portuguesa em relação à América apresenta um aspecto específico que a distingue do panorama da colonização lusitana. Trata-se do fato de a exploração colonial na América portuguesa se haver realizado a partir da implementação das duas formas que os grupos mercantis portugueses desenvolviam. De um lado, o reinado de d. Manuel I concedeu a alguns grupos comerciais – o primeiro e mais conhecido exemplo foi o de Fernando de Noronha – o privilégio de exploração do pau-brasil, baseado na prática do *escambo*, ou seja, a permuta ou troca de produtos entre as populações nativas e os navegantes europeus. De outro lado, garantia-se a possibilidade do estabelecimento da produção agro-exportadora, inspirada no sistema das capitânias hereditárias, já experimentado nas ilhas portuguesas do Atlântico – da Madeira ou dos Açores. Entretanto, o desenrolar inicial de ambos os tipos de exploração econômica não obteve os resultados desejados pelos portugueses: garantir a ocupação e controle territorial.

Não podemos deixar de mencionar e articular esses experimentos colonizadores preliminares com os efeitos de uma posição exclusivista ibérica, expressa, sobretudo, pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, afirmando-se definitivamente a política do *mare clausum* (ou, simplesmente, mar fechado). Tratava-se, na realidade, de garantir às nações ibéricas o monopólio comercial, sempre ameaçado pela concorrência de grupos econômicos de outras nações. Não é à toa que, nesse período de virada do século XV para o XVI, surge uma forte tendência interna nos países da península Ibérica pela unificação das Coroas, o que se expressava na aproximação entre Portugal e Espanha. Datam dessa mesma época diversos tipos de aliança política luso-espanhola como acordos dos quais o tratado de 1494 é exemplo, e algumas ligações matrimoniais interdinásticas.

Nesse contexto, a ação dos armadores franceses deve ser entendida como uma contestação ao monopólio comercial ibérico em defesa de uma política de *mare liberum* (mar livre) por parte dos excluídos da partilha papal de 1494 como a França, que durante o século XVI foi o reino que mais investiu na reação – e que incluía, ainda, os estados da Holanda e Inglaterra, sobretudo, cuja postura em defesa da liberalização dos mares estimulou a atuação, nem tanto de *piratas*, mas, especialmente, de *corsários*.

A França sob a dinastia dos Valois vivia momentos decisivos em fins do século XV e início do XVI, os quais levaram à unifi-

cação do estado francês, consolidada desde a anexação final, em 1532, do reino da Bretanha, encaminhada com o casamento de Carlos VIII e Ana de Bretanha, em 1491. Nesse processo destaca-se o apoio de influentes e poderosos grupos de comerciantes, cujos interesses se associaram à sustentação da dinastia francesa. Disso resultou a afirmação da importância política e econômica dos armadores franceses empreendedores da atividade de *corso* e, portanto, envolvidos na defesa da liberdade dos mares, encabeçada, principalmente, no período de Francisco I. O exemplo mais conhecido, dentre os numerosos armadores franceses, fica por conta da cidade de Dieppe em que se destacava a atuação de Jean Anco, detentor de uma armada que pouco ficava a dever à de Portugal e empreendedor de diversas expedições oceânicas exploradoras francesas, além de ter exercido cargos políticos de destaque.

Esse capítulo da formação do reino de França possui repercussões determinantes na história diplomática européia de então, na medida em que o apoio das casas de armadores constituía elemento fundamental na condução da política real. Desses consórcios se constituía não só parte da força da marinha real francesa, como, ademais, concediam-se financiamentos e incentivos de capital à Coroa, uma vez que se mantinham ações de exploração em terras lusitanas d'África e América – além de, por vezes, freqüentarem-se águas orientais, o que era motivo constante de atritos diplomáticos entre Portugal e França. Evidentemente, no auge da disputa da exclusividade ou liberalização dos mares – ao tempo de d. João III, de Portugal, e Francisco I, de França – é que as querelas tomaram maiores proporções. De fato, as repreensões das embaixadas portuguesas e os acordos firmados entre as duas Coroas, a fim de conter o *corso*, estavam fadados ao insucesso, já que pouco poderia ser feito contra a ação dos corsários, pois constituíam uma base do apoio político à dinastia dos Valois e da economia francesa. De outro lado, a neutralidade do reino português no panorama diplomático europeu quinhentista era importante para a ação do reino de França, intensamente envolvido no conflito com a Casa d'Áustria da dinastia dos Habsburgos, de Carlos V (rei do Sacro Império Romano-Germânico e Espanha), cujos domínios se estendiam por todos os continentes e de forte potencial militar, contando ainda com o reino da Inglaterra como aliado.

Nesse cenário político insere-se, ainda, o quadro das disputas religiosas que tomavam conta da Europa, em especial, França e as regiões teutônicas. Sob a regência de Catarina de Médici as querelas entre católicos e reformados em França alcançaram o seu auge por ocasião do massacre da Noite de São Bartolomeu, em que capitulou o líder protestante Gaspar de Coligny, almirante da marinha real. Nesse contexto, o papel dos armadores seria uma vez mais determinante e nada desprezível, pelo seu envolvimento na causa protestante, constituindo uma fonte de sustentação à Reforma. Não sem razão

a segunda metade do século XVI assistiu a duas tentativas de fundação de colônias huguenotes francesas – no Brasil (*França Antártica*) e na Flórida (*Nova França*).

O resultado desses acontecimentos fez com que a atuação dos *corsários* de França na costa da América portuguesa contasse com a conivência da casa real dos Valois – por mais que por vezes demonstrassem a vontade de contê-lo. Mas em muito pouco se diferenciava a ação dos mercadores franceses da dos exploradores e navegantes lusitanos, uma vez que ambas as nacionalidades de navegantes tinham na prática do *escambo* a sua forma de obtenção básica do produto colonial. Evidentemente, algumas peculiaridades diferenciavam as ações dos armadores franceses e portugueses. O primeiro deles é a evidência de que a ação francesa era baseada na iniciativa particular, sendo o envolvimento da Coroa muito limitado, restringindo-se, em geral, à concessão de cartas de marca que davam um caráter legal ao empreendimento exploratório. Ao contrário, no caso lusitano, a participação da Coroa sempre foi de fundamental importância e na maioria das vezes preponderante. Ademais, entre outros, um aspecto que diferenciava, com certeza, as ações dos distintos mercadores era o ponto da costa a ser freqüentado. Obviamente, os mercadores franceses tentavam manter suas ações o mais resguardadas possível e por isso mesmo nunca procuravam os mesmos pontos que os armadores lusitanos<sup>3</sup>. Além do que a posição francesa dificilmente poderia evoluir para um estabelecimento sedentário que permitisse um projeto de colonização efetivo. Dessa forma, nas suas relações com os indígenas existiam muito poucas possibilidades para o surgimento de atritos. O mesmo não se aplica aos portugueses, sobretudo após a Coroa encabeçar definitivamente o projeto de ocupação do território da colônia americana<sup>4</sup>.

Para aprofundar a digressão sobre a relação indígena-europeu e seu paralelo com a prática do *escambo*, cremos serem de interesse alguns comentários sobre o estabelecimento das *capitanias hereditárias*, que apesar de grandes esforços empreendidos, apenas em certos pontos conseguiram vingar. Nos exemplos do Nordeste, as dificuldades de implementação da produção açucareira foram bastante graves, especialmente devido ao conflito gerado com os indígenas – o que praticamente inviabilizou o sistema. De outro lado, a capitania de São Vicente conseguiu superar as dificuldades iniciais e, se não foi a mais próspera economicamente por não estar intimamente ligada aos interesses mercantis, foi sem dúvida a ocupação territorial mais estável. Estamos convencidos de que tal sucesso se deveu muito menos a uma ação rígida em relação aos indígenas do que à perpetuação da prática do *escambo*. Martim Afonso conseguiu consolidar as relações com os nativos em bases amistosas. Ao que parece, não se obrigaram os índios da região, denominados tupiniquins (índios tupinambás da localidade, no dizer português), ao trabalho escravo, sendo a mão-de-obra cativa angariada entre os seus inimigos,

os tamoios (tupinambás habitantes do norte do atual estado de São Paulo até o sul do Espírito Santo, na nomenclatura lusitana). Note-se que, por meio de evidências desse tipo, o instituto do cativoiro sob a preponderância do *escambo* faz com que uma separação rigorosa entre a prática da escravidão e da permuta de produtos possa ser de utilidade analítica; entretanto, a realidade indica, em certa medida, um determinado enlace desses dois sistemas.

Nesse sentido, a capitania de São Vicente conseguiu aproveitar-se bastante bem das disputas internas das nações indígenas<sup>5</sup>. Por outro lado, parece ter existido algum interesse metropolitano em sustentar a capitania de São Vicente, já que esta não representava nenhum papel específico no comércio ultramarino. Existem indicações de que o objetivo maior da capitania de São Vicente seria manter a posse do território e, sobretudo, tentar garantir alguma espécie de ligação com o estuário do rio da Prata e as regiões andinas peruanas, onde se havia recém-descoberto imensas jazidas minerais, conferindo à ocupação um caráter, sobretudo, geopolítico<sup>6</sup>.

De qualquer forma, a confrontação entre os índios e os europeus se apresenta como determinante no êxito – ou na menor dificuldade – da implementação da empresa colonizadora. Não seria exagero observar que esse contato com os nativos parece ser muito pouco pensado pela historiografia, em geral. De qualquer forma, existem alguns aspectos que se afiguram relevantes.

Inicialmente, importa relativizar a questão da superioridade bélica do europeu frente aos índios. Quanto à vantagem tecnológica dos europeus, estes se viam beneficiados com a utilização do ferro para fabricar utensílios e armamentos, em contraste com o emprego de materiais mais frágeis para a confecção de armamentos por parte dos indígenas; as construções de pedra e cal que protegiam os europeus das ações militares indígenas; e o emprego do papel da imprensa como meio de comunicação e narração dos acontecimentos.

Todavia, esses aspectos que indicam a superioridade tecnológica do europeu podem ser relativizados. A superioridade numérica de índios era mais do que evidente (as estimativas para o período colonial no Brasil indicam de um a três milhões de nativos em 1500), enquanto os europeus eram poucas centenas antes de 1549 e não ultrapassavam os dez mil no ano de 1600. Ademais, o arsenal do indígena possuía pelo menos o *curare* como arma que servia como compensação de sua desvantagem bélica. De resto, as armas de fogo eram, em certa medida, novidade para o europeu e de pouco rendimento, já que, enquanto um arcabuz disparava um tiro, os guerreiros índios lançavam inúmeras flechas. Segundo o franciscano e cronista de época Jean de Léry, essa relação estava em 1:6, dado retomado pelo pesquisador Carlos A. Dias, para o período de 1557/58, que se reduziria em 1624 para 1:2, em vantagem para os aborígenes<sup>7</sup>. Ajunte-se a isso a facilidade de assimilação das técnicas militares europeias por parte dos silvícolas<sup>8</sup>. Assim sendo, é preciso encarar a

derrota do indígena frente ao europeu a partir de um ângulo que não o ponto de vista da superioridade militar. Uma questão que não conseguiremos responder é o grau de importância na disseminação de epidemias trazidas pelos europeus em contato com os aborígenes, apesar de tudo levar a crer que sua repercussão foi muito maior do que se supõe. De qualquer maneira, não podemos somente atribuir às epidemias a razão principal da vitória dos estrangeiros frente às populações nativas, com as quais existiam conflitos.

Para tanto, sugerimos a compreensão de dois pontos capitais para responder a essa interrogação: o papel da Igreja; e o grau de vulnerabilidade da estrutura social das comunidades indígenas<sup>9</sup>.

Quanto ao primeiro ponto, referente à participação de eclesiásticos na subjugação das populações nativas, é importante frisar que essa atitude deve ser atribuída sobretudo aos missionários, em especial jesuítas. A Igreja encontrou em seu engajamento no projeto colonizador uma nova Cruzada, assumindo um importante papel, especialmente como parceira dos reinos ibéricos – constituindo a mão desarmada do processo conquistador. A *missão* jesuítica corresponde à *conquista espiritual*, combinando-se à *conquista* de tipo militarizado e incorporando-se assim à colonização.

A Igreja colocava sob seu controle a ordem moral, alargando a penetração do cristianismo; obtendo ganhos materiais, seja pela *conquista* de terras, força de trabalho gratuito ou bens comercializáveis; além de ganhos de ordem política, em que o missionário desempenhava o papel de desarticulador da estrutura social indígena, por sua atitude de catequizador, de auxiliar da campanha militar, ou exercendo funções de cunho sócio-assistencial, consolidando a *conquista*<sup>10</sup>.

Essas considerações em seu desdobramento permitem a compreensão da ação jesuítica a partir da legitimação de suas ações pelo discurso ideológico. Observe-se que a criação da Companhia de Jesus se deu em decorrência da reação da Igreja católica frente aos avanços do protestantismo nas suas diferentes formas. É importante ter em mente que o objetivo da Contra-Reforma, encabeçada principalmente pelos padres inicianos da Companhia de Jesus, era manter as áreas católicas e retomar as regiões onde o protestantismo ganhara terreno.

O fato é que a ação jesuítica sustentava-se em uma organização interna garantida pela hierarquia e obediência, com o sentido de exercer a *conquista* de “almas”, podendo preceder ou acompanhar expedições de caráter militar. Não obstante, é preciso compreender a ação da Igreja tendo como alvo preferencial os *hereses* e não os *pagãos*. Essa última característica é a que pode ser atribuída aos ditos “brasis” ou “gentios”, segundo o vocabulário de época.

De outra parte, os missionários da Companhia de Jesus tinham como forma preferencial de conversão o *convencimento*, almejando incutir no indígena a doutrina cristã através de práticas pedagógicas

institucionais – como a escola, ou não.

Eventualmente, quando essa estratégia se revelava insuficiente para a conversão dos “gentios”, os jesuítas aceitavam a noção de *guerra justa*, legitimando a ação militar conquistadora. Note-se que a incorporação da guerra como estratégia de conversão religiosa não representava uma rejeição do *convencimento*, mas antes a coexistência de ambas as estratégias<sup>11</sup>. No entanto, é preciso ter em conta o caráter cristão da *guerra justa*, que nesse sentido supõe uma ação inicial, para que a vingança seja socialmente aceita e adequada ao senso de justiça católico. Naturalmente, não faltaram momentos em que esse critério gerou controvérsias entre padres e leigos, especialmente tratando-se das *bandeiras*, entendidas como organizações paramilitares, geralmente empreendidas pela iniciativa particular.

Destaca-se, portanto, o problema de que no mundo colonial o confronto militar precisava ser pensado, tendo como referencial não os *hereges* europeus, mas, sim os *pagãos* nativos. A ocupação francesa na bafa de Guanabara, em meados do século XVI, representa uma especial confluência de duas “guerras”, de dois inimigos aliados – protestantes huguenotes (*hereges*) e pagãos (índios) – opositores da cristandade (portugueses). Obviamente, a vitória foi duplamente valorizada, por marcar uma aliança perfeita entre jesuítas e o Estado, além de mostrar a mudança de posição de alguns aborígenes, que abandonaram a irreligião e abraçaram a causa cristã (abandonando a guerra “bárbara”, passando à guerra “justa”). Ajunte-se a isso o fato de a morte em guerra – morte gloriosa – garantir a salvação eterna, além de resgatar territórios. Nesse sentido, Ronaldo Vainfas, ao abordar a questão, considera que os jesuítas não foram defensores da “liberdade indígena” no discurso nem na prática, ao menos no que se refere ao século XVI, uma vez que admitiam a escravidão em *guerra justa* e mesmo a existência de cativos cristãos entre os nativos<sup>12</sup>.

Finalmente, resta ainda pensar a problemática da vulnerabilidade da organização social dos tupinambás – no que se refere aos tamoiós, que correspondem aos tupinambás da região da bafa de Guanabara. As análises de Florestan Fernandes evidenciam que a estrutura social dos tupinambás<sup>13</sup> tinha como parâmetro básico o sistema de parentesco, sustentado pelo sistema religioso, que determinava os valores sociais, os comportamentos e o *status* de cada indivíduo.

Sucintamente, as atividades econômicas nas sociedades tupinambás obedeciam a princípios cooperativos, tanto no que se refere à exploração quanto à distribuição dos recursos naturais. Esses princípios cooperativos se sustentavam sobre as vinculações entre a organização ecológica e o sistema organizatório da sociedade tupinambá. Basicamente sua estrutura social se fundamentava no sistema de parentesco, embaixador das relações sociais, e no sistema religioso tribal e informador dos valores centrais da cultura, motivando atitu-

des e atividades competitivas. “Evidencia-se assim o duplo caráter competitivo-cooperativo da organização social da sociedade tupinambá”, segundo Florestan Fernandes<sup>14</sup>.

Complementando essas considerações, é importante compreender a função social da guerra para essas sociedades de indígenas. Nesse sentido, o viajante de época, Jean de Léry, nos deixou uma curiosa ilustração [ilustração 1], em que representa uma situação de guerra entre dois grupos indígenas, ao lado de uma cena cotidiana da aldeia. Essa segunda situação demonstra a posição de uma aldeia indígena inserida no meio natural, por meio da representação de elementos da natureza, como montanhas, árvores, flores e, até mesmo, um papagaio. Ao lado disso, surgem componentes da cultura indígena, como uma cabana e redes estendidas, além de expor funções sociais de membros do grupo, ao colocar uma mulher cuidando de uma criança, um homem carregando seu arco e flecha e outro trazendo alguma provisão, talvez lenha para fogueira. Ademais, chama a atenção na ilustração a prática do canibalismo, pela representação de pernas estendidas acima de uma fogueira, colocando essa referência junto a um indivíduo estendido na rede em posição de repouso — tudo em evidente quotidianidade. T tamanha alusão à paz diária, colocada no alto da ilustração, contrasta com a turbulência da cena guerreira que domina a gravura, entre corpos, cocares, escudos, arcos, flechas e tacapes. Na observação do todo da representação do cronista francês parece ficar indicada a participação da guerra no quotidiano da vida indígena, como que a apontar para o fato da movimentação guerreira não se situar à margem da estruturação das sociedades indígenas a que se refere.

Retomando as análises de Florestan Fernandes, identifica-se uma interdependência entre o sistema guerreiro dos tupinambás e o sistema de relações sociais. As relações entre a guerra e as pressões sociais se agrupam, assim, em três categorias de reforço da postura guerreira: a) pressões psicológicas, como a crença na obrigatoriedade da “vingança”, conferindo à atuação guerreira o caráter de obrigação moral; b) pressões sociais, como as influências exteriores, sobretudo, dos velhos que incentivavam o comportamento coletivo, e interiores, motivadas pelas consequências sociais, como, por exemplo, integração ao círculo dos adultos, casamento, prestígio, chefia etc.; c) pressões mágico-religiosas, como o medo diante de interferências na relação com os “espíritos” dos mortos ou entidades sobrenaturais (normalizáveis por meio da consumação da “vingança”, concretizada na relação sacrificial) e a convicção inversa do conteúdo positivo em corresponder aos desejos dos “espíritos” (como na relação entre os rituais anteriores ao combate direto com o antagonista e a do domínio mágico do mesmo, fundamento do poder dos guerreiros, entre outros).

No mais, três características demarcam a guerra tupinambá. Primeiramente, o reconhecimento do sucesso ou insucesso da ação



1. Gravura incluída em *Viagem à terra do Brasil*, de Jean de Léry.

guerreira se relacionava com a consumação do massacre do crânio do derrotado, não bastando a simples supressão física. Disso resulta que o objetivo da guerra era informado pela esfera mágico-religiosa. Em segundo lugar, a guerra tupinambá se dava por meio e graças à atualização das relações com forças e entidades sobrenaturais, fazendo com que a derrota ou a vitória dependessem da comunicação com o sobrenatural. Finalmente, em terceiro lugar, o princípio *pars pro toto* permitia que os vencedores se beneficiassem da guerra, com a prática de apenas alguns massacres, a captura e o sacrifício de um membro do grupo antagonista, garantindo-se o dever de “vingança”, conduzindo, dessa forma, para os fins usuais, as manipulações mágico-religiosas contra o grupo entendido como um todo. Dessas indicações entende-se que: 1) as ações militares se davam por meio da formação dos bandos guerreiros, em que a diferenciação do trabalho se baseava no sexo e na idade, sem que existisse qualquer tendência de especialização das funções guerreiras; 2) os alvos militares mais complexos fugiam à cooperação das incursões guerreiras, exigindo a cooperação de grupos locais solidários, unindo-se no empreendimento de operações<sup>15</sup>.

Dessa forma, depreende-se que as condições em que a motivação da guerra se dava entre os tupinambás eram estruturais, sendo que as relações de parentesco assumiam um papel de relevância por implicarem em obrigações sociais. Essas obrigações podiam ser de diversos tipos: “vingar” a morte de um parente consanguíneo; no casamento de viúvas, que em certas situações podiam exigir sacrifícios sob a forma de “vingança”; a posição de parentelas, como, por exemplo, no casamento fora do círculo consanguíneo, o que também exigia compensações; além de motivações para adquirir certas posições sociais, como a integração no meio dos adultos etc. Portanto, percebe-se que, no nível da expressão subjetiva, as causas sociais da guerra são de natureza mágico-religiosa, ligada, sobretudo, à noção de “vingança”, que era associada à intenção de socorrer o “espírito” de algum parente morto. Essas constatações precisam ser, igualmente, levadas em consideração na análise do contato dos indígenas com os europeus.

A guerra produzia efeitos sociais de diversos níveis. No nível do imediato, que devemos associar ao mágico, restaurava-se a unidade coletiva e sua autonomia. Da mesma maneira, se eliminavam as interferências nas relações com o sagrado. Os efeitos sociais diretos correspondem, por exemplo, ao prestígio social que o sacrificante ganhava, associado a noções de virtude, por conseguir normalizar as relações com vivos e mortos. Quanto aos efeitos indiretos, tratava-se de recuperar atributos e qualidades dos antepassados, reavivando as alianças entre a parentela.

Segundo Florestan Fernandes, os resultados da guerra na esfera mágico-religiosa se refletiam nas condições de ocupação e exploração econômica do meio natural. A impossibilidade de inverter o

estado de heteronomia por meio da guerra podia levar uma tribo a duas situações: à redução da vitalidade demográfica, ou obrigatoriedade do abandono de determinada região, podendo, assim, afetar toda a vida social dos tupinambás, repercutindo no sistema de adaptações e controles sociais do meio ambiente, no sistema de ajustamentos e controle social do meio humano e no sistema de relação e controle do meio sobrenatural circundante<sup>16</sup>. As influências da guerra nos esquemas político e de sobrevivência nas sociedades tupinambás são evidentes. Note-se que a subsistência dessas sociedades dependia estreitamente do controle sobre uma certa região, possibilitando a ocupação contínua de novas áreas após o esgotamento de outras, sendo essa uma determinação importante para fazer da guerra uma técnica operativa da economia tribal. Havia, no entanto, uma outra vinculação da guerra com a economia. Simbolicamente, o escravo representava uma “riqueza”, cujo valor conferia prestígio ao seu senhor e ainda mais a quem o desse de presente. Assim, a guerra condicionava intervenções na determinação do equilíbrio econômico da sociedade tupinambá em três sentidos: 1) como fator de condição material na preservação e substituição consciente de posições na biosfera; 2) como elemento diferenciador do trabalho, já que a guerra era resultado da ação humana; 3) como condicionante para a acumulação e a distribuição de “riquezas”<sup>17</sup>.

Quanto a suas repercussões no campo político, é possível afirmar que a guerra na sociedade tupinambá era um fator fundamental na manutenção do equilíbrio social e mesmo da economia e das mentalidades dos grupos locais. A guerra promovia a restauração do *nós* coletivo e sua integridade. De resto, é preciso ter em conta que as sociedades “primitivas” são caracterizadas pela ausência de um aparelho estatal organizado. Na verdade, como bem já foi dito, podem ser definidas como *sociedades contra o Estado*, onde a ausência de uma esfera política autônoma é marcante. Isso se aproxima bastante do princípio de autonomia intrínseco às formações sociais desse tipo, caracterizadas economicamente como *sociedades da afluência*<sup>18</sup>. Daí resulta que a luta armada revelava, de fato, a luta por *autonomia* e *poder* no sentido mágico-religioso, justificando a ordem intertribal. A guerra, dessa maneira, emerge como uma técnica social de tratamento jurídico-político dos contatos e relações com tribos circunvizinhas<sup>19</sup>. Ademais, a guerra tinha suas repercussões expressas na coesão social e prestígio individual. Além disso, era a base do equilíbrio entre as diferentes tribos.

Um papel decisivo nas guerras intertribais tinham as alianças estabelecidas pelas relações de parentesco – onde se insere com relevância a promoção de casamentos fundadores de ligações entre famílias ou tribos – que constituíam também o espaço condicionante da guerra. Esta, para se efetivar, dependia da cooperação de parentes e da solidariedade social entre as parentelas e repercutia nas redefinições do sistema de parentesco, tornando-se sua condição material

e fator regulador das alianças e meio de defesa de sua integridade<sup>20</sup>.

Portanto, conclusivamente, é em função do sistema de parentesco e da autonomia tribal que é preciso enquadrar as alianças intertribais. Em poucas palavras, é possível afirmar, junto com Pierre Clastres, que “a guerra primitiva é o meio de um fim político”<sup>21</sup>. Nesse sentido, correlaciona-se a posse do território que habita a sociedade “primitiva” e do qual tira a sua subsistência com um movimento de exclusão – será em função do *outro* que a sociedade afirma seu direito de posse sobre o território – já que a sociedade sem Estado é em sua essência indivisa, ignorando as diferenças dentro do grupo. Ainda segundo o mesmo autor, “a comunidade primitiva é, simultaneamente, totalidade e unidade”<sup>22</sup>; na medida em que sua unidade se sustenta na rejeição da divisão social e sua totalidade não lhe é exterior, opondo-se a que qualquer figura se destaque do corpo social para representá-la ou encarnar sua unidade. Disso resulta o fato de o critério de indivisão ser, sobretudo, político.

Paralelamente, impõe-se a compreensão da lógica da sociedade “primitiva” como lógica de identificação e não de diferença. Dessa forma, “a guerra surge primeiro relativamente à aliança”<sup>23</sup>; uma instituição que determina a aliança como tática. É em função da guerra que se estabelecem as ligações de parentesco (troca de mulheres), consolidando a fidelidade à aliança. Entretanto, esta se mostra frôxa diante da ameaça à autonomia da comunidade. O que determina as alianças é a perspectiva de preservação da autonomia dessas sociedades e, nesse sentido, é fácil vislumbrar o rompimento de alianças, desde que estas representem uma ameaça à unidade social. Esse aspecto também pode ser observado no estabelecimento do relacionamento com os europeus.

Pierre Clastres sintetiza sua reflexão, constatando que a sociedade primitiva é uma *sociedade para a guerra*. Na verdade, o autor conclui que a capacidade guerreira de cada comunidade está em associação com a condição de sua autonomia. O estado permanente de guerra e sua concretização constituem a principal forma de que a sociedade primitiva se vale para impedir a transformação social e em que a consecução da política interna se mantém atrelada à execução da política exterior<sup>24</sup>.

Retomando o nosso ponto de partida, o resultado do contato entre o indígena e o estrangeiro/europeu assumiu diversas formas. Basicamente podemos resumir as reações dos silvícolas da seguinte maneira: a) a defesa agressiva; b) a submissão voluntária; e c) a preservação da autonomia tribal<sup>25</sup>.

A última forma de reação aborígine corresponde à preservação da autonomia cultural, implicando a perda do território original devido a migrações para áreas onde o elemento branco não exercesse a dominação. Por essa opção, a ecologia era utilizada como arma estratégica do nativo, que se obrigava à adaptação a áreas mais pobres.

A submissão voluntária diz respeito, especialmente, à reação

apresentada pelos tupis em todo o território colonial, às vezes sob o influxo da Companhia de Jesus e com garantias formais de autoridades e, outras vezes, como consequência de derrotas em *guerras justas*. A longo prazo essa reação equivaleu ao extermínio puro e simples. Acrescentem-se ainda os efeitos da destribalização, das doenças adquiridas através do contato com os europeus, da escassez frequente de alimentação e os inconvenientes do trabalho forçado.

A primeira forma pode ser exemplificada pela dita *Confederação dos Tamoios*. Todavia, a defesa agressiva da autonomia cultural e territorial por parte dos indígenas se realizou, procurando, inclusive, explorar possíveis contradições entre as nacionalidades de europeus.

É a partir dessas linhas gerais<sup>26</sup> que toda a reflexão acerca dos meandros da ação conquistadora, sob o comando do elemento europeu, deve ter como referência, a fim de colocá-lo em evidência, o indígena como elemento ativo do cenário da história, dono de um papel fundamental e não subalterno – deixando de lado a velha história das “contribuições culturais”. Trata-se de buscar esclarecer os rumos que toma o processo de dominação européia sobre as populações aborígenes do continente americano, revelando as contradições e os limites da relação que foi engendrada entre o elemento nativo/índio e estrangeiro/europeu.

Deve-se, no entanto, interpretar o rumo que a situação histórica tomou, não apenas por efeitos inesperados e imprevisíveis, como as epidemias, ou pouco esclarecedoras como a questão da superioridade bélica. Isso significa insistir em que o processo desenvolvido no sentido de impor a dominação européia no continente americano é, sobretudo, de natureza política. Nesse sentido, se coloca como fundamental a compreensão das bases de estabelecimento de alianças fundadoras do relacionamento do indígena com o europeu, em que se destaca a fundação das ligações de parentesco. No dizer de Jaime Cortesão: “Para o índio (...) o próprio fato da aliança se confundia com a consangüinidade”<sup>27</sup>. Assim, a constituição de parentela deve ser encarada como determinante na tentativa de ganhar os contingentes de nativos como aliados – ou, por vezes, como inimigos. Resulta que a análise da relação nativo-estrangeiro deve procurar o rastreamento do estabelecimento de laços matrimoniais. Vale lembrar os inúmeros relatos de navegantes europeus surpresos com a disposição de índias para se acasalarem, bem como o oferecimento muitas vezes percebido pelos europeus como imposição de membros de determinadas tribos.

## NOTAS:

- 1 – No mar tanta tormenta e tanto damno,  
Tantas vezes a morte apercebida!  
Na terra tanta guerra, tanto engano,  
Tanta necessidade avorrecida!  
Onde pode acolher-se hum fraco humano,  
Onde terá segura a curta vida,  
Que não se arme e se indigne o Ceo sereno  
Contra hum bicho da terra tão pequeno?

CAMÕES, Lufs de. *Os lustadas*. Canto I, estrofe 106. p.66/67.

- 2 – As considerações que se seguem, cf. ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de & SILVA, José Luiz Werneck da. O período pré-colonizador no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 287: (217-233), 1970. ARNOLD, David. *A época dos descobrimentos (1400-1600)*. Lisboa, Gradiva, s.d.; BOXER, Charles R. *O império colonial português*, Lisboa, Edições 70, 1981. (Col. Lugar da História – 14).; BURNAND, Robert. *La cour des Valois*. Paris, Hachette, 1947.; CARVALHO, M. E. Gomes de. *D. João III e os franceses*. Lisboa, Clássica, 1909.; CHAUNU, Pierre, *Conquista e exploração dos novos mundos (século XVI)*. São Paulo, Pioneira – EDUSP, 1984. (Col. Nova Clío – 26bis).; FERREIRA, Ana Maria P. *O essencial sobre Portugal e a origem da liberdade dos mares*. Lisboa, IN-CM, 1988, e *O essencial sobre o corso e a pirataria*. Lisboa, IN-CM, 1985.; JULIEN, Ch.-André. *Les voyages de découverte et les premiers établissements (XVe.-XVIe. siècles)*. Paris, P.U.F., 1948.; KONETZKE, Richard. Ueberseeische Entdeckungen und Eroberung. In: MANN, Golo & NITSCHKE, August (her.). *Weltkulturen, Renaissance in Europa*. Berlin – Frankfurt a. M., Propylaeen Verlag, 1986. p.535–634. (Propylaeen Weltgeschichte – 8).; LEROY-BEAULIEU, Paul. *Des la colonisation chez les peuples modernes*. 3e. ed. Paris, Librairie Guillaumin et Cie., 1886.; MARGRY, Pierre, *Les navigations françaises; et la révolution maritime du XIVE. au XVIe. siècle*. Paris, Libr. Tross, 1867. MAURO, Frédéric. *Expansão européia (1600–1870)*. São Paulo, Pioneira - EDUSP, 1980. (Col. Nova Clío – 27).; MELLO, Astrogildo Rodrigues de. O comércio europeu nos séculos XV e XVI e o florescimento de Espanha e Portugal. in: *Estudos ibero-atlânticos*. São Paulo, USP, 1940. p.97–171. MIREPOIX, Duc de Lévis. *La France de la Renaissance*. Paris, Libr. Arthème Fayard, 1947.; PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia*. 2. ed. Rio de Janeiro, Saga, 1969.; VELHO, B.T. de Moraes Leite. *Estudos*

*históricos das relações diplomáticas e políticas entre França e Portugal*. Lisboa, Typ. da Cia. edit. Nac., 1895.; WALTERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial; la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. Madrid, Siglo XXI, 1979. 2v.

- 3 - Cf. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 7. ed. Belo Horizonte - São Paulo, Itatiaia - EDUSP, 1988. (Col. Reconquista do Brasil, 2 série - v.119).; e SOUZA, Bernardino J. de. *O pau-brasil na história nacional*. São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1939. 267p. (Brasiliense - 162).
- 4 - Cf. MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão*. São Paulo, Cia. Edt. Nac. 1980. (Brasiliense - 225).
- 5 - Ibidem.
- 6 - Cf. ALBUQUERQUE, M.M. de & SILVA, J. L. W. da. op. cit.; e ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena história da formação social brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984. (Col. Biblioteca de História - 6).
- 7 - Cf. LERY, Jean. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte - São Paulo, Itatiaia - EDUSP, 1980. p. 186; e DIAS, Carlos A. O indígena e o invasor; a confrontação dos povos indígenas do Brasil com o invasor europeu nos séculos XVI e XVII. *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro, 28:(201-225), 1981.
- 8 - Cf. ROMANO, Ruggiero. *Mecanismos de conquista colonial*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- 9 - Cf. DIAS, C. A. op. cit.
- 10 - Ibidem. Note-se que esses três aspectos se evidenciaram no episódio da *França Antártica*.
- 11 - Cf. NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios; colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.; esse livro se constitui em um estudo aprofundado sobre as missões jesuítas e a catequese, razão pela qual optamos por excluir comentários extensos sobre as catequese, já bastante exploradas inclusive por outros autores. Para uma introdução consulte-se; CARVALHO, Laerte Ramos de. A educação missionária e seus métodos. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1981. v. I. p.138-144.
- 12 - Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão; os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis, Vozes, 1986. Como contraponto vide LISBOA, Baltasar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Segnot-Planchet, 1834. v. I. cap.1.
- 13 - Vide PEIRANO, Mariza G. S. A antropologia esquecida de Florestan Fernandes: os Tupinambá. *Anuário Antropológico*,

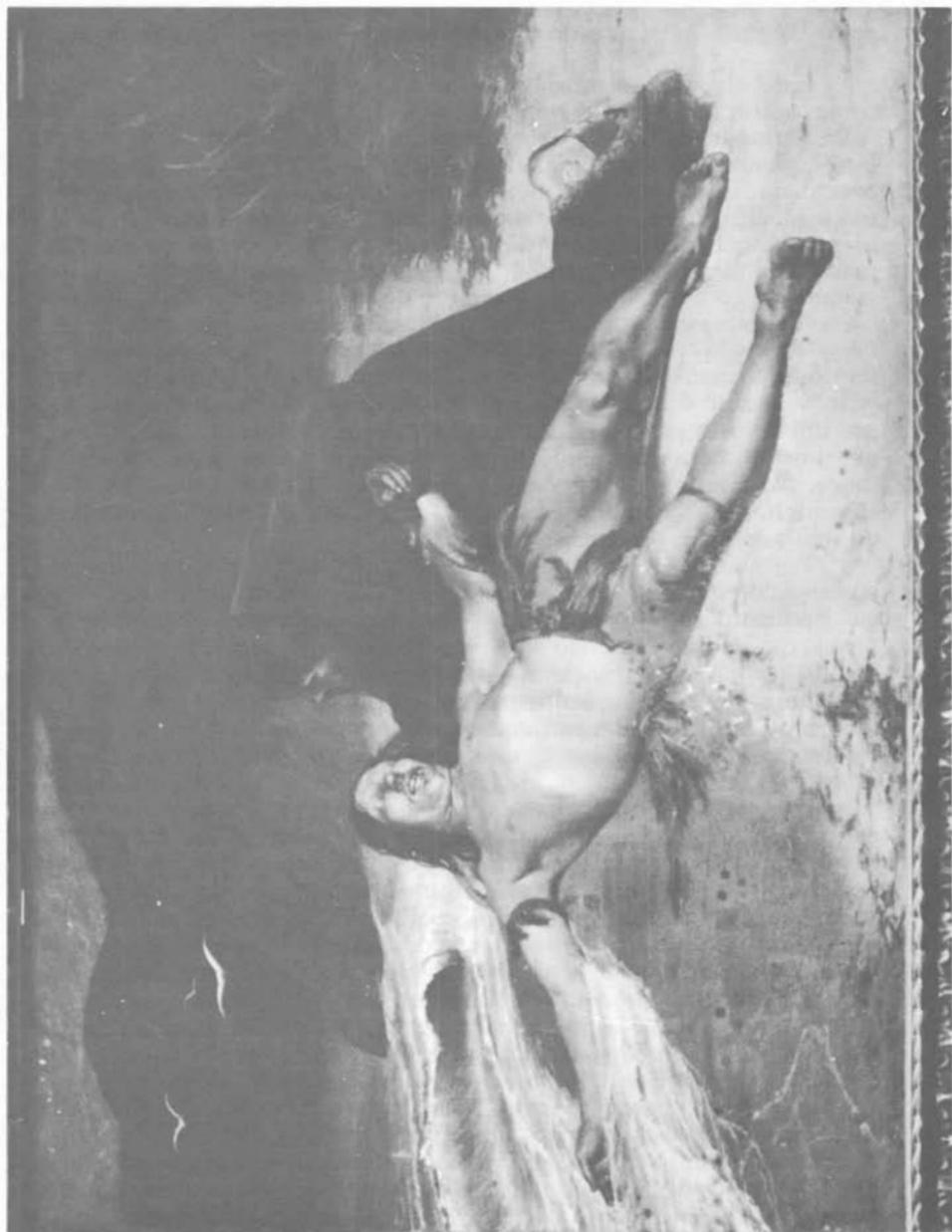
- Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 32:(15-47), 1984.; e D'INCAO, Maria Angela (org.). *O saber militante; ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro - São Paulo, Paz e Terra - UNESP, 1987., em especial a Parte III. Esses estudos constituem importante balanço dos trabalhos de Florestan Fernandes e sobre sua receptividade.
- 14 - Cf. FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambá* 2. ed. São Paulo, DIFEL, 1963. (Col. Corpo e Alma do Brasil - XI).
  - 15 - Idem. A função social da guerra na sociedade tupinambá. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, N.S., VI:(7-425), 1952.
  - 16 - Ibidem.
  - 17 - Ibid.
  - 18 - Cf. CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o estado*. 2. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.; e SAHLINS, Marshall. A primeira sociedade da afluência. In: CARVALHO, E. A. (org.). *Antropologia econômica*. São Paulo, Ciências Humanas, 1978. p.7-44.
  - 19 - Cf. FERNANDES, F. A função... op. cit.
  - 20 - Ibidem.
  - 21 - Cf. CLASTRES. Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas. In: *Guerra, religião e poder*. Lisboa, Edições 70, 1980. p.27.
  - 22 - Ibidem. p.31.
  - 23 - Ibid. p.36.
  - 24 - Ibid.
  - 25 - Cf. FERNANDES, Florestan. Antecedentes indígenas: organização das tribos tupis. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1981. v.1.
  - 26 - Vale observar que, para essas considerações acerca da guerra nas sociedades "primitivas", nos utilizamos de autores de perspectivas teóricas divergentes, mas acreditamos que isso não compromete as anotações feitas, já que o objetivo de sua utilização é auxiliar, sendo que os resultados alcançados pelos trabalhos citados são bastante semelhantes.
  - 27 - Cf. CORTESÃO, Jaime. *Introdução à história das bandeiras*. Lisboa, Portugal, 1964. p.131. v.II.; esse autor chama atenção para a importância das ligações matrimoniais entre tupis e europeus, ressaltando o papel destas na indianização do estrangeiro e sua relação com as flutuações e a permeabilidade lingüística; enfatiza, ainda, o exemplo francês, do século XVII, no Maranhão, a partir do relato da época de Yves d'Évreux.

### 3. O COMBATE PELO FATO

J'arrange les faits de façon à  
les rendre plus conformes à la  
verité que dans la réalité (...)  
(André Gide. *Paludes*, 1920)

O fato quincentista da afirmação do domínio europeu no Rio de Janeiro não foi apenas valorizado pelos estudos históricos, mas, igualmente, em uma pintura, ou mais precisamente em um quadro, do ano de 1883, de autoria de Rodolfo Amoedo, intitulado *O último tamoio*. A obra pictórica desse artista é uma das mais celebradas do academismo no Brasil, típico do século XIX. Em *O último tamoio* [ilustração 2] a iconografia apresenta um tema histórico, cuja representação exhibe um cenário em que se destaca um índio desfalecido, amparado por um missionário religioso, e pássaros que voam. A leitura do quadro de Rodolfo Amoedo permite algumas anotações em estreita relação com a percepção produzida acerca dos acontecimentos que marcam o século XVI e a dominação portuguesa na América.

Observa-se que a composição está delimitada por um cenário dividido em três partes. No alto, montanhas que ocupam de ponta a ponta a tela, conformando um espaço alongado em horizontalidade, dominado por tom escuro esverdeado. Abaixo dessa faixa, dois espaços claros, com bastante luz, de limites tênues, invadindo-se mutuamente e tendendo para o plano superior, contrastando com este por sua verticalidade. A distinção dos dois espaços inferiores, apesar de pouca delimitação, é evidente, já que à esquerda do espectador estão representadas as águas do mar e, à direita, a areia da praia. Esse palco da composição é complementado pelos personagens que compõem o desenvolvimento do tema pictórico. Os atores da cena se destacam pela sua posição diagonal em relação aos planos do cenário, marcado pela horizontalidade das montanhas e pela verticalidade dos outros dois espaços, o que no conjunto confere movimento de linhas ao resultado final. Dessa forma, o corpo do índio representado está alinhado à massa que conforma o missionário. Esse seu alinhamento em diagonal se apresenta como que alongado no quadro



2. O último tamoio, Rodolfo Amoedo. 1883. MNBA.

pelos pássaros no canto do alto, apontando para uma brecha de céu azul.

Estabelecendo a relação do cenário com os atores, observa-se como o corpo estendido do índio desfalecendo, em nudez exposta pela claridade, está posicionado entre o plano do mar e o da areia. Isso ressalta ainda mais, quando se atenta para a contorção do corpo, acentuando sua diagonalidade, ao mesmo tempo que exhibe sua divisão e identificação com os elementos dos espaços pictóricos. Mesmo as penas, que complementavam a representação do indígena e caracterizam sua origem nativa, apontam em direções distintas, afirmando apego aos planos do oceano e da terra. Assim, areia, água e corpo são apresentados com cores claras na tela — excetuando-se os pássaros e céu, mas de aparição muito discreta no todo — além de serem nitidamente naturais, evidenciando sua relação intrínseca. Esse terreno natural é identificado ainda pela aridez da praia, completada por um arbusto pobre, e pelo movimento instável das águas do mar, que invade a margem arenosa, acentuando a sua carência e insegurança. A representação do cenário é arrematada, finalmente, pelo peso e altura das montanhas, formando como que um muro e conferindo limites rígidos ao cenário terreno.

Por sua vez, o missionário encontra-se de joelhos, procurando sustentar o corpo do índio, levantando um de seus braços e sua cabeça. Enquanto o índio não está nitidamente relacionado à areia e às águas, o corpo do religioso só é percebido pelo volume dos panos de seu hábito marrom, colocando-se, assim, em distanciamento em relação à terra, tocada apenas pelos pés, o que, de um lado, pode caracterizar o fato de ser um estrangeiro, mas também indica seu desligamento das coisas terrenas e sua ligação com o transcendente. Se os olhos expostos do indígena estão fechados, os do missionário ficam sugeridos pelas sobrancelhas, deixando pela sua indefinição uma certa impressão de que o olhar do sacerdote completa uma triangulação entre o olho cerrado do aborígine e o vôo das garças, destacadas pelo tom alvo, que se dirigem ao céu azul, como que buscando transpor a linha diagonal da composição para além dos limites da tela.

Claramente, *O último tamoio*, de Rodolfo Amoedo, associa a morte do índio com a sua salvação por obra do cristianismo. De elemento identificado com as coisas terrenas — mar, areia e corpo — a vida que ainda resta ao indígena é elevada pela ação do missionário que o ergue e a força simbólica das alvas garças, voando em direção às alturas. A abertura do quadro se dá em contraste com a delimitação rigorosa do espaço terrestre representado. O pouco céu que fica sugerido no canto do quadro impõe ao espectador da obra a necessidade de terminar o cenário terrestre, complementando o céu com sua imaginação, o que, em última instância, provoca a transferência da conclusão do tema para o exterior da própria representação. E, por certo, pelas mãos da religião e, por consequência, no céu, não pintado, mas apenas sugerido, que o personagem indígena simbolica-

mente se perpetua, segundo a representação iconográfica.

Essa sugestão do tema desenvolvido por Rodolfo Amoedo é, evidentemente, inspirada na literatura de Gonçalves de Magalhães, autor do poema épico *A confederação dos tamoios*, cujo original data de 1856. Enquanto o pintor é expressão de um romantismo tardio, o poeta pode ser considerado um dos inauguradores do movimento romântico da primeira metade do século XIX, associado a um forte nacionalismo que se desdobrou no indianismo, transformando a imagem do índio em símbolo de uma suposta nacionalidade. Em seu épico, no qual Rodolfo Amoedo buscou inspiração, Gonçalves de Magalhães destaca dois personagens a partir do tema da resistência indígena à dominação portuguesa: de um lado, o cacique Aimbiré, símbolo da rejeição ao estrangeiro e determinado na afirmação da liberdade e da terra pátria, conferindo vigor ao homem americano; de outro lado, o mesmo épico destaca a obra civilizadora europeia por meio da celebração do índio convertido ao cristianismo, representado no personagem Tibiriçá. Na obra pictórica de autoria de Rodolfo Amoedo encontra-se uma síntese do tema de Gonçalves Magalhães, em que o índio na tela é investido das qualidades dos heróis do épico romântico-nacionalista, contendo em si o apego à terra e à liberdade, uma vez que sua morte é colocada como resultado da resistência à dominação, características que se referem ao personagem poético de Aimbiré, além de associar-se ao cristianismo e à obra civilizadora como Tibiriçá, que foi amparado pela religião. Com isso, o pintor garantiu fora dos limites da tela a sobrevivência simbólica do personagem indígena representado, ao mesmo tempo que lança para a ordem do simbólico a associação da iconografia com um mito de origem nacional, em que os habitantes originais da América portuguesa se perpetuaram por meio da construção das novas estruturas sociais fundadas a partir da presença europeia no Novo Mundo. As bases da confluência de culturas no século XIX fica como que realizada na obra da Igreja e da religião, segundo a tela de Rodolfo Amoedo, em relação direta com sua inspiração nacionalista<sup>1</sup>.

Se o desenvolvimento do tema em Rodolfo Amoedo é tardio, o mesmo não pode ser dito de Gonçalves de Magalhães. Sua poesia esteve em sintonia com os valores intelectuais de sua época e, por isso mesmo, posiciona-se em relação ao desenvolvimento da mesma temática abordada por parte dos escritos históricos de então, por mais divergentes que sejam seus resultados, revelando a preservação da autonomia do campo artístico e do campo da reflexão histórica. No seu desenrolar, como a literatura e a pintura, destacaram o indígena, valorizando-o simbolicamente. O resultado das obras históricas, ao contrário, não vai apresentar a mesma característica, não atribuindo ao personagem nativo a mesma importância. Em contraposição, a historiografia consagrou o evento da afirmação do domínio lusitano no Rio de Janeiro, a partir do episódio da tentativa de

estabelecimento de franceses na baía de Guanabara, celebrizando o fato da *França Antártica*.

De fato, a escrita da história se apresenta sempre como um lugar privilegiado da percepção do fato. Seguindo os rastros dos historiadores consagrados da *França Antártica* – o episódio da tentativa de ocupação francesa da Guanabara – emerge no horizonte da história uma determinada leitura dos acontecimentos. É em busca das bases dessa leitura que a investigação das pistas se processa. É a *operação historiográfica* que está em questão, para nos valermos da expressão de Michel de Certeau<sup>2</sup>.

O advento da *França Antártica*, ou seja, a tentativa de ocupação francesa na baía de Guanabara, em meados do século XVI, não foge à regra nesse sentido. Muito já se escreveu acerca da presença francesa no Rio de Janeiro. Todavia, são poucas as diferenças na produção historiográfica, de diferentes épocas, dedicada ao episódio. Note-se que é possível igualar desde os mais antigos textos aos mais recentes dentro de uma mesma perspectiva de interpretação, não se verificando avanços consideráveis em termos de conteúdo ou enfoque.

Nas últimas décadas do nosso século, temos assistido por parte da produção dos historiadores no Brasil, a um quase completo desprezo pelos estudos quinhentistas ou mesmo seiscentistas<sup>3</sup>. É como se o período colonial tivesse perdido em importância face a questões presentistas – o que não deveria necessariamente ser colocado em campos opostos. O descaso e a carência de renovação se mostram, sobretudo, relevantes no que se refere ao tema da afirmação da presença europeia na América, pois os estudos contemporâneos envolvidos com as grandes estruturas sociais reservam raríssimos comentários acerca do período pré-colonizador e ao episódio de estabelecimento de estrangeiros na América portuguesa<sup>4</sup>. Claramente, esse instante da história da colonização luso-americana se vê relegado a um segundo plano, se não esquecido pelos trabalhos históricos mais recentes. Nesse sentido, o período pré-colonizador e os instantes de construção dos mecanismos estruturais do sistema colonial ficaram confinados aos manuais e livros didáticos, resumidos às reformas administrativas dos tempos coloniais, excetuando-se o tema das *bandeiras*, sempre explorado e reduzido aos velhos jargões.

Esse quadro pode ser perfeitamente estendido também aos estudos que de uma maneira ou de outra se debruçam sobre os tempos coloniais do século XVI, mais detidamente. Não somente para os estudos de linha mais tradicional, do ponto de vista da inspiração metodológica, como igualmente para aqueles tidos como mais modernos, o grau de aprofundamento não pode ser tido como considerável, perpetuando-se em grandes linhas o discurso consagrado. *Grosso modo*, os acontecimentos em torno da presença de europeus não-portugueses são quase esquecidos ou os estudos específicos

mantêm-se *petrificados e aprisionados*, não introduzindo novas problemáticas<sup>5</sup>.

Contraditoriamente, no entanto, foi a historiografia posterior ao século XIX que consagrou a especificidade dos empreendimentos não-portugueses, introduzindo capítulos específicos dedicados à presença francesa ou inglesa, por exemplo, ou, ainda, afirmando a particularidade de episódios como a *França Antártica* – expressão herdada dos franceses. Nesse sentido é que a rubrica das *invasões* ou, simplesmente, *presença estrangeira* (estranhamente em oposição aos portugueses e não, propriamente, aos nativos) terminou por arrematar o arcaboço interpretativo esboçado pelos primeiros estudiosos, corroborando as análises consagradas, aos invés de estabelecer rupturas – fundando definitivamente o fato e a temática.

Por tudo isso, defendemos o princípio de que o discurso histórico acerca da presença europeia na América no século XVI está *enformado* pela historiografia do século XIX. Possivelmente, não seria demasiado afirmar que essa perspectiva inaugurada no século passado se viu aprofundada com a consagração do tema reunido em redor da expressão *invasão estrangeira*, englobando genericamente todas as tentativas de presença no território da América portuguesa por elementos não lusitanos. Perde-se, assim, de vista a totalidade do sistema histórico, que não é restrito à especificidade do mundo colonial e no qual europeus se igualam, na medida em que são autores do movimento de *Expansão Marítima e Comercial*. Mesmo mantendo-se como parâmetro o mundo colonial, é possível perceber de imediato que não raro os estudos do século XX se preocuparam muito pouco com a articulação da presença europeia com a atuação do elemento indígena, ou com o estabelecimento do *regime de feitorias/escambo*. Assim, perdura a noção de *invasão estrangeira* – tendo como eixo interpretativo uma agressão à propriedade da Coroa portuguesa, que aparece como lesada – enquanto dado e não como construção. Quanto ao autêntico nativo, o índio, este é relegado a um segundo plano.

Sendo o objeto específico deste estudo o advento da *França Antártica* e partindo da premissa de que a historiografia acerca do episódio histórico se caracteriza como discurso petrificado, pois não consegue ultrapassar os limites da *enformação* cedida pelas análises consagradas do século XIX, afirma-se como meta a análise dessas interpretações fundadoras. É a partir da crítica do *discurso enformador* que a sua superação deve ser postulada. A partir desse ponto de partida é que se pretende desenvolver o estudo da historiografia acerca da ocupação francesa na baía de Guanabara, tendo como referência obras notórias que se constituem em fontes obrigatórias para o tema.

As obras históricas que pretendemos analisar têm em comum, independente da perspectiva e do questionamento embutido, o tratamento dado à elaboração final. Trata-se de uma história presa à expo-

sição cronológica dos acontecimentos, em que a problematização permanece subjacente, não explicitada, ou, quando muito, como discurso paralelo. Essa perspectiva é corroborado pelo tipo de trabalho heurístico, preso metodologicamente à indução. Sendo assim, *estilo narrativo-cronológico* e *método indutivo* caracterizam a formulação do pensamento histórico implícito nas obras em questão. De modo geral, esse quadro não se distingue muito do resto da historiografia oitocentista, atada ao modelo historicista, cuja fórmula *wie es eigentlich gewesen ist* (tal como efetivamente sucedeu) serviu como modelo para o ofício de historiador, sempre buscando deixar a documentação falar por si.

Quatro obras dedicadas ao tema da *França Antártica* foram selecionadas, a partir da riqueza da pesquisa empreendida e pelo seu reconhecimento público e, sobretudo, pelo caráter fundador. Justamente por gozarem desse prestígio, seu papel na construção da perspectiva de interpretação do episódio que constitui o objeto deste estudo é de grande relevância, já que de certa forma são responsáveis pelas interpretações posteriores. Outro ponto de vista que orientou a seleção das obras foi a confrontação de perspectivas diferenciadas a partir da origem nacional dos autores.

Partindo para as apresentações, não poderia faltar entre os escolhidos a obra de Robert Southey, intitulada *História do Brasil*, composta de três volumes editados entre os anos de 1810 e 1819<sup>6</sup>. Pode-se dizer que Southey era um poeta romântico, engajado nas questões políticas da Inglaterra de seu tempo, associado ao conservadorismo britânico, defensor do fortalecimento do Estado e da institucionalização de laços sociais paternalistas. Sua obra acerca do Brasil insere-se, assim, nas discussões em torno da política colonial britânica, buscando a compreensão da conquista territorial e da constituição do Estado-Nação (tema central no pensamento do século XIX). De certa maneira, pode-se recusar tal escolha com o argumento de este autor não ser do Brasil, nem tampouco de Portugal; justificamos a opção pelo fato de Southey haver escrito a primeira síntese da história do Brasil com uma perspectiva mais acadêmica, superando as obras crônicas de Rocha Pita e frei Vicente do Salvador<sup>7</sup>. Não só isso lhe confere estatuto frente às possíveis contra-argumentações, mas também por ter sido resultado de um grande esforço de interpretação e análise segundo os padrões da época. Além disso, mesmo assumindo uma perspectiva crítica em relação à exploração colonial de tipo comercial, mostra-se bastante condescendente face ao processo da colonização lusitana na América, encarecendo positivamente a abertura dos portos e os antigos laços de dependência de Portugal em relação à Coroa britânica. Esses aspectos garantiram, por parte da Corte portuguesa, nos trópicos desde 1808, uma acolhida imediata e a consagração da obra — daí este poder assumir um estatuto luso-brasileiro.

A outra obra, dentro da mesma perspectiva, não poderia deixar

de ser lembrada, pois trata-se do maior clássico da historiografia do Brasil: a *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, o visconde de Porto Seguro<sup>8</sup>. Sua obra veio a público entre os anos de 1854 e 1857 e desde então se tornou um marco da historiografia nacional, não só por seu resultado interpretativo, mas, especialmente, pela diversidade e riqueza no trabalho de erudição em relação às fontes primárias apresentadas ao longo de seus cinco tomos. A partir de seu engajamento no projeto político de construção da nacionalidade do Império do Brasil, a obra de Varnhagen assumiu, desde a sua divulgação, grande importância, tornando-se um alicerce da memória nacional, até os dias de hoje, em grande parte. Questioná-la, acima de tudo, significa pôr em cheque quase todo o discurso erigido acerca do passado colonial do Brasil. É certo que, já há algum tempo, os historiadores se deram conta desse fato, porém nem sempre se tem avançado em igual proporção na superação de tal perspectiva oitocentista no nível do senso comum, especialmente no que tange aos acontecimentos do século XVI<sup>9</sup>.

As duas obras destacadas e lembradas até aqui se inserem em uma perspectiva luso-brasileira, já que o público atingido pelo discurso implícito de tais obras é o do Brasil e Portugal. Em contrapartida, qualquer análise se empobreceria, se não incorporasse o estudo de obras com perspectivas interpretativas diversas. Essa outra perspectiva, como não poderia deixar de ser, é representada por obras de autores franceses e cuja receptividade se realizou igualmente em terras de França. Isso reafirma o caráter francês de tais livros e por nós enfatizado: é o fato de não termos notícia de sua tradução para o português, possuindo, portanto, como único público-alvo o de língua francesa.

Os dois estudos apresentados em seguida são tentativas de interpretação específica do advento da presença francesa na Guanabara durante o século XVI. Ambos devem ser reconhecidos não só pela sua receptividade pública, mas também pelo seu valor historiográfico, sendo obras que apresentam maiores detalhes e dados novos ao objeto em questão: podem ser caracterizados em pé de igualdade em termos de heurística em relação aos trabalhos de Southey e Varnhagen.

O primeiro livro a ser lembrado é o de Paul Gaffarel, publicada em Paris no ano de 1878, sob o título de *Histoire du Brésil Français au XVIe. siècle*<sup>10</sup>. Gaffarel possuía ligações com o Império do Brasil e não sem razão dedicou essa obra ao imperador d. Pedro II. Mas isso não invalida a intenção de classificá-lo dentro de uma perspectiva francesa, já que, em momento algum no decorrer de seu trabalho, P. Gaffarel demonstra qualquer posição crítica em relação ao país dos trópicos, face ao respeito e estima à pessoa do imperador. De qualquer forma, sua obra não só é de estimável valor quanto aos resultados de sua pesquisa, mas igualmente por conter em apêndice inúmeras cartas e documentos de época. Caberia, ainda, obser-

var que este autor teve acesso às leituras de Robert Southey e Francisco Adolfo de Varnhagen.

Quanto ao quarto e último acompanhante, obviamente, seu esforço interpretativo se viu beneficiado pelos estudos empreendidos anteriormente e aqui lembrados, dos quais fez uso profícuo. Trata-se da obra de 1897, com o título de *Villegaignon, roi d'Amérique, un homme de mer ao XVIe. siècle*, de autoria de Arthur Heulhard<sup>11</sup>. Sua obra possui ricos elementos informativos, sendo provavelmente a mais polemizadora nesse sentido, porém, sem conseguir ultrapassar as deficiências intrínsecas ao pensamento histórico do século XIX. Não se trata apenas de uma biografia de Villegaignon, comandante da expedição francesa, como deixa transparecer o título, mas, sim, de um estudo da empresa francesa na baía de Guanabara a partir de seu enquadramento na vida do chefe da expedição.

Inicialmente, cabe ressaltar que a historiografia indicada como fundadora da temática da presença francesa na América portuguesa, e especificamente do episódio da *França Antártica*, não estabelece um enquadramento especial. Explicitamente, isso significa dizer, por exemplo, que o episódio é apresentado, não em um capítulo específico das obras analisadas, mas, sim, a partir da biografia de Villegaignon, como na obra biográfica de Heulhard, ou em relação aos outros empreendimentos quinhentistas franceses em Gaffarel, ou ainda a partir da análise da administração dos governos-gerais nos livros de Southey e Varnhagen. Nestes últimos a observação é ainda mais importante para o caso da *França Antártica*, na medida em que os primeiros tempos do empreendimento se incluem no capítulo destinado à administração de Duarte da Costa e o seu desenrolar no capítulo seguinte, dedicado ao governo de Mem de Sá, e sempre articulado a outros acontecimentos. Na prática isso evidencia nas obras de Varnhagen e Southey uma articulação explícita do empreendimento com os ditos governantes, explicando-o pela fraqueza de Duarte da Costa, primeiro governante, e o encaminhamento final associado à capacidade de administrador do sucessor. Tanto na associação com a administração colonial, como na identificação com a biografia do comandante da expedição francesa, termina-se por atribuir ao fato limites temporais frouxos, podendo se compreender seu término com o ataque lusitano em 1560, surgindo, porém, também, a possibilidade de ser estendido às ações de 1565 a 1567.

O que a historiografia analisada demonstra é que a ocupação francesa se constituía em uma ameaça externa ao domínio colonial português. Dessa maneira, podemos postular a caracterização da ocupação francesa – para os autores em estudo – como conflito militar, colocando-se a questão religiosa, que surge em torno do episódio, num segundo plano. É esse aspecto que abre o flanco para a posterior fundação da temática acerca das *invasões* ou da *presença estrangeira*.

Para ilustrar tal conclusão, Southey se utiliza da expressão “expedição dos franceses ao Rio de Janeiro debaixo do comando de Villegaignon”; já Varnhagen prefere falar da “tentativa de Villegaignon”<sup>12</sup>; quanto aos autores franceses, Gaffarel destaca em um de seus subtítulos a noção “*les projets de Villegaignon*” (os projetos de Villegaignon); quanto a Heulhard a noção de “*expedition*”, ou “expedição” em português, aparece em um dos subtítulos do capítulo IV. No caso do último autor, apesar de não termos colocado ao lado da expressão privilegiada o nome de Villegaignon, é evidente a associação do projeto de ocupação da Guanabara ao seu nome, pois compõe-se em grande parte da biografia do comandante da expedição, assim como o trabalho de Gaffarel. O mesmo se evidencia nas análises a partir da perspectiva luso-brasileira, como se nota pela caracterização predominante do fato histórico. Distinguem-se as duas leituras, sobretudo, porque nos autores da perspectiva não-francesa surge como evidente a associação da empresa colonizadora com a idéia de *ação militar* (aproximada da noção de “invasão”). Quanto aos outros autores, destaca-se genericamente da sua caracterização do advento histórico uma aproximação com a noção de *ocupação*, sem, contudo, assumi-la de forma contundente. Tal postura pode ser justificada, na medida em que o discurso francês possivelmente estivesse preocupado em minimizar o caráter transgressor do episódio. Não obstante, a forte associação do projeto à figura de Villegaignon demonstra a valorização do aspecto bélico-militar dos acontecimentos. De qualquer forma, pode afirmar-se que a caracterização da empresa francesa vacila, nos autores apresentados, entre esses dois pólos, quais sejam a dimensão militar do empreendimento e a sua forma colonizadora, no sentido estrito de ocupação e estabelecimento em um novo território — ora tendendo a valorizar a primeira dimensão, ora a segunda, de acordo com a circunstância.

O próprio tratamento linguístico evidencia a ênfase no conflito militar, já que as obras selecionadas não poupam esforços para distinguir acentuadamente franceses de portugueses. É o caso de Varnhagen afirmando discretamente quais são “os nossos”; de Gaffarel identificando os franceses como “*nos compatriots*” (nossos compatriotas) e definindo “*l'ennemie*” (o inimigo), do mesmo modo que Heulhard.

Todavia, o que chama a atenção nesses estudos acerca do fato histórico em questão é que, apesar da perspectiva de caracterização do advento como conflito militar entre a França e Portugal, em um certo sentido as interpretações se mostram contraditórias, na medida em que o desenrolar das análises não se dá no campo das relações diplomáticas entre os dois reinos, mas sim, a partir da centralização das atenções na figura do comandante-em-chefe do projeto coloni-

zador e do desenrolar do mesmo. Trata-se, portanto, de uma perspectiva bastante restrita, onde os reinos envolvidos são representados pelas figuras dos chefes locais – no caso Villegagnon e Mem de Sá – reduzindo, assim, a extensão do conflito e dissociando-o do contexto histórico global e dos seus determinantes ligados à política colonial européia. Destarte, desloca-se a análise do campo internacional, Europa, para um outro espaço internalizado: a América portuguesa, compreendendo-se o evento histórico como um conflito, cujas dimensões se obtêm a partir da baía de Guanabara e da Bahia – sendo então um conflito, por assim dizer, entre franceses localizados na Guanabara e portugueses baseados na Bahia soteropolitana (incluam-se, em segundo plano, os portugueses de São Vicente). Certamente, a tipologia das fontes contribuiu decisivamente para isso.

Verificam-se, nos quatro autores examinados, referências ao quadro das relações diplomáticas propriamente ditas, sobretudo, na discussão em torno do fato de a Coroa francesa empreender um projeto colonizador em tal momento histórico. Os acontecimentos em discussão referem-se à situação de conflito com o reino de Espanha e o relativo apaziguamento das relações entre Portugal e França, depois de longo período de discordâncias entre as duas Coroas ibéricas sobre a questão da posse das terras do Novo Mundo<sup>13</sup>.

Creemos ser Arthur Heulhard quem apresenta uma argumentação mais consistente, articulando-a a partir da necessidade de proteção ao comércio francês. É o mesmo autor que apresenta a famosa frase do rei francês, Francisco I, com a qual se justificava a persistência dos mercadores em desprezeitar o Tratado de Tordesilhas e, assim, se opor à política do *mare clausum* ibérica, forçando a liberalização dos mares. Francisco I havia afirmado: “Eu gostaria muito que me mostrassem o artigo do testamento de Adão que divide o Novo Mundo entre meus irmãos, o imperador Carlos V e o rei de Portugal, excluindo-me da sucessão”<sup>14</sup>.

É importante observar que Heulhard parece ser o que melhor articula a realização de um projeto colonizador francês à política colonial de monopólio, em discussão nesse momento da história européia: mas, de antemão, é exatamente esse autor que assume com maior ênfase o objetivo de realizar uma biografia completa de Villegagnon, o que se expressa no título mesmo de sua obra, não conseguindo ir muito além das outras interpretações.

Um outro ponto passível de observação é a forma como os autores analisados tratam a gestação do projeto da *França Antártica*. Duas interpretações se apresentam: a) a empresa colonizadora francesa como projeto pessoal que obteve apoio da Coroa; b) a empresa como empreendimento protestante/huguenote. Esses dois pontos demonstram como os historiadores encaram a ocupação da Guanabara por parte de franceses. A primeira dessas interpretações mostra como Villegagnon, cavaleiro da Ordem de Malta, leva adiante um

projeto que ele mesmo teria idealizado, não só como católico praticante, mas, igualmente, como fiel servidor da Coroa. Para tanto, teria angariado o apoio do duque de Guise, cardeal de Lorena, e a ajuda do almirante-mor da marinha francesa, Gaspar de Coligny, simpatizante da causa do calvinismo e organizador da tentativa de colonização protestante na Flórida. O projeto original nesse sentido é apresentado como obra de Villegagnon, que não tinha em mente realizar uma colônia protestante na América. O desenrolar da expedição à Guanabara fez com que o projeto fosse utilizado pela causa protestante, devido à falta de apoio da Coroa. Essa linha de interpretação é, sobretudo, a de A. Heulhard<sup>15</sup>.

Quanto à segunda forma de interpretação, temos como adeptos os outros três autores: Gaffarel, Varnhagen e Southey, evidentemente com algumas nuances de diferenças. Os dois autores classificados na perspectiva luso-brasileira não diferem entre si, anotando que desde o início a idéia era instalar um asilo protestante na América. Já Gaffarel demonstra que o caráter huguenote da colônia seria uma imposição do almirante-mor Coligny, em troca de seu apoio.

De qualquer forma, para os autores classificados nessa linha, a participação de Coligny é tida como determinante para a realização da empresa colonizadora francesa e, por outro lado, a participação do cardeal de Lorena é negada, ou minimizada. A questão religiosa também assume desde o início da organização da expedição um papel de destaque. O apoio oficial se torna secundário face às necessidades próprias dos huguenotes, ao contrário da primeira interpretação, na qual a falta de empenho da Coroa francesa será um elemento fundamental no processo que se desenrolou à seguir<sup>16</sup>.

Em contrapartida, existe um ponto em que as duas interpretações não divergem: o papel de Villegagnon. Se, na primeira interpretação apresentada, a *França Antártica* se constituiu como projeto pessoal, na segunda, a gestação inicial é de Villegagnon. Todavia, o engajamento do protestantismo francês torna a empresa menos personalista, mas nem por isso a ação do comandante é minimizada. Em ambos os casos, a responsabilidade pela expedição é tributada à ação do cavaleiro da Ordem de Malta. A ele se atribuem todos os poderes de decisão, comprovando o prestígio de que gozava Villegagnon junto à Corte francesa. Não obstante, se, de início, Villegagnon foi a figura mais importante para a efetivação do projeto colonizador francês, será ele, igualmente, o tributário maior do insucesso da ocupação da bafa Guanabara. Depois de tantos descaminhos, a *França Antártica* malogrou. Diversas são as causas atribuídas pelos historiadores a tal fracasso.

A primeira razão que se atribui para a dissolução da *França Antártica*, como não poderia deixar de ser, é o comando de Villegagnon. A ele se atribuíram os mais diversos adjetivos – Varnhagen se referiu a tal personagem histórico como: “ambicioso e hipócrita aventureiro”<sup>17</sup>. Porém, a maior das acusações que se faz a Villegag-

non é a de traidor, especialmente em Sothey<sup>18</sup>, o que lhe valeu o apelido de “Caim da América”. Essa faceta todos os historiadores exploram: Gaffarel defende o ponto de vista de que Villegagnon teria errado, atribuindo-lhe, não a qualidade de traidor, mas, sim, de desertor, por deixar as terras guanabarinas em fins de 1558<sup>19</sup>.

A posição mais curiosa acerca da atuação de Villegagnon no comando geral da empresa francesa é, sem dúvida, a de Heulhard. Para esse autor haveria duas fases na ocupação da bafa de Guanabara: a primeira seria o que se pode denominar fase católica; a segunda se iniciaria com a vinda dos calvinistas. Essa divisão se vê sustentada, inclusive, pela transformação da postura de comando de Villegagnon – associado a um fantoche que muda de opinião como de hábito. De início, a defesa dos princípios católicos por parte do chefe da expedição pode ser caracterizada como intransigente, o que lhe traria desagrado por parte dos seus comandados. Suas atitudes foram bastante rígidas, especialmente, no que tange aos princípios da moral cristã. Proibiu os colonos franceses de manterem qualquer contato com as mulheres nativas, a não ser que fossem casados. Um acontecimento nesse sentido provocou a primeira conspiração contra seu comando, resultando nas primeiras deserções e em três enforcamentos. Até af a influência do frei André Thevet seria decisiva, mas esse retornaria em pouco tempo à metrópole<sup>20</sup>. A segunda fase ficou marcada pelas discussões teológicas com os pastores calvinistas chegados em 1556, tendo Villegagnon, em um certo momento, aderido à seita de Genebra e depois se voltado contra os huguenotes, passando a persegui-los e não aceitando mais uma convivência tolerante, como de início<sup>21</sup>.

A questão protestante permite outros desdobramentos, não só a partir de Heulhard, mas, de forma especial, em Robert Southey, por acreditar que a traição do comandante “ao seu próprio partido” teria feito com que o Rio de Janeiro não viesse a se tornar uma cidade francesa<sup>22</sup>.

Varnhagen dedica algumas linhas para comentar a vinda dos quase trezentos protestantes em uma armada. Junto com a expedição, vieram ainda dois teólogos calvinistas e como auxiliar, o borgonhês Jean de Léry, cronista que registrou em livro sua versão dos acontecimentos. Assim, Varnhagen observa que:

O reforço, longe de trazer à colônia francesa paz e concórdia, como julgava Villegagnon, em uma carta que escrevia a Calvino, veio aumentar o número de queixosos contra aquele chefe, e descobriu que ele, pelo seu caráter despótico e bulhento, daria pouco que fazer aos legítimos dominadores da carta do Brasil<sup>23</sup>.

Em Varnhagen, mais uma vez, o que se observa como fator

determinante para o insucesso da ocupação francesa é a personalidade do capitão da expedição, a quem se atribuem qualidades e atitudes não dignas de seu título de nobreza. Gaffarel, por sua vez, descreve o clima de terror que se instalara na fortaleza da ilha que os franceses habitavam, a partir da chegada dos protestantes<sup>24</sup>.

Tanto Gaffarel quanto Heulhard acreditam que, se até o momento do retorno dos teólogos calvinistas a ocupação da baía de Guanabara não vingara, daí por diante tudo se tornaria mais difícil. A situação política da França era bastante diversa da de outras épocas. O almirante-mor Gaspar de Coligny, por exemplo, não teria mais o mesmo poder de influência como antes. O duque de Guise veria os ramos de seu poder se ampliarem. Villegagnon, entretanto, se indispusera ante a comunidade católica francesa ao acolher o contingente de protestantes. Por outro lado, o mesmo cavaleiro da Ordem de Malta estaria sendo bastante malquisto pelos membros da Igreja de Genebra. Dessa forma, poucos grupos restariam na Corte de França para auxiliar uma retomada do projeto de ocupação da baía de Guanabara, mesmo porque o próprio quadro histórico da França havia se transformado, a ponto de os franceses se verem em estado de quase guerra civil religiosa. Politicamente, os personagens mais influentes eram o duque de Guise (cardeal de Lorena e, portanto, católico) e a rainha Catarina de Médicis. A rigor, segundo Gaffarel, “ninguém na França se interessava mais pelo Brasil”<sup>25</sup>.

O aspecto mais enfatizado pela literatura histórica luso-brasileira é a ação militar portuguesa — seria essa a razão do insucesso da tentativa de ocupação francesa na Guanabara. A bravura do combate, a coragem da iniciativa, a liderança de Mem de Sá e a colaboração de seu sobrinho Estácio de Sá se convertem, para essa linha de interpretação, em fundamentos da ação bélica portuguesa. Na descrição de R. Southey, parece ser de utilidade ressaltar algumas palavras empregadas, como, por exemplo, o fato de não faltar aos portugueses “ânimo nem esforço”; ou a valorização da perspicácia da ação de comando de Mem de Sá, enviando o jesuíta Manuel de Nóbrega a São Vicente; a dureza da batalha assim expressa: em “dois dias e duas noites bateram em fortalezas, cujas muralhas e baluartes eram de rocha sólida”; por fim, a utilização de verbos como “investiram e tomaram”, ou “assaltando o rochedo”, além da reação francesa descrita por “intimidados os franceses abandonaram (...) fugiram”<sup>26</sup>.

É interessante notar que a valorização da ação militar portuguesa tem como consequência dois desdobramentos: primeiro, a depreciação do governo-geral de Duarte da Costa, ao qual Varnhagen se refere nos seguintes termos: “É possível que d. Duarte chegasse

ao Brasil animado de muitos bons desejos: mas do seu governo não o podemos nós deduzir”<sup>27</sup>. Além desse ponto, existe uma tendência nas obras de Southey e Varnhagen a supervalorizar as potencialidades bélicas francesas, sobretudo, baseados na solidez do forte e do reforço dos índios tamoios – diga-se de passagem, aspecto observável também nas fontes de época<sup>28</sup>.

Em compensação, os autores franceses procuram demonstrar que a posição escolhida por Villegagnon possui inconvenientes. Na ilha não havia água potável, obrigando os franceses a buscarem-na no continente, o que representava um transtorno, além de poder se transformar em causa de ruína face a um ataque externo. Ademais, doenças contagiosas tendiam a se multiplicar infinitamente, tornando-se um incômodo concreto – atingindo não só os homens, como as provisões estocadas. Devido a esses transtornos, o comandante da ocupação teria decidido enviar missões de reconhecimento em direção a Cabo Frio e ao rio da Prata. Ambas as expedições se viram abortadas, não contribuindo para as precauções desejadas. Nesse ínterim, na ilha ocupada, havia sido erguida uma cisterna bastante grande e se conseguiram afastar, em certa medida, ratos e outros animais indesejados<sup>29</sup>.

Dessas afirmações se depreende que nem tudo parece ter sido flores no alojamento francês. Paul Gaffarel demonstra como desde o início da sua montagem, a expedição foi perdendo em número de membros, sendo que os que restaram não podem ser considerados como ideais para tamanha empresa colonizadora. Assim, a expedição francesa inicia-se com cerca de seiscentas pessoas a bordo de duas naus – mesmo assim não há notícia de outra do mesmo porte que se dirigisse à América –, partindo da cidade do Havre. Apesar dos esforços franceses, Heulhard anota que isso representa menos do que Cabral em 1500. Logo de saída a expedição enfrentou uma violenta tempestade, tendo de parar em Branksea, na costa inglesa, retornando então a Dieppe, na França, de onde se lançaria nova partida. Todavia, muitos desertaram da expedição a partir do ocorrido, permanecendo em terras francesas. Note-se, ainda, o fato de Villegagnon ter angariado grande parte dos membros de sua frota entre os presidiários de Paris e Rouen. Essa característica dos elementos componentes da expedição francesa será mencionada por quase todos os autores que se debruçaram sobre o episódio<sup>30</sup>.

Finalizando esse raciocínio, é possível observar entre os autores franceses uma certa ambigüidade quanto ao potencial de força da expedição de Villegagnon. Se, de um lado, notam uma certa fragilidade na composição da empresa colonizadora – a nosso ver predominante nos textos analisados –, também tendem a valorizar a bravu-

ra de Villegagnon e dos colonos em geral. Todos os autores tecem comentários acerca da guarda escocesa – pessoal de Villegagnon – que, além de serem soldados de experiência comprovada, parecem ter sido extremamente hábeis e fiéis ao seu comandante.

Para além dessa digressão, um outro aspecto se evidencia, não só por ser mencionado por todos os autores, mas por parecer uma questão-chave na construção da “memória”. Estamos referindo-nos à subordinação indígena em relação aos franceses. Os autores trabalhados se reportam a uma forte liderança e a um poder expressivo de comando por parte dos franceses sobre os nativos, ou “brasileiros” – como dizem os autores franceses e o inglês – ou no original, “*les Bresiliens*” e “*the Brazilians*”. Ademais, o próprio tratamento dado por esses autores aos indígenas americanos caracteriza a postura de descrédito face à atuação e participação dos nativos, materializada por meio de expressões lingüísticas como “bárbaros”, “selvagens” ou “gentios” (forma portuguesa para definir o pagão). Mais ilustrativa ainda é a caracterização de Varnhagen, quando define o índio “como criança pelo entendimento”<sup>31</sup>.

De resto, também no que se refere aos indígenas, evidencia-se um esvaziamento da coletividade, na medida em que se reforça a atuação de determinados chefes, como Cunhambebe, de um lado, e, de outro Araribóia, o primeiro como líder dos tamoios que esteve do lado dos franceses e o segundo, na qualidade de comandante dos temiminós, que permaneceram ao lado dos portugueses. Novamente nos deparamos com a insistência em reduzir a dimensão do conflito. No caso da atuação dos povos nativos, esse esvaziamento é duplamente fortalecido pelo menosprezo dos mesmos enquanto força decisiva.

A fim de fazer um balanço do exposto, por ora nos fixamos em estabelecer as linhas gerais desse combate historiográfico em torno do empreendimento colonizador francês, a partir de seus eixos interpretativos. O que de imediato sobressai, da leitura do discurso construído em torno do episódio em estudo, é a dimensão restrita de suas consequências e do seu alcance. Num primeiro momento foram enfatizados os aspectos bélico-militares, definindo-se os acontecimentos enquanto *invasão*, para em seguida se amenizarem essas (des)caracterizações. Expliquemo-nos! Segundo esse raciocínio, a ocupação francesa na baía Guanabara deveria ser encarada como um ato criminoso e agressor, envolvendo duas portentosas nações européias do século XVI – Portugal e França. Nesse sentido, tudo levaria a se buscar no quadro das relações internacionais e de disputa pelo comércio ultramarino as razões de tal “crime”. O desenrolar desse tipo de postura seria colocar em oposição as Coroas de Portugal e Fran-

ça. Ora, o que a memória do fato nos deixou foi um conflito extremamente localizado, cujas proporções se restringiam aos franceses da Guanabara e os portugueses da Bahia e São Vicente. Nada que comprometa as duas Coroas européias. Restringe-se, assim, o quadro da compreensão dos acontecimentos.

Essa estratégia de abordagem histórica pode ser entendida a partir de dois antecedentes. Um primeiro, que seria o de poupar as relações entre os dois Estados. Vale lembrar que os estudos privilegiados pelo tratamento da pesquisa empreendida são datados historicamente: Varnhagen era um diplomata do Império do Brasil e por isso havia de ser muito cauteloso no campo das relações internacionais; o livro de Gaffarel, dedicado ao imperador, celebra a amizade entre duas nações e não seria de bom tom colocá-las em oposição, mesmo que em épocas distantes. Quanto ao segundo aspecto, note-se que, da perspectiva luso-brasileira — entenda-se Southey e Varnhagen —, cabia lançar bases nativistas. No caso do inglês, sua receptividade no mundo lusitano distorce seu intuito político-filosófico original, que tinha como referência as disputas políticas na Inglaterra, alinhando-se a um projeto político, do início do século XIX, de construção de um império colonial luso-brasileiro, dando dignidade à terra recém-habitada pela Corte portuguesa. Quanto a Varnhagen, af o projeto de construção de uma identidade nacional é mais evidente, articulando-se à própria legitimação da unidade em torno do Império do Brasil<sup>32</sup>.

Coincidentemente, é com esses dois autores que os acontecimentos em torno da empresa dos franceses são mais radicalmente internalizados, na medida em que seus estudos acerca da história do Brasil e a chegada da expedição colonizadora de Villegagnon ficam associados aos fracassos do tempo do governo de d. Duarte da Costa, enquanto a derrocada dos franceses e dos indígenas aliados face à reação portuguesa está incorporada a capítulos dedicados a exaltar o sucesso do governador Mem de Sá. Disso resulta um empobrecimento colossal do esforço francês, já que o motivo de seu êxito inicial se deve à fraqueza dos portugueses — ou melhor, de seu comandante local — além do que a própria derrota dos franceses não se justifica por si mesma, mas pelo potencial lusitano — ou, ainda, de seu comandante.

O único autor que poderia passar ao largo dessas considerações, em certa medida, seria Arthur Heulhard, que, contudo, é marcado por uma perspectiva de antemão restritiva, pois o centro de seus objetivos é a elaboração de uma biografia do chefe francês da empresa colonizadora, além de uma dose de comprometimento anti-protestante — nem sempre tão explícita. De toda forma, é nesse úl-

timo autor que evidenciamos alguns vãos mais totalizantes.

Os parâmetros estreitos impostos pela perspectiva adotada necessita de alguns recursos para a sua fundamentação. De saída, o critério cronológico de exposição, conferindo o caráter linear da história-narrativa nos autores apresentados e limitando as possibilidades de problematização devido ao condicionamento temporal. De outra parte, isso só se fez possível na medida em que todo o projeto colonizador é colocado sob a responsabilidade do cavaleiro da Ordem de Malta, Villegagnon. Por mais que se indique o apoio do rei de França e de seus colaboradores de governo, o almirante-mor Colligny e o duque de Guise, essas informações permanecem sempre em segundo plano na interpretação do fato. Villegagnon não só é responsabilizado pela gestação da empresa colonizadora, como também pelo seu fracasso. É por isso mesmo que sua figura surge como um verdadeiro "rei d'América", conforme a expressão de Heulhard — diga-se de passagem, um "rei" sem nenhuma majestade, indigno, traçoeiro e, porque não dizer, beirando à loucura, tamanha sua sedução pelo poder. A fantasia em torno do personagem assume até aspectos mágicos, como no caso da epidemia que grassou entre os nativos e que o comandante francês tendo, possivelmente, espantado com sua presença em aldeias ameaçadas, assim como em torno do seu encontro com o cacique Cunhambebe, perpetuando as imagens fantásticas do cronista da época, André Thevet.

Contudo, na mesma proporção que os franceses, os outros personagens coletivos envolvidos são esvaziados pelo discurso histórico oitocentista. Portugueses transformam-se em Mem de Sá, ou Estácio de Sá e índios são reduzidos a Cunhambebe ou Araribóia, sendo que esses últimos são acrescidos ainda da dependência frente aos europeus. Os outros "réus" da *França Antártica* são os protestantes, cujo papel efetivo foi, até certo ponto, reduzido. Deveriam surgir no imaginário em torno do fato muito mais como a esperança de novas forças, já que representavam uma injeção de fôlego à idéia original da ocupação. Entretanto, a imagem guardada de sua participação pela historiografia é a das crises dos momentos que levaram ao seu retorno à França. Nem sequer se enfatiza a martirização de alguns condenados à morte. Mas mesmo aí, em geral, a culpa maior recai sobre os ombros do chefe da expedição, que não soube aproveitar-se dessa derradeira esperança, por assim dizer.

Uma outra forma que a questão protestante assume, especialmente dentro da perspectiva luso-brasileira, é a identificação do projeto colonizador como sendo, desde a sua gestação, norteador pela religião protestante. Nesse caso, o próprio Villegagnon se vê comprometido com o calvinismo antes mesmo de chegar à América. Mas

é justamente a partir da participação protestante, sobretudo a partir de uma perspectiva nativista, que se justifica a reação portuguesa. Ressurge a idéia de uma “guerra santa”. A partir do engajamento huguenote é que se faz possível a ponte dos ataques lusitanos, justificando-os. Nesse instante, o próprio discurso da época, encontrado nas fontes primárias, pôde ressurgir no tratamento historiográfico. Nessa medida, compreende-se não só a supervalorização das potencialidades militares francesas e o heroísmo dos agentes da ação lusitana, como também se procura justificar o paralelismo entre as ações de 1560, sob o comando de Mem de Sá, e as de 1565-67, sob o comando do capitão-mor Estácio de Sá, evidentemente da perspectiva luso-brasileira.

Por trás desse cenário permanecem como sombras noturnas os nativos. Colocando-se o ataque português como fórmula para a expulsão dos protestantes franceses, permite-se o resgate do episódio da *França Antártica* como feito heróico, sem contrariar sequer os princípios do indigenismo romântico, tão típico dos ideais do século XIX. A imagem transmitida do indígena, na leitura dos acontecimentos, assemelha-se à do “bom selvagem”, envolvido pelas garras da “maldade” da civilização, engajando-se nos acontecimentos por um sentimento nobre de amizade fiel aos amigos, sejam eles franceses ou portugueses. No caso da relação dos indígenas com os portugueses, personificada na figura de Araribóia, a ajuda dos índios é minimizada, engrandecendo o heroísmo lusitano. Em relação aos franceses, os laços de amizade que os uniam aos nativos são especialmente utilizados como exemplificação da ingenuidade do silvícola, justificando-se sua fidelidade pelo fato de os súditos de França agirem politicamente, buscando sempre seduzir o indígena, sendo simpáticos e não autoritários. Enquanto os franceses são mascarados de madrastra malévola, os nativos são vestidos de passiva infantilidade. Disso resulta que a identificação das populações nativas com a liderança francesa, diga-se protestante, também contribuiu para a justificação da “boa ação” lusitana, isso na medida em que o símbolo da “guerra santa” pode ser retomado. Abre-se a possibilidade de tratar o conflito e a atitude dos portugueses como necessários à salvação das “almas”, isto é, dos nativos. Ao final, tanto em Southey quanto em Varnhagen surge a associação do acontecimento da França Antártica com a afirmação do domínio colonial lusitano na área que configuraria a capitania do Rio de Janeiro, cujo desenrolar culminou com a fundação da cidade de São Sebastião. A obra do historiador inglês é explícita ao aludir à possibilidade da cidade ter sido francesa. Entretanto, em Southey a fundação da cidade é atribuída mais enfaticamente à ação de Mem de Sá em 1567 e, portanto, ao estabelecimento das edificações no morro do Castelo. Ademais, o capítulo que trata do assunto é complementado com a vitória de forças lusitanas contra franceses e ingleses na Paraíba, enfatizando ain-

da mais a associação do fato com a afirmação do poderio lusitano sobre as terras do Novo Mundo.

Já em Varnhagen a mesma associação é evidente, no que se refere ao desenrolar dos fatos na área da bafa de Guanabara. No entanto, na análise comparativa, Varnhagen se distancia de Southey no que concerne ao estabelecimento da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Isso se depreende das suas próprias anotações:

Desassombrada toda a enseada dos franceses aliados dos índios, e intimidado e quieto o gentio, decidiu Mem de Sá escolher outro local para fixar o núcleo da cidade (...). Transferiu-a, pois (...) <sup>33</sup>.

Vê-se aí como a penetração portuguesa na área precisou vencer os franceses e os indígenas, culminando com a constituição do povoamento urbano. Ao mesmo tempo, constata-se, igualmente, como, segundo Varnhagen, o núcleo original da cidade estende seus fundamentos ao estabelecimento junto ao morro do Pão de Açúcar de 1565, que foi, segundo sua interpretação, transferido para o morro do Castelo, em 1567, guardando, assim as honrarias de fundador da cidade a Estácio de Sá, complementado pelo comentário acerca de sua sepultura e de seu valor de relíquia, bem como pela classificação do personagem como "herói mártir". A análise de Varnhagen se concluiu ainda com a enumeração das concessões de sesmarias na região — o que alude diretamente ao fato dos portugueses serem os senhores definitivos da terra.

Concluindo: na medida em que índios, franceses e portugueses, assim como elementos militares e religiosos, são mesclados tanto pela pintura, como pela literatura e, em especial, pelo discurso histórico oitocentista, o que se evidencia é a diluição do real dimensionamento dos conflitos pela disputa do monopólio colonial e a liberalização dos mares.

Se é de se compreender tal atitude, datada historicamente, que constrói com coerência uma certa leitura dos acontecimentos, é de se estranhar, entretanto, a sua força de permanência. Com efeito, é ainda a leitura dos acontecimentos feita pelo pensamento histórico do século XIX que se perpetua na historiografia do século XX, pelo menos no que se refere à abordagem do tema da ocupação francesa na bafa de Guanabara e da questão mais ampla da presença européia na América portuguesa. Curiosamente, a percepção artística relacionada mais diretamente a atuação portuguesa com a instauração do domínio colonial sobre a América, ainda que elaborando uma apreensão positiva do evento. De modo geral, a reflexão histórica contemporânea permaneceu, assim, *petrificada e aprisionada* num universo de noções evasivas e diluídas <sup>34</sup>.

## NOTAS:

- 1 – No que se refere a Rodolfo Amoedo e sua obra recorreremos à de CAMPOFIORITO, Quirino. *História da pintura brasileira no século XIX*. Rio de Janeiro, Pinakotheke, 1984., especialmente o item dedicado a sua biografia, p.185-191.; uma introdução às problemáticas históricas colocadas pela pintura no século XIX no Brasil encontra-se em BITTENCOURT, José Neves. Espelho da “nossa” história: imaginário, pintura histórica e reprodução no século XIX brasileiro. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 87:(58-78), 1986; para refletir sobre o poema de Gonçalves Magalhães recorreremos à obra de CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1981., em especial cap. II. T. II.; a edição consultada do épico foi MAGALHAES, Domingos José Gonçalves de. *Confederação dos Tamoyos*. Rio de Janeiro, Empr. Typ. Dous de Dezembro, 1857.
- 2 – Cf. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- 3 – Para um balanço da historiografia mais recente no Brasil vide LAPA, José Roberto do Amaral. *História e historiografia. Brasil pós-64*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- 4 – Cf., ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena história da formação social brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984.; SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. – ambos os autores se referem basicamente à política externa portuguesa, contrapondo-se à tradição historiográfica de abordagem do tema apenas pelo seu desenrolar no território colonial.
- 5 – Sucintamente verifica-se: em POMBO, J.F. da Rocha. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, J. Fonseca Saraiva, 1905. v. III., um capítulo – “A Tentativa dos Franceses” – dedicado ao episódio; TAPAJÓS, Vicente. *História do Brasil*. São Paulo, Cia Edit. Nac., /1948/, o episódio é tratado em um item, dedicado aos franceses, em um capítulo abrangente, intitulado “Os ataques de estrangeiros”; em CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959. v.I., permanece o parâmetro de Varnhagen e Southey, submetendo o evento à cronologia da administração colonial lusitana; VIANA, Helio. *História do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1967. v. 1., o tratamento do acontecimento é feito em um capítulo exclusivo – “O Rio de Janeiro no século XVI”; e ainda a mais conhecida obra de referência, HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, DIFEL, /s.d./ T.I. v.I., incorpora-se o evento em

um item – “Franceses e holandeses” – de um capítulo maior – “Franceses, holandeses e ingleses no Brasil quinhentista”; ainda entre as obras francesas, como LA RONCIERE, Charles de. *Histoire de la Marine Française*. Paris, Libr. Plon, 1910. v.A, surge um capítulo exclusivo – “La France Antartique”; e em JULIEN, Ch.-Andrè. *Les voyages de découverte et les premiers établissements*. (siècles XVe. – XVIe.). o episódio consta de um capítulo genérico – “Les Français au Brésil”; entre as obras contemporâneas, uma merece destaque para a nossa abordagem: HEMMING, John. *Red Gold, the conquest of the Brazilian Indians*. London, Macmillan, 1978. que procura caracterizar o episódio como processo conquistador, distanciando-se nesse sentido de toda a historiografia produzida.

- 6 – Edições consultadas: SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*. London, Longman, 1810-19. 3v., e a tradução corrente, *História do Brasil*. Belo Horizonte – São Paulo, Itatiaia – EDUSP, 1981. 2v.: sobre a sua obra, vide DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco; Southey, historiador do Brasil*. São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1974. (Brasiliã – 344). (todas as citações que se seguem estão de acordo com a tradução brasileira).
- Observe-se que, em certa medida, se pode estabelecer uma continuidade entre R. Southey e Varnhagen, é a perspectiva interpretativa de Rocha Pita, cuja obra foi originalmente publicada em 1730. A diferença fundamental é que a sua *História da América portuguesa* é muito mais uma crônica, segundo o gosto das Academias literárias de sua época do que um esforço de investigação. Na sua forma de crônica Rocha Pita se assemelha à primeira *História do Brasil*, datada de 1627, de autoria de frei Vicente do Salvador – cuja importância reside ainda no fato de guardar o caráter de memória contemporânea. Especificamente, sobre os acontecimentos do Rio de Janeiro, o relato do franciscano se distancia dos outros, na medida em que enfatiza o intuito lusitano de sufocar a ação dos índios tamoios da região, o coloca em relação de descontinuidade com os historiadores posteriores, cf PITA, Rocha. *História da América portuguesa*. São Paulo – Belo Horizonte, EDUSP – Itatiaia, 1976.; e SALVADOR fr. Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo – Belo Horizonte, EDUSP – Itatiaia, 1987.
- 8 – Edição consultada: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro. *História geral do Brasil*, 10. ed. Belo Horizonte – São Paulo, Itatiaia – EDUSP, 1981; 3v.: sobre a obra vide GUIMARÃES, Manoel L.L. Salgado. *Geschichtsschreibung und Nation in Brasilien, 1838-1857*. Tese de Doutorado. Berlim, Freie Universität Berlin, 1987., em especial cap.4.
- 9 – Sobre a historiografia no Brasil, em geral, cf. GLENISSON,

- Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo, DIFEL, 1983. p. 250-293.; LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da história do Brasil*. São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1973. (Brasiliana – 350).; especificamente sobre o século XIX, cf., DOMINGUES, Heloisa M. B. Os intelectuais e o poder na construção da memória nacional. In: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 87:(43-57), out-dez/1986.; e GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. *op. cit.*, e do mesmo autor, Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos históricos*. 1:(5-27). 1988.; e RODRIGUES, José Honório. *Historiografia conservadora*. São Paulo, Cia. edit. Nac., 1988. (História da História do Brasil). e do mesmo autor, *A pesquisa histórica no Brasil*. 4. ed. São Paulo, Cia. edit. Nac., 1982.
- 10 – Edição consultada: GAF FAREL, Paul. *Histoire du Brésil français au XVIIe. siècle*. Paris, Maisonneuve, 1878.
  - 11 – Edição consultada: HEULHARD, Arthur. *Villegagnon, roi d'Amerique; un homme de mer au XVIIe. siècle (1510-1572)*. Paris, Ernest Leroux, 1897.
  - 12 – Ambas as expressões assinaladas constam da subtítulo das obras, das nos parecerem privilegiadas pelos autores.
  - 13 – Cf. GAFFAREL, *op. cit.* p. 163; SOUTHEY, *op. cit.* p.200.v.1.; HEULHARD *op. cit.* 9.93
  - 14 – Cf. HEULHARD *op. cit.* p. 85
  - 15 – *Ibidem* p. 103/104.
  - 16 – Cf. VARNHAGEN, *op. cit.* p. 285.T.I.; SOUTHEY, *op. cit.* p.285.v.1.; GAFFAREL, *op. cit.* p. 160/162.
  - 17 – Cf. VARNHAGEN, *op. cit.* p.286.T.I.
  - 18 – Cf. SOUTHEY, *op. cit.* p.205. v.1
  - 19 – Cf GAFFAREL., *op. cit.* p.289/299.
  - 20 – Refere-se à primeira fase cf. HEULHARD *op. cit.* p. 127.
  - 21 – Refere-se à segunda fase: *ibidem* p.135.
  - 22 – Cf. SOUTHEY *op. cit.* p.205 v.1
  - 23 – Cf. VARNHAGEN, *op. cit.* p.287.T.I.
  - 24 – Cf. GAFFAREL *op. cit.* p.193 e 281/282
  - 25 – *Ibidem* p. 304
  - 26 – Cf. SOUTHEY, *op. cit.* p.195 e 206/207. v.1.
  - 27 – Cf. VARNHAGEN, *op. cit.* p.275.T.I.
  - 28 – *Ibidem* p. 306/307.T.I.
  - 29 – Cf. GAFFAREL *op. cit.* p. 202 e 205.
  - 30 – GAFFAREL, *op. cit.* p.171 e 178/179.; HEULHARD, *op. cit.* p. 105/106.
  - 31 – Cf. VARNHAGEN *op. cit.* p. 301
  - 32 – Cf. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A invenção do Brasil: um prolema nacional? Separata da *Revista de História*. nº 118. São Paulo, 1985.; e Memória, história e nação: pro-

pondo questões. *Revista Tempo Brasileiro*, 87:(5-13), outubro/1986.

- 33 – Cf. VARNHAGEN, op. cit. p. 329. T.I.
- 34 – A hipótese do aprisionamento ou da petrificação do discurso nos é sugerida pelos trabalhos de ROUANET, Sergio Paulo. *A razão cativa*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987., e LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

#### 4. O MONUMENTO DO COLONIALISMO

Oh vida por vivir e ya vivida  
tiempo que vuelve en una marejada  
y se retira sin volver el rostro,  
lo que pasó no fue pero está siendo  
y silenciosamente desemboca  
en otro instante que se desvanece:

(Octavio Paz. *Piedra de sol*, 1957.)

O empreendimento da *França Antártica*, ou seja, a tentativa de ocupação na baía de Guanabara, foi a ação de maior porte no século XVI, realizada pelos franceses no sentido de contrariar a postura da exclusividade ibérica dos mares, determinada e consolidada com o Tratado de Tordesilhas em 1494. Dessa forma, a empresa constituiu-se em autêntico ato de afirmação da liberdade dos mares. Os navegantes franceses se notabilizaram, ao longo dos anos quinhentistas, pela sua atuação nas águas oceânicas do Atlântico, contribuindo não só para o mapeamento geográfico do Novo Mundo, mas, igualmente, atingindo a sofisticação de preparar guias de linguagem, como os de Jacques Cartier, para o contato com os habitantes originais da América<sup>1</sup>. Ironicamente, a *França Antártica* seria derrotada pela reação portuguesa em defesa de sua pretensão exclusivista em relação à exploração colonial; entretanto, ao término de mais algum tempo o *mare clausum* seria derrotado pelo *mare liberum*, fazendo com que vingasse a livre navegação.

De início, o que se apresenta é que a gestação do projeto da empresa colonizadora da baía de Guanabara se realizou com o apoio, pelo menos inicial, da Coroa francesa e sob o comando do cavaleiro da Ordem de Malta, Nicolas Durand de Villegagnon, tendo sido fundamental para a efetivação do projeto o engajamento de duas personalidades muito próximas da Casa Real e, portanto, de grande poder político na França de então. Trata-se do almirante Gaspar de Coligny, cuja participação é sempre mais enfatizada pelo seu envolvimento posterior na causa protestante e por ter sido o incentivador da tentativa de fundação de colônia francesa huguenote na Flórida, e do cardeal de Lorena, o duque de Guise, ambos repre-

sentantes de facções religiosas distintas e figuras eminentes no processo de disputas de religião em seu país. La Popelliniere, em um relato em 1582, portanto, quase trinta anos após o empreendimento colonizador, afirmaria que Villegagnon conseguira o apoio do almirante Coligny ao indicar que a colônia poderia servir como o local para o abrigo de protestantes perseguidos<sup>2</sup>. Ora, a participação dos dois homens de estado como mentores do projeto colonizador nos faz relativizar e, por que não, duvidar da preponderância dos objetivos religiosos que costumeiramente são atribuídos ao empreendimento da *França Antártica*. É preciso se considerar, também, que o reinado de Henrique II não representava ainda o ponto alto das disputas religiosas em França, mas antes uma tentativa de controle das radicalizações, marcada por concessões, ao menos nos primeiros anos de seu governo, mais envolvido com a disputa com os Habsburgos de Áustria e Espanha e, por conseqüência, com a questão dos mares — condições que herdara de seu antecessor Francisco I<sup>3</sup>. Muito mais certo, porém, evidencia-se que o apoio da Coroa francesa se atrelava à política do *mare liberum*, ou seja, de liberalização dos mares, e que tinha na França a sua maior defensora. Nesse sentido, apresenta-se a intenção de, por meio da empresa colonizadora, garantir uma parcela do mercado colonial de especiarias. Da expedição realizada se beneficiariam os interesses mercantis franceses, como parece se confirmar, dada a presença constante de armadores e embarcações francesas nas águas da baía de Guanabara, local escolhido para sediar o empreendimento colonizador. Assim, em poucas palavras, o projeto se define como atividade de *corso*.

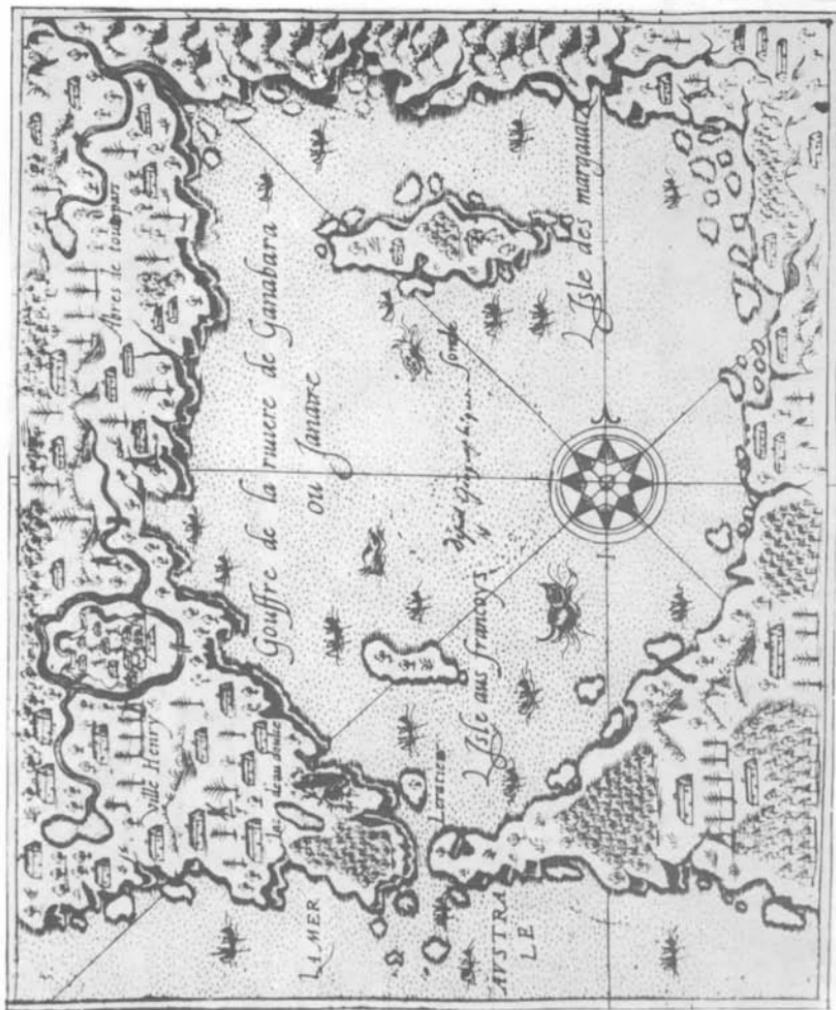
Se esse aspecto, por um lado, define a gestação do projeto colonizador francês, por outro, constitui-se em determinante para o fracasso da empresa. Posteriormente, o desinteresse e a falta de apoio da Coroa e a debilidade dos agentes mercantis ultramarinos da França condicionaram a progressiva diluição do empreendimento, contribuindo, por certo, para o seu malogro, na medida em que esvaziava o seu potencial de recrudescimento! Aparentemente, a situação política interna de França, especialmente ao se aproximar o fim da década de 50 do século XVI, não permitia que a atenção das autoridades francesas, ou dos interesses econômicos, se concentrasse no campo externo além do conflito na Europa com a dinastia da Casa d'Áustria, dadas as turbulências internas de cunho político e religioso. Deve levar-se ainda em consideração, o fato da morte do rei Henrique II, em 1559 — antecedida em pouco tempo pela “paz católica” firmada com Felipe II de Espanha — ter sido seguida pela ascensão de Catarina de Médicis até se tornar regente, árdua aliada da luta católica, levando ao grau máximo as guerras religiosas na França. Ajunte-se a isso, o fato de os armadores bretões e normandos genericamente estarem associados à causa huguenote, o que significa dizer que o advento dos católicos no poder representava a revisão dos incentivos da realeza ao *corso*. Surgem, portanto, como funda-

mentais para o malogro do empreendimento da *França Antártica* as condições históricas do momento na França, que em fins da década de 50 não favorecia os protestantes, instalados por essa ocasião no estabelecimento da baía de Guanabara, considerando-se, ainda, que a ação portuguesa só poderia ser vencida por um investimento maciço em armamentos e guarnições, o que era bastante evidente para os colonos franceses, constantemente preocupados com a vinda de reforços e que nunca se efetivou.

Algumas indicações sobre a posição da empresa colonizadora dos franceses podem ser reunidas a partir de descrições de anos posteriores à sua gestação. Na obra do cronista Jean de Léry, que esteve entre os franceses na baía de Guanabara, está incluído um mapa da região da *França Antártica* [ilustração 3], ou “de outra forma”, segundo o documento, *O Rio Janeiro*, em que fica destacada a localização de 22 aldeias de índios tupinambás, além dos marcos topográficos de referência, como o morro do Pão de Açúcar – indicado como um promontório ilhado, denominado *Pot au Beurre* – e as principais ilhas, em que se destacam a atual ilha do Governador – indicada como *La Grande Isle*, onde se situavam algumas aldeias de índios – e a ilha de Villegagnon, destacando o forte de Coligny, em que se fixaram os colonos franceses. Assim como o mapa de Léry, outro cronista participante do projeto colonizador, André Thevet, deixou registrado em um de seus livros um desenho da baía [ilustração 4]. Também nesse mapa de Thevet surge a confusão da baía com a garganta de um rio, denominado *Ganabara* (sic), ou *Janaire* (sic). Aí aparecem indicados novamente a ilha dos franceses (*Isle aus Francoys*) e a atual ilha do Governador, identificada pelos margaiás (*Isle des margaiatz*) – indicando a posição dos índios não mancomunados com os franceses –, além de uma imprecisão ao indicar uma Cidade de Henrique (*Ville Henry*) que nunca existiu como tal.

De qualquer forma, a denominação privilegiada é a de *França Antártica*, em Léry, ou, ainda em Thevet, a nomeação de *Guanabara*, rivalizando com a nomenclatura portuguesa – que estabeleceu a noção de capitania do Rio de Janeiro, associada à geografia fluvial – mesmo valorizando as expressões indígenas, o que revela também no nível da toponímia a disputa pela geografia do mundo colonial. No entanto, a imagem que os franceses constroem acerca da paisagem da região não se distancia dos portugueses, uma vez que ambas as descrições cartográficas associam a baía à foz de um rio, o que se desdobra na forma alongada da baía, principalmente no mapa de Jean de Léry, indicando os braços fluviais. Além disso, fundamentais nas suas indicações são a existência de mananciais de água doce, que vão se revelar posteriormente importantes para o estabelecimento dos colonos, e a abundância de madeira para a exploração – com a inscrição de Thevet de “árvores por toda parte – (*Abres de tous pars* [sic] –, além da sugestão de mão-de-obra, por meio da





4. Mapa incluído em *Le Grande Insulaire*, de André Thevet.

ilustração de casas e homens carregando madeira. Essas anotações da ilustração de Thevet demonstram claramente o objetivo da colonização francesa, associando-a à extração dos produtos coloniais, em que se destacava o pau-brasil. Em última instância, pode-se dizer que o reconhecimento geográfico da área do projeto colonizador da *França Antártica* confunde-se com a tentativa de fundar uma rota de exploração colonial atrelada ao comércio ultramarino, ressaltando a abundância do produto colonial, as garantias oferecidas para abrigar as armadas e a disponibilidade de mão-de-obra – aliás o que se apresenta no próprio relato dos cronistas<sup>4</sup>.

A primeira leva de franceses chegada à região da baía de Guanabara ocorreria em 1555. Esse instante foi descrito da seguinte forma por Nicolas Barré:

Nós aportamos em 10 de novembro no rio da Guanabara, pela similitude que tem com um lago. É diretamente sobre o trópico de Capricórnio. Lá nós pusemos pé em terra, cantando louvores e ações de graça ao Senhor. Naquele lugar encontramos quinhentos a seiscentos selvagens, todos nus, com seus arcos e flechas, nos dizendo em sua linguagem que éramos bem-vindos, nos oferecendo seus bens e fazendo fogo de alegria já que vínhamos para defendê-los contra os portugueses e outros inimigos mortais e capitais<sup>5</sup>.

Nota-se o conteúdo religioso conferido a todas as ações pelos homens quinhentistas, já que, segundo a descrição, a primeira atitude dos franceses em terra foi agradecer aos céus. Deduz-se disso que, independentemente do caráter comercial da empresa colonizadora, a atividade dos navegadores do século XVI estava fundamentada numa instância imaginária informada pela religião. Do trecho da carta de primeiro de fevereiro de 1555, pode-se, ainda, anotar o domínio francês da geografia dos mares, uma vez que Barré localiza o ponto em que aportaram pelo trópico de Capricórnio, demonstrando que a expedição francesa não era simples empreendimento aventureiro, mas sustentada na ação de profissionais do mar. Isso se complementa ainda pela descrição do cronista André Thevet, que fazia parte do mesmo grupo de Nicolas Barré, relatando como passaram antes por Cabo Frio até finalmente se dirigirem para a baía de Guanabara. De resto, chama a atenção o fato de os franceses, desde o momento da sua chegada, terem estabelecido relações amistosas com os nativos – avaliados por Nicolas Barré entre 500 e 600. Esse relacionamento pode ser comprovado em outro nível pelo encontro do chefe da expedição europeia, o cavaleiro da Ordem de Malta, Nicolas Durand de Villegagnon, com o importante cacique tamoio Cunhambebe, descrito fantasiadamente por André Thevet [ilustração 5].

Mas o trecho da carta de Nicolas Barré demonstra ainda como os europeus se inseriam nas disputas dos nativos com os portu-  
gue-



5. Cunhambebe. Ilustração incluída em *Les vrais pourtraicts*, de André Thevet. 1584.

ses, bem como com “outros seus inimigos mortais e capitais”. Ora, constata-se, portanto, que a presença francesa na baía de Guanabara em 1555 incorporava-se a um quadro de conflitos locais anteriores a seu estabelecimento na ilha da baía. Vale observar, ainda, que Barré coloca a situação como se os índios encarassem os franceses como seus defensores. Em seu desdobramento, essa postura permite ao comandante francês, Villegagnon, afirmar, em uma carta ao duque de Guise, que “nossos selvagens fazem um exército de mais de três mil homens”, como se os indígenas estivessem lutando a serviço

de uma causa francesa, antes do que em causa própria. Em 1557, na mesma carta, Villegagnon descrevia o seguinte: “eu recolhi nela, quarentena de escravos, de uma vila de nossos inimigos que eu derrotei”<sup>6</sup>. Apresenta-se, aí, já uma outra situação em que os franceses se envolviam nas ações guerreiras contra silvícolas, definidos como inimigos, entre os quais apreendiam prisioneiros que eram feitos escravos. Os inimigos são identificados como se fossem antagonistas dos franceses, o que na carta se opõe aos “amigos” e “vizinhos”, revelando uma intrínseca associação com nativos aliados. Com efeito, as evidências indicam que o relacionamento do indígena com o francês tinha na aliança guerreira um elemento fundamental para a sua consolidação.

Contudo, este relacionamento além das ações guerreiras possuía inúmeros meandros. Complementando essas anotações, Jean de Léry, o cronista protestante chegado à baía de Guanabara com a segunda expedição de franceses, narra um episódio em que Villegagnon teria pronunciado preces, em que a certa altura, segundo a transcrição da crônica, o comandante afirmava:

Eu te agradeço ainda, ó Deus de suprema bondade, porque, conduzindo-me a este país de ignorantes de teu nome e grandeza, tu me preservaste da maldícia de Satanás e tu lhes incutiste terror a ponto de, à simples menção de nosso nome, tremerem de medo. Tu os obrigaste a alimentar-nos com seu trabalho e para refrear a sua brutal impetuosidade os afligiste com cruéis moléstias, preservando-nos delas entretanto. Suprimiste os que nos eram perigosos e reduziste os outros a tal estado de fraqueza que nada ousam emprender contra nós<sup>7</sup>.

Novamente aí deparamo-nos com a religiosidade que informava os atos humanos quinhentistas. Destaca-se, no entanto, o intuito do comandante francês de dominar as populações indígenas, controlando o seu trabalho e impondo-lhes a tarefa de suprir a alimentação dos colonos europeus. Assim, as palavras do chefe francês, ditas em forma de oração religiosa, evidenciam a ocorrência de “moléstias”, certamente associadas a novas doenças que os navegantes traziam para o meio dos nativos. Não importa aqui enfatizar o papel das epidemias, provocadas pela presença estrangeira no Novo Mundo, pois mesmo que se reconheçam os grandes danos que ocasionava, é preciso considerar que o processo de colonização montava-se sobre a exploração colonial que exigia o aproveitamento de força de trabalho local – não se colocando como objetivo a morte de nativos. O que o discurso de Villegagnon, eivado de sua religiosidade, salienta é a necessidade de se construírem estratégias de dominação a fim de garantir a empresa colonizadora.

Por outro lado, contrastando com as palavras de Villegagnon, em outro nível, muitas são as indicações de uma estreita dependên-

cia dos franceses com relação às populações aborígenes, mesmo que os súditos de Henrique II pretendessem negá-la ou a desprezassem. São comprovadas as contribuições indígenas aos hábitos alimentares dos franceses pelo relato de Jean de Léry, André Thevet e, também, por um outro extrato de carta de Nicolas Barré<sup>8</sup>. O suprimento de alimentos era garantido pelos indígenas, especialmente no que se refere ao consumo da mandioca, milho, fava, carne de caça e pescado, naturalmente. Da mesma forma, o abastecimento de água na ilha habitada pelos franceses era viabilizado pela colaboração do elemento nativo. Em outro nível, a influência das formas arquiteturais das culturas indígenas locais aparecia explicitamente na adoção, por parte dos franceses, da mesma tipologia indígena de construção ao improvisarem as suas habitações. Isso pode ser identificado nas descrições apresentadas pela historiografia, mas, sobretudo, a partir de André Thevet, através de um desenho da ilha de Villegagnon, onde se vê em edificações semelhantes a cabanas no estilo das malocas indígenas [ilustração 6]. A adoção dos princípios de edificação dos indígenas pode ser explicada pelo fato de estes indígenas participarem da construção das habitações francesas, como nos revela Jean de Léry, que cita a ocorrência vivenciada por ele e seus colegas de viagem, instalados em um "casebre coberto de palha", feito por um nativo, à sua moda, complementando o relato com a menção de que o hábito de dormir em redes foi também incorporado pelos europeus na baía de Guanabara.

Na verdade, Jean de Léry não se refere ao construtor de sua habitação como nativo e, sim, como escravo. Dessa maneira, a relação de interação entre nativos e estrangeiros se apresenta ainda mais aprofundada quanto ao problema da necessidade de mão-de-obra e de braços guerreiros, dos quais os franceses tinham uma dependência explícita. Os súditos de Henrique II se utilizavam de mão-de-obra submetida ao trabalho compulsório, angariado entre populações indígenas inimigas, que, por certo, se constituíam em rivais de seus aliados nativos – o que se confirma também pela carta ditada de Villegagnon e pelo relato de Jean de Léry, que denomina os inimigos dos tamoios de *margaiés*, citados anteriormente no mapa de Thevet. De interesse ainda, a crônica de Léry narra a ocasião em que, a pretexto de evitar a antropofagia, Villegagnon interferiu a favor da vida de prisioneiros dos nativos, terminando por receber os mesmos como escravos para o trabalho na ilha dos franceses. Vale observar que essas evidências colocam receios diante de qualquer desvinculação rigorosa entre o sistema de permuta de produtos e da prática de escravidão, uma vez que, por vezes, ambas as atividades surgem intrincadas. É claro que não se trata ainda da escravidão enquanto sistema de produção, mas utilizada nos serviços necessários ao cotidiano, uma vez que no estabelecimento francês não se lançaram bases de nenhum tipo de economia agrícola. Ademais, não se deve tomar como equivalentes a escravidão de conteúdo mágico-re-



6. Gravura anônima baseada em desenho de André Thevet. 1556.

ligioso na sociedade tupinambá e a escravidão praticada pelos europeus, associadas ao trabalho compulsório.

De outra parte, a interação entre índios e europeus parece transcender os limites das relações de trabalho, já que a ocupação francesa se constituiu em um "reino sem mulheres"<sup>9</sup>. Ora, desde a chegada dos franceses a terras da bafa de Guanabara estabeleceram-se estreitos relacionamentos entre europeus do sexo masculino e diversas mulheres nativas. Mesmo depois da chegada da segunda expedição, que trouxe os protestantes, além de cinco jovens moças, nada indica que os contatos com as mulheres indígenas tenham cessado, apesar das proibições do comandante, defensor da castidade, concedendo a possibilidade de casamentos conforme os padrões religiosos, o que correspondia à sua posição de cavaleiro da Ordem de Malta, com voto de pobreza e castidade. Alguns dos casais que se formaram passaram a viver definitivamente no continente, ou seja, integrados como membros às aldeias dos tamoios e segundo as suas regras, ou ainda no local apontado por Jean de Léry, denominado *La Briqueterie* (olaria), onde se alojaram alguns protestantes, afastando-se da vida na ilha sob o espectro de Malta<sup>10</sup>.

No entanto, entre os próprios autores consagrados que se debruçaram sobre a pesquisa do evento histórico em questão, encontramos em suas avaliações indícios de que o relacionamento indígena-europeu nem sempre foi tão frutuoso. O francês Arthur Heulhard enfatiza o caso em que nativos se colocaram contra os colonos estrangeiros a partir da ocorrência de uma epidemia, cuja causa era atribuída aos franceses, por onde se comprova o grau de autonomia dos silvícolas frente aos europeus<sup>11</sup> – fato relatado por um dos cronistas da expedição. Outro historiador, Paul Gaffarel, comenta a falta de perspicácia dos franceses em não se preocuparem com a estreita dependência que mantinham com relação aos indígenas no que se refere ao abastecimento de alimentos e necessidades materiais, sem jamais se preocuparem em desenvolver atividades agrícolas<sup>12</sup>. Esse mesmo autor se esmera em uma digressão quanto ao erro que Ville-gagnon teria cometido ao proibir os casamentos entre franceses e indígenas, pois deveria ter tido o bom senso de incentivar a formação de uma raça franco-brasileira<sup>13</sup>.

É de estranhar, na historiografia consagrada, o fato de explicarem o relacionamento entre franceses e indígenas pela hospitalidade destes últimos<sup>14</sup>. Na verdade é possível atribuir isso às descrições dos cronistas de época. No entanto, isso é só um dos lados das descrições de época, já que nelas se encontram informações que contradizem a dita hospitalidade, sempre atribuída aos tamoios, e cuja antítese seria a hostilidade dos nativos que se colocavam do lado dos portugueses. Nesse sentido, Léry apresenta um relato interessante de como travou contato com os *marguids* antes de aportar na bafa de Guanabara e como esses foram bastante afáveis depois de os franceses oferecerem objetos para a realização do escambo. Do outro lado,

Thevet levanta, em algumas partes de sua crônica suspeitas em relação à amabilidade dos nativos, ressaltando uma certa faceta hipócrita de seu caráter com relação aos europeus. De resto, esse mesmo autor lembra que o motivo da construção de uma fortificação francesa, decidida pelo comandante Villegagnon, tinha como finalidade prevenir-se não só contra possíveis assaltos por parte de portugueses, mas, igualmente, por parte dos silvícolas, que, segundo o franciscano, se ofenderiam com facilidade, o que se conjugava com seu pendor para a guerra.

Assim, as informações reunidas esboçam um quadro em que não se deve simplificar os meandros tomados pelo relacionamento do nativo com o estrangeiro. É fundamental para entender o engendramento dessa relação que os indígenas, certamente, mantinham uma postura de independência diante dos súditos de Henrique II, rei de França. Talvez seja enriquecedor compreender essa relação a partir da realização de uma política de alianças que os aborígenes costumavam desenvolver entre si, com a diferença de que, por vezes, podiam estabelecer-se através das relações de parentesco. Mesmo essa afirmação poderíamos relativizar, desde que houvesse informações consistentes disponíveis sobre os casamentos que foram feitos entre homens franceses e mulheres índias, o que se evidenciou na experiência colonizadora francesa do século seguinte, no Maranhão<sup>15</sup>. A suscitação dessa questão poderia mesmo supor que tais ligações se deram como forma de estabelecimento de acordos de ajuda mútua entre os envolvidos, da mesma maneira que ocorria entre as diferentes tribos — o que possibilitaria rever melhor a posição de Villegagnon, contrário a essas ligações. De qualquer forma, vale lembrar que muitos franceses adotaram uma vida junto às comunidades indígenas, sobretudo após o retorno do comandante em 1558 e a decadência da empresa colonizadora.

É preciso não esquecer que os índios eram muito superiores em número aos franceses e, mesmo antes da chegada destes, possuíam uma grande coesão no combate aos portugueses e seus aliados. O governador-geral, Mem de Sá, em uma carta de 1560 dirigida à regente d. Catarina, dando notícia acerca do combate na bafa de Guanabara, comentava que os indígenas que lutavam ao lado dos *corsários* eram “tão bons espingardeiros como os franceses”, constatando a ação instrumentalizadora dos europeus. De acordo com os cronistas franceses, além do suprimento de alimentação e mão-de-obra garantidos pelos indígenas aos franceses, estes últimos, em troca, permitiam o reforço do potencial guerreiro dos nativos com arcabuzes, por exemplo, além de pólvora, facas, machados e espadas. Em consequência, conclui-se que os contingentes guerreiros dos aborígenes se viam fortalecidos pela obtenção de armamentos e munições através de franceses, sendo introduzidos por estes no manejo do material.

Todavia, a esses produtos citados acrescentavam-se tesouras,

pinças, ferragens diversas e mais outros produtos fornecidos pelos franceses no processo de *escambo*, como espelhos, contas de vidro, miçangas, pentes e anzóis, bem como camisas e vestidos, eventualmente. Entretanto, o grande anseio dos europeus na relação de *escambo* ia além das necessidades de sua sobrevivência. Em última instância, tratava-se de angariar, com a contribuição dos nativos, os produtos necessários ao comércio ultramarino, como o pau-brasil, algodão, plumas de aves, pimenta, além de animais como macacos e saguís, papagaios e tucanos, e toda a espécie de especiarias possíveis de serem comercializados.

Contudo, a prática do *escambo* em terras do Novo Mundo fazia acompanhar-se do trânsito de navios de mercadores, do qual se tem referências bastante claras, sobretudo a partir dos cronistas — o que não escapou aos historiadores, em especial Paulo Gaffarel. Existem exemplos bastante claros de uma certa facilidade de trânsito entre a Europa e o Brasil, observada mesmo antes do empreendimento de Villegagnon, com o qual certamente se intensificou, evidentemente dentro das possibilidades que o momento histórico permitia. Primeiramente, as duas viagens de André Thevet em um espaço de três anos, sendo uma anterior à empresa da ocupação iniciada em 1555; outro acontecimento ilustrativo é o retorno dos protestantes à França e que se fez por meio de embarcação particular, mesmo porque a própria expedição inicial não contava mais com barcos próprios, pois esses também se envolveram com o comércio oceânico. O próprio comandante da empresa colonial, Villegagnon, retornaria nas mesmas condições para a Europa, em 1558, deixando seu sobrinho Bois-le-Comte no comando, o qual esteve junto com a expedição em 1555, retornando à França posteriormente e voltando à América, ao concluir a segunda frota que trouxe os huguenotes. Essa frequência de barcos na baía de Guanabara era admitida até pelos portugueses, como numa carta de Mem de Sá<sup>16</sup>.

Do exposto até aqui depreende-se que a presença européia, nos primeiros tempos e sob as condições dadas historicamente, estava diretamente associada ao relacionamento estabelecido com as populações aborígenes e, a partir dele, o europeu encontrava os pressupostos de sua permanência no Novo Mundo. Acrescente-se a isso que no exemplo dos franceses na baía de Guanabara o aprofundamento dessa relação se revela tão profundo a ponto de se poder concluir que, ao menos nesse caso, a presença francesa não se revelou tão efêmera quanto, genericamente, se caracteriza a atividade de *corsários* dessa nacionalidade nas paragens da costa americana.

Não se trata de assumir de todo a posição de que seja possível irrestritamente pensar em *feitorias* não-portuguesas submetidas à clandestinidade. Não obstante, o caso da *França Antártica* é esclarecedor, na medida em que é bastante evidente a associação do estabelecimento chefiado por Villegagnon com a noção de *feitoria*. Não é o caso de desmerecer as considerações de Alexander Marchant,

autor de estudo clássico sobre o assunto, ao diferenciar a ação dos navegadores franceses da ação dos armadores portugueses, distinguindo-as pela fundação de *feitorias* ou não, o que, pelo menos em princípio, era vedado aos franceses a partir da política de exclusividade ibérica dos mares<sup>17</sup>. A distinção apresentada por Marchant deve ser entendida enquanto uma constatação que se desdobra em regra geral, o que não corresponde a invalidar a particularidade de o advento da *França Antártica* definir-se como *feitoria* em pleno território supostamente português, distanciando-se do costume recorrente dos armadores da Normandia e Bretanha em realizar o *escambo* com os indígenas, recolhendo-se aos seus portos de origem sem deixar vestígios seus em terras do Novo Mundo. É temeroso querer estender o *sistema de feitorias* para todas as formas de exploração dos produtos coloniais por parte dos *corsários*, mas é curioso que o exemplo da baía de Guanabara não pareça ser o único indicador da intencionalidade na prática do *sistema de feitorias*, já que sempre existiram pontos da costa privilegiados pelos mercadores, como, por exemplo, o caso de Cabo Frio, eternamente procurado pelos armadores de França. Contudo, se a figura do *intérprete* é comprovada, admitida e enfatizada por Marchant, por que não imaginar a presença duradoura de alguns europeus entre os indígenas, mesmo que de forma discreta e não sistemática? Corroborando essa posição, o filósofo Michel de Montaigne embasou seu conhecido comentário sobre “Os canibais”, incorporando aos seus *Ensaaios*<sup>18</sup>, o depoimento de um homem que conviveu entre os indígenas dez ou 12 anos. Na baía de Guanabara, em uma nota de sua obra, Jean de Léry destaca o fato de antes da chegada de Villegagnon e sua frota às margens da baía de Guanabara, *intérpretes* normandos já viviam na área – e acrescenta o cronista o fato de não terem se submetido facilmente à autoridade do cavaleiro de Malta, permanecendo entre os índios. Observe-se que o *intérprete* precisava aprender de alguma forma o idioma nativo e por que não através do exercício de uma atividade semelhante à do feitor português dos tempos pré-colonizadores? Não se trata de estender a toda a ação dos *corsários* europeus o *regime de feitorias*, tampouco de excluí-lo de todo, como vem sendo a regra.

A não-efetivação do estabelecimento do *sistema de feitorias* por parte dos franceses na América, certamente, se deve muito mais à falta de recursos reunidos e à força de uma decisão nesse sentido do que à falta de intenção – como comprova o exemplo da *França Antártica*. É preciso considerar que a eventual construção de uma *feitoria* facilitaria em muito as tentativas de exploração colonial por parte de armadores praticantes do *corso*. Portanto, não se deve descartar a possibilidade de que aos grandes empreendedores desse tipo de comércio clandestino interessasse, mesmo que como meta remota e quase impossível, a constituição de uma rota regular, tendo em perspectiva a intenção de fundar *feitorias* clandestinas no mundo da

crisandade ocidental. Genericamente, no início do século XVI, a empresa colonizadora européia ainda não se havia definido nos moldes clássicos, não estando atrelada a um tipo de ocupação territorial extensivo, nem tampouco a atividades produtivas diretas de características sedentárias, mas, sim, permanecendo antes associada a um tipo de domínio territorial efêmero e restrito, e muito mais identificada a atividades extrativas, inserindo-se em contornos fornecidos pela circulação de mercadorias<sup>19</sup> – o que corresponde à atuação dos franceses na América, em especial, na baía de Guanabara.

De uma maneira ou de outra, o exemplo da *França Antártica* apresenta todos os elementos caracterizadores de uma *feitoria*, atestada não só pela frequência de barcos franceses em sua costa, como pela prática do *escambo*, integrando as populações silvícolas. De resto, vale lembrar que para o funcionamento e efetivação de uma *feitoria* bastavam apenas uns poucos europeus e, sobretudo, a colaboração indígena – essa, sim, definitiva. Dentro desses parâmetros, o empreendimento comandado por Villegagnon cumpria os destinos que lhe foram traçados pela missão colonizadora do século XVI. Admitindo-se esses apontamentos, a *França Antártica* pode ser considerada uma empresa plenamente vitoriosa até o momento da reação portuguesa e de sua conseqüente dissolução.

Do ponto de vista português, as feitorias francesas jamais poderiam chegar a se constituir, já que, assumindo um caráter permanente, a empresa francesa poderia representar uma ameaça definitiva ao monopólio lusitano e passível de ser combatida. E dentre desses parâmetros que podemos enquadrar o estabelecimento da *França Antártica* e a demora em se organizar uma ação efetiva de combate por parte da metrópole ibérica.

A posição e a situação dos franceses na baía de Guanabara não era de todo desconhecida dos portugueses. Em uma carta do governador-geral do Estado do Brasil, Mem de Sá escrevia ao rei dando notícias dos *corsários* franceses, indicando que suas embarcações eram, principalmente, do tipo destinadas à circulação no interior da baía e não em alto mar; informava-se, ainda, que não se praticava no estabelecimento a não ser o cultivo da pimenta. Acrescente-se, ainda, que Mem de Sá sabia acerca dos franceses possuírem armamentos, donde concluiu terem como objetivo fortificar-se. A carta de 1558 dizia: “O que me a mim afirmam outras pessoas que de lá vieram que se fazem oito navios de remo: os três a modo de galés, outros como bergantins (...) todo seu fundamento é fazer-se forte, tem muita gente e bem armada: as suas roças não são senão de pimenta”<sup>20</sup>. Esses dados colhidos foram complementados, por certo, pelas de João Bolés<sup>21</sup>: tratava-se de um francês que havia desertado da expedição de Villegagnon após desavenças, dirigindo-se para São Vicente e passando, finalmente para o lado dos lusitanos, conforme narra Mem de Sá em seu *Instrumento dos serviços prestados*, de 1570. Isso, certamente, garantia aos portugueses uma correta ava-

liação do potencial francês na baía de Guanabara.

O fato é que, em 15 de março de 1560, forças armadas portuguesas, acompanhadas de missionários jesuítas, adentraram a baía de Guanabara a fim de empreender um ataque vigoroso contra a ilha em que os franceses se sediavam. As descrições de época – existentes somente do ponto de vista português – apresentam uma batalha de dois dias, em que se envolveram, além de europeus, contingentes indígenas. Em carta à regente d. Catarina, Mem de Sá fazia a seguinte avaliação: “há muitos anos que se não fez outra” vitória “tal entre cristãos” e “com muita vitória e morte dos contrários e nossos poucos”<sup>22</sup>.

Todavia, o governador-geral, no mesmo documento, informava ainda que as forças lusitanas contavam com 120 homens, além da participação de mais de 140 índios; de outra parte, os antagonistas, segundo avaliação de Mem de Sá, compunham-se de 74 franceses mais alguns escravos (índios, portanto!), aos quais se juntariam, vindos do continente, outros quarenta franceses auxiliados por mais de mil guerreiros indígenas. Manuel da Nóbrega, por sua vez, em carta de 1560, fazia referência a outros números, avaliando a participação em sessenta franceses, além de oitocentos nativos<sup>23</sup>. Apesar dos dados contraditórios fornecidos por esses testemunhos, pode concluir-se, razoavelmente, que o estabelecimento francês contava com um número de aproximadamente sessenta a 114 homens no seu total, além de cativos naturais da terra.

Também o padre José de Anchieta deixou uma descrição dos acontecimentos que ajuda a compor o quadro do embate de 1560:

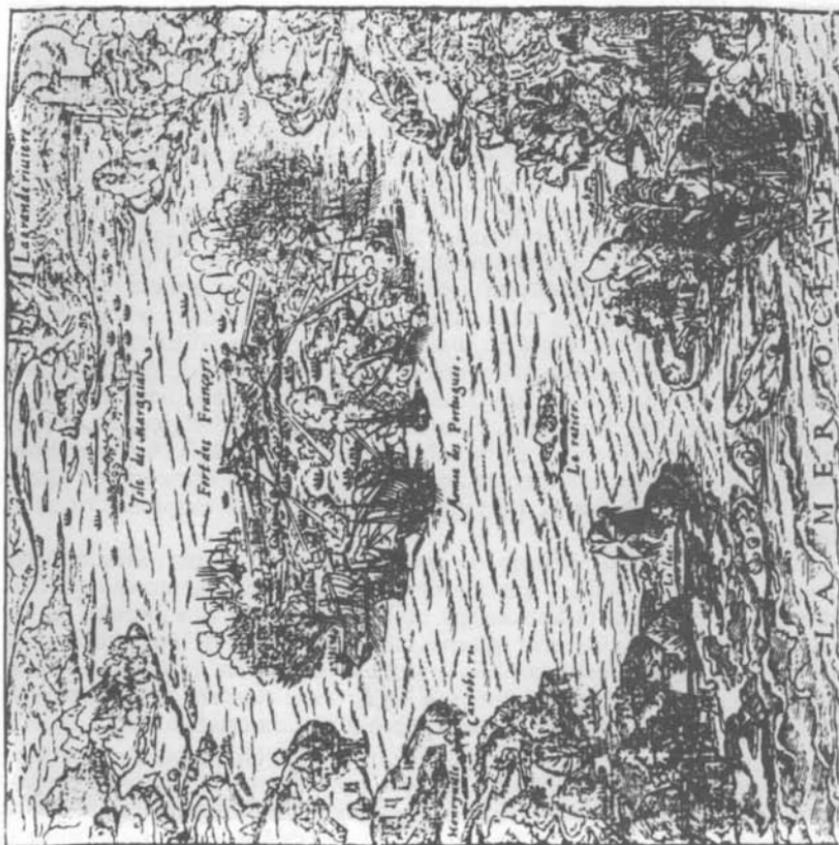
Era a fortaleza mui forte, assim pela natureza e situação do lugar, toda cercada de penhas, que se não podia entrar senão por uma subida estreita e alta por rochas, como pela muita artilharia, armas, alimentos, e grande multidão de bárbaros que tinha, de inexpugnável. Acometeram com tudo isto por mar e por terra, confiados no Poder Divino e no seu próprio: defendiam-se os franceses com os inimigos, travando-se grande e cruel peleja: de ambas as partes morreram muitos, e os mais deles dos nossos, e viu a tanto, que já tinham perdida a esperança de vitória, e tomaram conselho como sem perigo se poderiam embarcar e transportar as munições que estavam em terra, como pelos perigos o que por certo não puderam fazer sem morrerem muitos; mas tendo os nossos cometido coisa tão árdua, e ao parecer quase todos temerária, pela justiça e fé foram ajudados do Senhor dos Exércitos, e quando já nos navios não havia pólvora, e os que pelejavam em terra estavam desfalecidos pelo muito trabalho, fugiram os Franceses, desampararam a torre, recolhendo-se as Povoações dos bárbaros em canoas, de maneira que é de crer que muitos fugiram com o espanto que lhe pôs o Senhor com as forças humanas<sup>24</sup>.

Note-se que nesse depoimento de Anchieta ficam indicadas as muitas mortes ocorridas, sobretudo, da parte de seus antagonistas. Por outro lado, os outros relatos lembrados anteriormente apontavam para um menor potencial guerreiro dos lusitanos em relação aos franceses. De certa forma, Anchieta não se distingue dessa tendência, na medida em que discorre sobre a solidez do abrigo dos franceses, garantido e armado, e definindo a fortaleza como “mui forte”. A mesma sensação se pode depreender de outros testemunhos: Mem de Sá comentava, na carta dirigida à regente d. Catarina, que a ele parecia não haver “outra fortaleza tão forte no mundo”<sup>25</sup> – o que é corroborado pelos depoimentos de Heitor Antunes<sup>26</sup> e Sebastião Álvares<sup>27</sup>, que seguem anexos ao seu *Instrumento dos serviços prestados*, de 1570.

Existe, ainda, uma representação do acontecimento [ilustração 7] complementada por comentários, da parte de André Thevet, em sua *Cosmografia universal*, mas que não se refere a um testemunho ocular, já que o cosmógrafo não se encontrava mais na área, conhecendo os acontecimentos em segunda mão, apenas por relatos de outros. Evidentemente, enfatiza-se aí a fraqueza das forças francesas diante do ataque português. Mesmo assim, o relato de Thevet é importante porque contradiz as informações dos portugueses, ao afirmar que na ilha havia somente dez homens e que o resto se encontrava no continente com o capitão Bois-le-Comte. De qualquer forma, o seu testemunho não deve ser muito valorizado.

Para além dessas anotações, é importante ressaltar que a fortaleza francesa na ilha da baía de Guanabara fora construída sob condições bastante peculiares. Em nível de comparação, considere-se ainda que nem as fortalezas posteriormente construídas pelos portugueses nos séculos XVI e XVII, erguidas em situação muito mais favorável, foram sólidas o bastante, sofrendo constantes reformas, dada a precariedade dos meios disponíveis à realização de obras de tal envergadura<sup>28</sup>. Tendo isso como referência, tudo indica que mais do que a construção francesa, as próprias condições naturais do abrigo francês constituíam o grande obstáculo para o ataque lusitano, uma vez que tomá-lo por água seria uma tarefa complicada devido ao controle dos antagonistas e às inúmeras rochas impedindo a aproximação dos barcos, bem como à posição privilegiada de ataque dos franceses de cima das elevações que a ilha possuía.

Uma outra nota sobre a supervalorização do potencial guerreiro dos franceses se encontra em Mem de Sá, quando comenta o preparo dos índios armados pelos franceses em comparações com os silvícolas aliados dos lusitanos, definidos como desarmados e “com pouca vontade de pelejar”, acrescentando ainda que entre os soldados da armada portuguesa se encontravam “dezoito moços” que não tinham nenhuma experiência em batalhas. Evidentemente, que essas observações tendem a reforçar a vitória lusitana sob o seu comando,



7. Gravura incluída em *La cosmographie universelle*, de André Thevet.

assim definida: “pelejamos sem descansar, de dia nem de noite”<sup>29</sup>.

Em seguida a essa observação, o governador-geral lembra o apoio de “Nosso Senhor”, por mais que ele não apareça como definidor da ação vitoriosa, demarcando antes os valores de um tempo histórico sob a égide da religião. Em contraposição, os relatos de Anchieta e Nóbrega citados até aqui remetem a vitória não à “incansável” capacidade de guerrear dos soldados, como em Mem de

Sá, mas ressaltam a observação de que o sucesso lusitano ter-se-ia dado quando estes já se preparavam para bater em retirada, devido a estar no fim o estoque de pólvora. Segundo os jesuítas, como que sem explicação, os franceses e seus aliados iniciaram a fuga, abandonando suas posições — “com o espanto que lhe pôs o Senhor”, segundo José de Anchieta, e mostrando “Nosso Senhor sua misericórdia, e deu tão grande medo nos Franceses e nos Índios que com eles estavam, que se acolheram da fortaleza e fugiram”, de acordo com Manuel da Nóbrega<sup>30</sup>. Em ambos os testemunhos jesuítas surge a intenção de associar a vitória à intervenção divina. Essa postura aparece mais explicitamente em carta de outro clérigo, o padre Rui Pereira, de 1560, na qual sintetiza a fuga e a vitória lusitana da seguinte maneira: “mais milagrosamente que humanamente”<sup>31</sup>. É como se os padres jesuítas estivessem justificando religiosamente a violência da guerra por meio do aval divino, consubstanciando o motivo da *guerra justa*. Da comparação dos relatos de Mem de Sá e dos jesuítas observa-se o desenvolvimento de duas vertentes de época para a interpretação das causas fundamentais da vitória dos lusitanos face a seus antagonistas franceses. Embora sejam contraditórios, os depoimentos confirmam como os dois braços da colonização lusitana integrantes complementarmente: de um lado, o braço armado dos agentes da Coroa e de outro, a legitimação religiosa da empresa conquistadora.

O fato é que, depois de tamanha empresa guerreira, o forte francês estava arrasado, arruinando qualquer fundamento que justificasse uma empresa colonizadora na área por parte dos súditos da dinastia dos Valois. Os portugueses, após a certeza de sua vitória, retornaram às suas bases em São Vicente e na Bahia. Em poucas palavras, em 1560, o empreendimento da *França Antártica* fora derrotado pela reação militar portuguesa e em nome da cristandade.

Com efeito, após a ocupação francesa na Guanabara e seu conseqüente desmonte pela ação militar portuguesa, a vontade de povoar a região tornara-se uma exigência. Tal postura apresenta-se numa carta, de 1560, do jesuíta Manuel da Nóbrega, em que indicava não só o risco da ameaça francesa, mas, igualmente, a necessidade de se sujeitarem os Índios<sup>32</sup>. Da mesma forma, Brás Cubas, provedor da capitania de São Vicente, em carta ao rei, de 1562, apontava a urgência de se prover o Rio de Janeiro de armamentos, a fim de garantir o domínio lusitano, evitando a resistência dos “contrários”, ou seja, dos indígenas, no seu dizer; ademais, acrescentava o favorecimento dos nativos pelos franceses que distribuíam armas e pólvora, injetando nos tambores ânimo para atacarem as populações da capitania de São Vicente<sup>33</sup>.

Todavia, a questão dos indígenas no Rio de Janeiro, que surge claramente nessas anotações de 1560 e 1562, ganhava corpo definitivo ao longo da primeira metade da década de 1560. Ressalte-se o fato de que a região norte da capitania de São Vicente foi uma área

de conflitos desde o início da colonização encabeçada por Martim Afonso. Os tamoios eram inimigos dos tupiniquins de São Vicente e, por conseqüência, dos portugueses estabelecidos nessas paragens. Os portugueses inseridos nesse contexto passaram a ser os principais responsáveis pela escravização de tamoios, exatamente como os franceses agiam na baía de Guanabara, levando-se em consideração a respectiva troca de papéis. Por outro lado, mais ao norte, a capitania do Espírito Santo enfrentava a resistência por parte de índios dispostos a resistir à escravização, levando o conflito a assumir proporções consideráveis, inviabilizando a consolidação definitiva do estabelecimento de Vasco Fernandes Coutinho. Sem embargo, existem indicações de que o movimento indígena entre Bertioga, em São Vicente, o Rio de Janeiro e parte do Espírito Santo possuía uma concentração que o capacitava para o confronto com o estrangeiro europeu<sup>34</sup>. É nesse contexto que a necessidade da subjugação das populações nativas da região do Rio de Janeiro se impunha. Vale citar um trecho do *Instrumento dos serviços prestados por Mem de Sá, governador do Brasil* de 1570: "Por gentio do Rio de Janeiro não ficar de todo pacífico estando nesta capitania mandei uma armada bem pequena para tornar ao Rio de Janeiro e por esta capitania não estar de todo pacífica e não parecer as pessoas da terra que a devia deixar/mandei Estácio de Sá meu sobrinho (...)"<sup>35</sup>. A intenção enunciada por Mem de Sá de "pacificar" o "gentio" do Rio de Janeiro surge reiteradamente nos vários depoimentos contemporâneos que seguem anexos ao *Instrumento* citado. Primeiramente nas palavras do cavaleiro fidalgo João de Araújo: "ele governador mandara ao Rio de Janeiro por o gentio estar de guerra Estácio de Sá"<sup>36</sup>.

A intenção enunciada por Mem de Sá de "pacificar" o "gentio" do Rio de Janeiro surge reiteradamente nos vários depoimentos contemporâneos que seguem anexos ao *Instrumento* citado. Primeiramente nas palavras do cavaleiro fidalgo João de Araújo: "ele governador mandara ao Rio de Janeiro por o gentio estar de guerra Estácio de Sá"<sup>36</sup>.

Em seguida, o depoimento de Sebastião Álvares, cavaleiro da Casa Real:

(...) e a ida acharam os índios muito de guerra e tiveram com eles peleja e não puderam ter povoação e depois foi o dito Estácio de Sá ao dito Rio e fez uma vila (...) no ano de sessenta e seis vejo aqui outra armada em que vinha por capitão mor Cristóvão de Barros (...) foi ao dito Rio e lá fez guerra aos gentios e fundou uma cidade de São Sebastião<sup>37</sup>.

E ainda com Diogo Muniz Barreto, alcaide-mor da cidade do Salvador: "onde fora Estácio de Sá seu sobrinho com gente de lá viera flechado da qual morrerá"<sup>38</sup>.

Insistimos nessas citações por serem elas ratificadoras das declarações de Mem de Sá no documento que faz um balanço de seu

tempo no comando administrativo do empreendimento colonizador e cujos depoimentos anexos reafirmam e comprovam suas declarações. Nas palavras do governador-geral surge a necessidade da “*pacificação*” do indígena, o que é tratado com o envio de uma armada ao Rio de Janeiro, que, não surtindo o efeito esperado, foi reforçada sob o comando do sobrinho de Mem de Sá, Estácio de Sá. Note-se que a palavra “conquista” não consta do vocabulário da época, elaborando-se uma argumentação fundada na idéia “*pacificadora*”; da mesma forma se identificam os indígenas sempre pela expressão “*gentio*”, ou seja, associando-os à sua condição religiosa e não étnica ou lingüística, dando margem ao tratamento religioso da questão do aviltamento das populações tupinambás. Os depoimentos anexos ao *Instrumento* reafirmam a decisão do governador-geral de tratar o conflito com os contingentes nativos da região do Rio de Janeiro, enfatizando o estado de guerra. O depoimento de Sebastião Álvares é bastante explícito ao relatar a guerra contra os indígenas, liderada por Estácio de Sá e em cujo desenrolar se dá a fundação de “uma vila”, origem da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Nesse processo, destacou-se a atuação dos agentes metropolitanos.

Consta dos *Anais do Rio de Janeiro*, compilados por Baltasar da Silva Lisboa, o seguinte discurso atribuído a Estácio de Sá, proferido diante do fim da construção da fortificação portuguesa:

(...) estai certos de que os arcos e flechas, ainda que velozes não vos hão de causar mui grandes danos. (...) Vos não intimide a jactância arrogante dos míseros selvagens silenciosos (...), que conhecem quão caro lhes custa a infidelidade e má fé, com que faltaram aos pactos de união e amizade conosco, preferindo a dos Huguenotes nossos horríveis inimigos (...)<sup>39</sup>.

Destaca-se a força dessas palavras do comandante militar português, dirigidas contra os “selvagens”, diga-se índios – caracterizados pela sua associação com os franceses, definidos pela sua posição religiosa e não pela sua atividade de *corsários*. Acima de tudo, o que a citação lembrada coloca é o direcionamento dos esforços portugueses contra as populações aborígenes e sua capacidade de resistência à dominação européia. Vale lembrar, também, que na luta pela imposição do domínio colonial, Estácio de Sá foi morto por uma flecha certa dos tamoios.

Essas indicações levam à conclusão de que, a partir de 1565 principalmente, quando ocorreu o envio da armada comandada por Estácio de Sá, desenrola-se um segundo momento da atuação lusitana no Rio de Janeiro, claramente articulado a um processo de afirmação da dominação colonial, visando à submissão das populações indígenas ao controle português. Uma anotação de 1565, de José de Anchieta ao padre Diogo Mirão, demonstra que mesmo a presença de franceses se tornava menos importante diante das novas exigên-

cias. Nessa carta o jesuíta narra como um navio francês apreendido pelas forças comandadas pelo sobrinho de Mem de Sá terminou sendo liberado, o que pode ser entendido como uma demonstração do novo testamento dado às ações militares na baía de Guanabara. O jesuíta acrescenta a esse fato a informação da existência de no máximo 30 franceses na região, distribuídos em diferentes aldeias e vivendo entre os nativos<sup>40</sup>. Isso é outra indicação de que o combate levado a cabo havia deixado de ter como alvo a perseguição aos franceses para se transformar em guerra contra índios, já que o número de europeus era inexpressivo demais para justificar o envio de tantas armadas no decorrer de dois anos. A única justificativa seria uma fantasia assustadora construída acerca dos franceses, o que não se sustenta completamente, uma vez que as embarcações francesas encontradas na baía, de que nos dá notícia o padre Anchieta, foram simplesmente liberadas para retornar à França com a condição de que não permanecessem em terras americanas. Constata-se que a articulação do comércio ultramarino francês com as populações nativas não havia sido rompida, mesmo após a derrocada da ocupação francesa em 1560, retornando a suas bases tradicionais e anteriores à expedição de Villegagnon. Entretanto, de 1565 a 1567 e em menor medida nos anos seguintes, a estratégia lusa se havia voltado contra o elemento nativo, a fim de desmontar a estruturação da atividade de mercados franceses na região da baía de Guanabara. O combate aos *corsários* se desdobrava nesses termos em combate aos indígenas.

No seu desdobramento, as ações guerreiras de Estácio de Sá, a partir de 1565, se conjugariam com o mecanismo da *guerra justa* como *leitmotiv* dos acontecimentos<sup>41</sup>. Paralelamente, os missionários da Companhia de Jesus preparavam suas ações: foi o que sucedeu entre os tamoios do norte de São Vicente e os jesuítas, em Iperoig, onde se firmaria um acordo de paz com algumas aldeias indígenas. Acreditamos que a importância do acordo de Iperoig foi fundamental para a quebra da coesão do movimento de resistência dos tamoios, o que ilustra bastante bem a fragilidade da política de alianças entre os indígenas. Por outro lado, confirma as nossas afirmativas de que o que importava no jogo aborígene de alianças era a preservação da autonomia de algumas aldeias, muito mais do que uma suposta identidade cultural unificadora dos nativos, concebida pelos românticos do século XIX. Novamente é o padre José de Anchieta que em uma de suas cartas descreve da seguinte forma o processo dos acontecimentos:

(...) a principal razão que os moveu a quererem a paz não foi o medo que tivessem aos Cristãos, aos quais sempre levaram de vencida fazendo-lhes muitos danos, nem necessidade que tivessem de suas coisas, porque os Franceses que tratam com eles lhes dão em tanta abundância, assim roupas, como fundamental, arcabuzes e espadas, que as podem os Cristãos comprar a eles, mas o desejo grande que têm de guerrear com

seus inimigos Tupis, que até agora foram nossos amigos, e pouco a se levantaram contra nós outros (...), dos quais, porque sempre foram vendidos e maltratados com favor dos Portugueses, queriam eles agora com o mesmo favor ser vencedores e vingar-se bem deles (...). Que deles desejavam vingar-se, e não de nós outros, mas daqui em diante não nos lembrássemos mais das guerras passadas, pois também lhes havíamos morto muito dos seus, mas que todo o nosso furor se convertesse contra os Tupis, que tão sem razão se haviam levantado contra nós outros, etc. A primeira e principal condição das pazes foi que eles também haviam de ser amigos de nossos discípulos (...), que também lhes disseram o mesmo. (...) pareceu isto não só grande façanha, mas quase temeridade, sendo esta gente de maneira que cada um faz lei para si, e não dá nada pelos pactos e contratos que fazem os outros<sup>42</sup>.

Nesse trecho de carta datada de 1565, Anchieta coloca objetivamente como os nativos eram movidos à guerra pela vontade de “vingança” em relação aos outros tupinambás da região, aliados dos portugueses. São razões peculiares à história das tribos indígenas anteriores à presença de europeus. Esses se viram inseridos no contexto das guerras e alianças dos nativos a partir dos contatos estabelecidos. O jesuíta anota ainda, como a razão para a trégua com os lusitanos era o fato de os inimigos tupis dos tamoios terem iniciado guerra contra os portugueses, forçando, assim, a reorganização do quadro das alianças intertribais e com os europeus. Acrescente-se a isso a vontade dos índios de Iperoig – que “sempre foram vendidos e maltratados com favor dos portugueses” no dizer dos aborígenes, segundo o missionário – quererem a vitória e a vingança sobre seus antagonistas ancestrais e não sobre os portugueses. Para tanto era preciso que os lusitanos se voltassem contra os tupinambás, inimigos dos de Iperoig. As palavras de José de Anchieta, ao final do trecho citado, deixam, no entanto, no ar a desconfiança do jesuíta em relação aos nativos, tratando-os como uma gente em cujo meio “cada um faz lei para si, e não dá nada pelos pactos”.

De outra parte, o *Instrumento dos serviços prestados*, de Mem de Sá, relata como, às margens da baía de Guanabara, se desenrolaram as ações de combate ao nativo resistente – complementares aos acontecimentos de Iperoig. O próprio governador-geral preparou uma armada e se dirigiu à região, combatendo em local denominado Biroaçumirim, quando foram presos nove ou dez franceses ao mesmo tempo que Estácio de Sá era ferido mortalmente. Poucos dias depois se travaria novo combate, que duraria três dias, em outro local, onde, segundo Mem de Sá, se concentravam mais de mil homens, entre eles vários franceses, tomando muitos como cativos, enquanto vários súditos de França se entregavam pedindo paz – aos quais Mem de Sá outorgou “ficarem vassalos de sua alteza”, a serviço da metrópole, por certo<sup>43</sup>.

É a partir desse quadro que devemos compreender a ação dos temiminós, vindos do Espírito Santo, em 1567, para combater, ao

lado das forças portuguesas, os tamoios no Rio de Janeiro. Considere-se que esse grupo indígena se transferira das terras em torno da baía de Guanabara onde habitava originalmente, a partir de um conflito inter-étnico imediatamente anterior à presença francesa. Não devemos encarar a figura de Araribóia, líder dos temiminós, apenas pelo fato de ter colaborado com os lusitanos, mas, sim, como representante de um grupo que, antes de querer ajudar os portugueses, estava em luta pelas suas antigas terras, fonte básica de sua vida e autonomia, e segundo costumes peculiares. É nesse sentido que os temiminós voltaram a ocupar as terras originais que haviam sido obrigados a abandonar, contanto com a complacência portuguesa.

A questão temiminó pode ainda ser desdobrada em outra digressão em torno da posição da dita "aldeia de Martinho" (que se refere ao nome de batismo de Araribóia), indicada em um mapa do fim do século XVI [ilustração 8], alojando-se nos fundos da baía, protegendo a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro de possíveis afluxos do interior. Da mesma maneira, a posição da cidade e as suas fortificações permitem não só o controle da costa, mas, em igual medida, dos movimentos internos no continente. Ora, não caberia aqui a indagação acerca da possibilidade de essa evidência estar relacionada com a afirmação da dominação colonial sobre os índios da região? Acima de tudo, a criação da capitania do Rio de Janeiro e sua povoação se associam à repressão ao *curso* francês e à repressão às populações indígenas.

Não sem razão, a escolha do logradouro definitivo da cidade, escolhido pelo governador Mem de Sá, em 1567, recaiu sobre a condição de um *sítio defensivo*, como apontou Lísia M. C. Bernardes<sup>44</sup>. Note-se que se determinou constituir a cidade em formação de acrópole, ou seja, no alto de um monte – o morro de São Januário, depois chamado de Castelo, que era um promontório quase isolado do continente, cercado na retaguarda por pântanos e lagoas –, adequando-se às necessidades militares da sua fundação.

Em poucas palavras, a cidade constituiu-se em marco da conquista colonial, onde os fortes/edifícios militares e as igrejas/edifícios eclesiásticos vão demarcar o espaço urbano, representando o exercício da dominação metropolitana<sup>45</sup>.

Apontando para outro momento da implantação da colônia portuguesa, Gabriel Soares de Sousa, em 1587, fazia a seguinte descrição: "A cidade (...) tem em cima, no alto, um nobre mosteiro e colégio de padres da companhia, e ao pé uma estância com artilharia para uma banda e para outra, um modo de fortaleza numa ponta, que defende o porto, mas não a barra, por lá não chegar bem a artilharia"<sup>46</sup>.

Veja-se, portanto, que no tempo em que escreve o autor e na sua perspectiva a posição da cidade em relação aos seus objetivos estratégicos recai sobre as garantias oferecidas pelo derredor portuá-

rio, colocando-se a barra oceânica e o interior em segundo plano. Não sem razão, Gabriel Soares de Sousa prossegue suas anotações valorizando as condições que a baía de Guanabara oferece ao abrigo de “naus de todo porte”, inclusive para reparos. A importância do porto e suas garantias demonstram a preocupação do autor português com o projeto colonizador, propriamente dito, e o comércio ultramarino, que dependem da instituição portuária.

Se nos primeiros tempos da década de sessenta e setenta do século XVI a implantação da cidade favoreceu a formação de um núcleo fortificado, posteriormente, e já em meados dos anos 80, a sua posição revelava-se um entrave ao desenvolvimento urbano. Essa constatação não escapou ao testemunho da época, como quando José de Anchieta a certa altura de seus escritos descrevia, em 1585, a cidade como “não muito bem assentada”<sup>47</sup>. Nesse mesmo depoimento, o jesuíta em suas informações considera a situação do porto, das forças militares e a condição geográfica da terra entre “montes e pedregalhas” e de “muitos rios e caudais”, bem como a existência de riquezas naturais passíveis de exploração. A ênfase de sua descrição vai recair sobre o colégio jesuítico existente, destacando as propriedades e atividades desenvolvidas, ressaltando algumas notícias sobre “duas aldeias de índios cristãos”, que abrigariam quase 3.000 aborígenes – entre os quais, se presume, estavam os temiminós. A atenção sobre os aspectos da capitania demonstra, ainda com mais força do que Gabriel Soares de Sousa, como o padre José de Anchieta estava envolvido com o projeto colonial – já que se referem aos seus aliteros (condições geográficas, militares, de produtos naturais e disponibilidade de força de trabalho nativa).

No instante destes dois depoimentos de Gabriel Soares de Sousa e José de Anchieta, não se coloca em questão mais a resistência indígena, mas, sim, a instauração das estruturas sociais da colônia, representando a afirmação definitiva da capitania portuguesa.

É preciso frisar, ainda, que o processo de fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro é informado pela religiosidade quinhentista. Além da querela calvinista entre os franceses e da participação determinante dos jesuítas e de sua ação catequizadora na região da baía de Guanabara, há uma referência fundamental de caráter religioso: a lembrança de São Sebastião para batizar a cidade.

Diz José de Anchieta, em 1565, que o recurso à homenagem remetia não só ao “favorecimento” de Deus e do santo, mas, principalmente, ao rei de Portugal, d. Sebastião<sup>48</sup>. No entanto, frei Vicente do Salvador – o primeiro cronista histórico do Brasil, nascido em Salvador e residente nos primeiros anos do século XVII no Rio de Janeiro – relata uma aparição, na época das batalhas comandadas por Estácio de Sá, da figura de um guerreiro identificado como São Sebastião, definido como “combatente estranho, de notável postura e beleza que, saltando atrevidamente”, encheira os inimigos de me-



do, “donde creram os portugueses que era o bem-aventurado São Sebastião, a quem haviam tomado por padroeiro (...)”<sup>49</sup>. O franciscano enfatiza ainda o fato de o combate decisivo ter se dado em 20 de janeiro (de 1567), dia de São Sebastião e data em que Estácio de Sá foi mortalmente ferido.

A diferença entre os dois relatos – do jesuíta e do franciscano – é que o primeiro se refere a um testemunho, enquanto o outro registrou a memória contemporânea ao fato que se perpetuou. Mais importante, entretanto, é a construção da imagem da cidade aglutinada no mesmo significante com o nome do rei de Portugal da época e a lembrança do santo católico. Com efeito, a caracterização tradicional de São Sebastião é a da figura de um guerreiro e mártir, ferido por flechas, o que leva à história de Estácio de Sá e, principalmente, serve de emblema da empresa portuguesa na capitania do Rio de Janeiro, em associação com o esforço de soldados contra índios (o que remete às flechadas com que os romanos tentaram matar o mártir cristão) e dispostos ao sacrifício pela causa religiosa católica, que no caso se confunde com a causa laica de implantação dos domínios coloniais portugueses. Ocorre, assim, como síntese do colonialismo a reunião em um mesmo plano dos enunciados, em uma formação triangular equidistante: Rio de Janeiro – Portugal – Catolicismo.

E, assim, a cidade surge como monumento do colonialismo ...

#### NOTAS:

- 1 – Os relatos de Jacques Cartier constam in: RAMUZIO, M. Gio. Battista. *Delle navigationi et viaggi*. Vebetia, Giunti, 1565. v. 3., sob os títulos “Prima relatione de Jacques Carthier della terza nuova” e “Breve e succinta narratione”.
- 2 – Cf. LA POPELINIERE, Seigneur, Lancelot Voisin. *Les trois mondes*. Paris, Al’Olivier de Pierre l’Huillier, 1582.
- 3 – Cf. BURNAND, Robert. *La cour des Valois*. Paris, Hachette, 1947.; MIREPOIX, Duc de Lévis de. *La France de la Renaissance*. Paris, Libr. Arthème Fayard, 1947.; e LUTZ, Heinrich. Der politische und religiöse Aufbruch Europas im 16. Jahrhundert. in: MANN, Golo & NITSCHKE, August. *Von der Reformation zur Revolution*. Berlin-Frankfurt a.M., Propylaen Verlag, 1986. p. 25-132. (Propylaen Weltgeschichte - 7).
- 4 – Essa postura é resumida ainda na descrição em forma de mapa incluída na obra de Marc Lescarbot *Histoire de la Nouvelle France*. Paris, Jean Millot, 1609, p.206-207, da parte dedicada à França Antártica, que não é um testemunho, mas um resumo histórico contemporâneo dos movimentos de navegação francesa, que, certamente, no que se refere ao caso da bafa de Guanabara, foi informado pelos cronistas; quanto às obras dos cronistas André Thevet e Jean de Léry limitamo-nos a indicar

as traduções brasileiras, cientes de equívocos possíveis, mas que não comprometem as informações aprendidas, e nos isentamos de citá-las sempre que lembradas, a não ser em casos específicos eventuais, uma vez que existem muitas edições disponíveis dos seus textos principais – THEVET, André. *Singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte – São Paulo, Itatiaia – EDUSP, 1978., e secundariamente a coletânea francesa do cosmógrafo selecionada por LUSSAGNET, Suzanne. *Les Français en Amérique*. Paris, P.U.F., 1953.; e LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte – São Paulo, Itatiaia – EDUSP, 1980.

- 5 – Cf. Carta de Nicolas Barré de 1 de fevereiro de 1555. In: GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au seizième siècle*. Paris, Maisonneuve, 1878, p.378/379. – Vale observar que esse piloto francês calvinista morreria assassinado, em 1562, na Flórida, cf. BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Livr. Brasileira Edit., 1965.
- 6 – Cf. Carta de Villegagnon ao Duque de Guise, de 30 de novembro de 1557. Original no Museu Naval e Oceanográfico do Rio de Janeiro. [Vide anexos]
- 7 – Cf. LÉRY, Jean. *Viagem ao Brasil*. São Paulo–Belo Horizonte, EDUSP – Itatiaia, 1980, p.91.
- 8 – Cf. Carta de Nicolas Barré de 31 de março de 1557. In: GAFFAREL, P. op. cit. p.382.
- 9 – Valemo-nos de expressão que intitula o romance inspirado nessa característica do estabelecimento francês, FONTES, Ofélia & Narbal. *Um reino sem mulheres*; biografia de Villegagnon. Rio de Janeiro, Reper, 1967.
- 10 – Em JULIEN, Ch.–André. *Les voyages de découverte et le premiers établissements (XVe.–XVIe. siècles)*. Paris, P.U.F., 1948., o autor sugere como o evento da ilha tem um paralelo na ilha de Malta.
- 11 – Cf. HEULHARD, Arthur. *Villegagnon, roi d’Amérique, un homme de mer au XVIe. siècle (1510–1572)*. Paris, Ernest Leroux, 1897, p.116.
- 12 – Cf. GAFFAREL, P. op. cit. p.191.
- 13 – Ibidem, p.206.
- 14 – Ibid. p.205/206.
- 15 – Essa ocorrência no episódio do Maranhão chamou a atenção de CORTESÃO, J. Aliança tribal luso-tupi. In: *Introdução à história das bandeiras*. Lisboa, Portugal, 1964. cap., a partir da crônica de época de Yves d’Evreux; aliás acrescenta-se que o paralelismo com a empresa da *França Equinocial*, que corresponde à tentativa de colonização francesa na área do Maranhão no século XVII, não é descabido em outros sentidos também.

- 16 – Cf. Carta de Mem de Sá, em que conta a ElRey de se haver alevantado huma Capitania nos estados do Brasil. Feita na Cidade do Salvador a 1 de Junho de 1558. Reynado do Snr. D. Sebastião. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXVII, 1905, p.226.; o mesmo documento encontra-se transcrito em SERRÃO, J. V. op. cit. p.34/35. v. II.
- 17 – Cf. MARCHANT, A. op. cit.; a hipótese da adoção do regime de feitorias por parte dos franceses, já havia sido colocada por CANDIDO, Antonio Zeferino. *Brazil*. Rio de Janeiro, Impr. Nac. 1900.; e do mesmo autor, *Navegação e conquistas*. Rio de Janeiro, Typ. Fed., 1899.
- 18 – Cf. MONTAIGNE, Michel E. de. *Ensaaios*. 2 ed. São Paulo, Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).; o comentário de Léry surge na nota 136.
- 19 – Cf. NOVAIS, Fernando. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 14 ed. São Paulo, DIFEL, 1984. p.47-63.
- 20 – Cf. Carta de Mem de Sá, em que conta a ElRey de se haver alevantado huma Capitania (...) a 1 de Junho de 1558 (...) In: *Annaes...* op. cit. p.226.
- 21 – O processo de João de Bolés consta dos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 25:215-308, 1904.
- 22 – Cf. Carta de Mem de Sá à Regente D. Catarina, sobre a conquista da Ilha de Willegagnon, de 17 de junho de 1560. In: SERRÃO, J. V. op. cit. p.42/43. v. II.
- 23 – Cf. Carta de Manoel da Nóbrega ao Infante Cardeal D. Henrique, de S. Vicente, de 1 de junho de 1560. In: NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil; 1549-1560*. São Paulo-Belo Horizonte, EDUSP-Itatiaia, 1988. p.225. (Cartas Jesuíticas – I).
- 24 – Cf. Carta do Padre José de Anchieta ao Padre Geral, de São Vicente, a 1 de junho de 1560. In: ANCHIETA, José de. *Cartas: Informações, fragmentos históricos e sermões*. São Paulo-Belo Horizonte, EDUSP-Itatiaia, 1988. p.169/170. (Cartas Jesuíticas – 3).
- 25 – Cf. Carta de Mem de Sá à Regente D. Catarina (...) de 17 de junho de 1560. In: SERRÃO, J. op. cit. p.42/43. v. II.
- 26 – Cf. Instrumento dos serviços prestados por Mem de Sá, Governador do Brasil, de setembro-dezembro de 1570; depoimento de Heitor Antunes. IN: SERRÃO, J. V. op. cit. p.73.
- 27 – Ibidem., depoimento de Sebastião Álvares. p.74.
- 28 – Cf. FERREZ, Gilberto. *O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto*. Rio de Janeiro, SDGM, 1972. v.1. Uma das conclusões desse livro destaca a falta de apoio metropolitano na manutenção e no sustento das fortificações da cidade do Rio de Janeiro.
- 29 – Cf. Carta de Mem de Sá à Regente D. Catarina (...) de 17 de

- junho de 1560. In: SERRÃO, J. op. cit. p.42/43. v. II.
- 30 – Cf. Carta de José de Anchieta ao Padre Geral (...), de 1560. op. cit. p.170.; e Carta de Manoel da Nóbrega ao Infante (...), de 1560. In: *Cartas do Brasil...* op. cit. p.225.
- 31 – Cf. Carta do Padre Ruy Pereira aos Padres a irmãos da Companhia da província de Portugal, da Bahia, a 15 de setembro de 1560. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXVII, 1905, p.252.
- 32 – Cf. Carta de Manoel da Nóbrega ao Infante (...), de 1 de junho de 1560. op. cit. p.227.
- 33 – Cf. Carta de Brás Cubas, Provedor da Capitania de S. Vicente a D. Sebastião, em que dá notícia da descoberta de ouro e esmeraldas no interior da capitania, e propõe a fundação de uma cidade no Rio de Janeiro, de 25 de abril de 1562. In: SERRÃO, J. V. op. cit. p.50.
- 34 – Essa situação alimentou o ideário nacionalista romântico do século XIX, elaborando-se o que vulgarmente ficou conhecido como a Confederação dos Tamoios. Paradoxalmente é essa resistência que nos permite observar as deficiências da reação dos indígenas. Alguns apontamentos de Florestan Fernandes acerca do tema parecem de utilidade:

Sua importância histórica provém de comprovar ela que as populações aborígenes tinham capacidade de opor resistência organizada aos intuitos conquistadores dos brancos. Ela também revela a inconsistência do sistema organizatório tribal para atingir semelhante objetivo. (...) No entanto, o êxito dos índios foi parcial e efêmero. As fontes de funcionamento da sociedade tribal impediam a formação de um sistema de solidariedade supratribal, exigido pela situação. As alianças fragmentaram-se e a luta contra o invasor tornou ao antigo padrão dispersivo, que jogava índios contra índios, em benefício dos brancos. É que os laços de parentesco que promoviam a unidade das tribos engendravam rivalidades insuperáveis, mesmo em ocasião de emergência, no âmbito mais amplo da cooperação intertribal.

Antecedentes indígenas. In: HOLANDA, Sergio Buarque (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 6. ed. São Paulo, DIFEL, 1981, p.85. t. I. v.1.

- 35 – Cf. Instrumento dos serviços prestados por Mem de Sá... op. cit. p.68/69.
- 36 – Ibidem, depoimento de João Araújo, p.72.
- 37 – Ibid., depoimento de Sebastião Alvarez, p.75.
- 38 – Ibid., depoimento de Diogo Moniz Barreto, p.79.
- 39 – Cf. LISBOA, Balthasar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Segnot-Planchet, 1834. v.1. p.92.
- 40 – Cf. Carta de J. Anchieta, ao Padre Diogo Mirão, da Bahia, a 9 de Julho de 1565. In: *Cartas: Informações e fragmentos...* op. cit. p.261.

- 41 – Essa caracterização dos acontecimentos em torno da presença européia no Rio de Janeiro associados a um processo de tipo conquistador consta também na obra de HEMMING, John. *Red Gold, the conquest of the Brazilian Indians*. London, Macmillan, 1978. cap.6.
- 42 – Cf. Carta de José de Anchieta, ao Geral Diogo Lainez, de São Vicente, janeiro de 1565. In: *Cartas: Informações e fragmentos...* op. cit. p.209/210.
- 43 – Cf. Instrumento dos serviços prestados por Mem de Sá... op. cit. p.69.
- 44 – Cf. BERNARDES, Lysia M. C. Função defensiva do Rio de Janeiro e seu sítio original. In: BERNARDES, Lysia M.C. & SOARES, Maria Therezinha de Segadas. *Rio de Janeiro: cidade e região*. Rio de Janeiro, Secr. Mun. Cult.–DGDIC, 1990 (Biblioteca Carioca – 3). p.15-20.
- 45 – Já Sergio Buarque de Holanda em seu clássico *Razes do Brasil*, 20 ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1988, mesmo que em outro sentido, relaciona a fundação das cidades no período colonial com a dominação metropolitana. Vale citar que essa associação entre fundação de sítios urbanos com a preocupação de defesa em relação a possíveis ataques indígenas não é original, pois já é referida por Nelson Omegna, em sua obra intitulada *A cidade colonial*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961. Especificamente para o caso do Rio de Janeiro a mesma hipótese é colocada por Carlos Delgado de Carvalho em sua *História da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Secr. Mun. de Cultura – Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1988, (Biblioteca Carioca – 6), corroborada pela citação de outros autores, entre algumas razões para a eleição da localização geográfica da cidade, mencionando a importância das lagoas e dos morros que circundavam a vila de 1567, valorizados menos pelas facilidades de acesso do que pelas condições de defesa contra o elemento silvícola.
- 46 – Cf. SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo-Brasília, Cia. Edit. Nac. – MinC/INL, 1987. p.101.
- 47 – Cf. ANCHIETA, José de. Informação da província do Brasil para nosso padre (1585). In: *Cartas: Informações...* op. cit. p.427-431, em que trata do Rio de Janeiro.
- 48 – *Ibidem*. Carta ao padre Diogo Mourão, da Baía, a 9 de julho de 1565. p.264.
- 49 – Cf. SALVADOR, frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo-Belo Horizonte, EDUSP-Itatiaia, 1982. p.161.

## 5. A METÁFORA DA PACIFICAÇÃO

that life liv'd death and death in life  
(W. Shakespeare. *The rape of Lucrece.*)  
que mouro porque no mouro!  
(Sta Tereza de Jesus. *Poesias.*)

Américo Vespúcio, ao descrever suas impressões acerca das terras da América portuguesa, escrevia, em carta de 1502, que “pensava estar perto do Paraíso Terrestre”<sup>1</sup>. Essa citação coloca a admiração intransitiva da natureza experimentada pelos europeus nos primeiros instantes de sua presença no Novo Mundo. Não é apenas Vespúcio o único a se deixar seduzir pelos encantos das riquezas naturais do continente a que veio dar o nome. Em um domingo, 21 de outubro de 1492, Cristóvão Colombo anotava em seu diário de bordo a sua fascinação pela “maravilha do arvoredado e pelo canto dos pássaros”, chegando a certa altura, a afirmar que “os bandos de papagaios chegam a escurecer o sol; e há tantas espécies de aves e passarinhos que deslumbra a vista”<sup>2</sup>.

O fato é que essas anotações revelam o impacto da presença européia na América, nas mentes dos homens que a viabilizaram. No entanto, o “deslumbramento” de Colombo apresenta uma estranha situação, em que o descobridor, ao invés de revelar o oculto, termina por ter a vista obscurecida, diluindo o objeto de seu achado pela presença de muita luz. É como se o novo ou o diferente, apesar de *descoberto* (o que implica expor o escondido, o resguardado), fosse negado (anulando ou duplicando o prefixo *des*, que etimologicamente contém o princípio da cessação de um estado anterior), contrariando a ação empreendida, que, em última instância, revoga a si mesma, com a diferença de que não mais existe aquilo que permitia o ocultamento, cuja causa é a exposição exagerada. Resultado: o que era desconhecido permanece, por fim, na mesma condição, com a diferença de que não mais existe a razão do desconhecimento. Caso *sui generis* em que a evidência, princípio da certeza manifesta, se transmuta em incerteza demonstrada.

Assim, o paradigma colombino se sustenta no binômio descobrimento-deslumbramento, qualificando o movimento de instauração das sociedades coloniais. Ora, o processo de Descobrimento da América ou, especificamente, do Brasil nada mais é do que o início

da construção de novas estruturas sociais. Em outras palavras, trata-se de constatar que a América ou o Brasil não foram dados a serem revelados apenas pelo movimento de levantar um cobertor como pode sugerir a noção de descobrimento. Talvez porque, dessa maneira, o Novo Mundo pareceria pedir e se colocar à disposição dos interesses colonialistas, retirando-se-lhe vida própria e anterior. No caso do Brasil, muito se procurou enfatizar o acaso e a aventura no movimento de seu descobrimento pela frota capitaneada por Pedro Álvares Cabral, quase que atribuindo ao destino o arribar de europeus nas terras da América<sup>3</sup>. Em realidade, essas posições trazem em si o esvaziamento de todo o processo de ação efetiva do elemento europeu e de seu potencial criador e, igualmente, intervencionista, excluindo-o de sua responsabilidade.

Algumas considerações podem ser feitas em torno da variação da nomenclatura territorial do novo continente, com base em um ensaio, de Rodolfo Garcia, acerca da cartografia do descobrimento<sup>4</sup>. Se, no início do século XVI, por uma parte, a orientação geográfica era escassa, por outra, os topônimos que designavam as novas terras variavam enormemente. Até a metade do século, as inscrições *América* e *Brasil* concentravam-se na parte meridional do continente, surgindo ora juntas ou isoladas, sem uma definição clara, confundindo-se, por vezes, também com a expressão *Mundo Novo*. A estas se acrescentariam outras inscrições de predominância ibérica como *Terra de Santa Cruz*, ou *Terra Firme*, e, ainda, *Reino do Peru*, ou na forma simplificada, *Peru*, além de *Chile* e *Província do Rio da Prata*. Com o posterior avanço no detalhamento cartográfico, se assinalaria no centro do hemisfério a *Nova Espanha* (depois México), além de *Antilhas* (denominação consagrada por Colombo). Quanto ao norte do continente, ajuntar-se-iam ainda *Flórida*, bem como *Terra do Bacalhau*, ou *Terra do Labrador*, ou posteriormente *Canadá*. Por interesses estratégicos em resguardar direitos, os ibéricos marcaram sua atuação cartográfica pela discrição, o que fez com que a variada gama de designações geográficas criadas em outros centros europeus terminassem por se impor, mesmo diante da intransigência dos peninsulares.

No que se refere ao Brasil, se a nomenclatura geográfica inicial confundiu-se com as expressões *América* e *Mundo Novo*, logo ocorreu a tendência para marcar a sua especificidade geográfica, uma vez constatadas pelos europeus as reais dimensões continentais. Com efeito, a particularidade do Brasil revelou-se desde a primeira indicação de 1500, quando da designação de *Ilha descoberta por Portugal*, enfatizando-se o domínio metropolitano, para daí em diante se afirmar uma nomenclatura específica, como a de *Vera* ou *Santa Cruz* — exibindo a intenção metropolitana em confundir os novos domínios coloniais com a religião cristã —, ou, ainda mais tarde, *América Portuguesa*. Não apenas a associação com a metrópole seria lembrada, mas igualmente a identificação com a exploração de

produtos coloniais. A importância das especiarias se revelava nas diferentes expressões com as quais se procurava nomear a geografia da terra: como por exemplo *Terra dos Papagaios*, ou *Terra do Pau-brasil*, ou apenas, *Terra de Brasil*, ou *Terra Brasilia*, ou, mais simplesmente, *Brasil*, nomeado pela primeira vez no globo de Marini de 1512 (cujo desenho ainda possui a peculiaridade de representar o mundo de cabeça para baixo, em relação à forma de representação que se consagrou até os dias de hoje) [ilustração 9]. Ademais, não só a nomenclatura registra essa associação com as especiarias, mas também as ilustrações dos mapas de época, como o incluído na obra de Ramuzio, em que a turbulência das águas do oceano e os animais marítimos dão movimento às naus e, fundamentalmente, no continente se encontram os macacos, os pássaros e, principalmente, a exploração do pau-brasil em torno de cenas de escambo [ilustração 10]. Nesse sentido também podemos incluir o detalhe do *Atlas Millel* [ilustração 11] em que surge a representação do Brasil em moldes próximos do mapa anterior. Essa variação entre identificar as novas terras ora com a metrópole, ora com produtos do comércio colonial apresenta uma outra dimensão ao ser submetida a disputa colonial européia.

Essa construção da representação do continente americano pela nomenclatura caracterizaria também as iniciativas colonizadoras francesas, por exemplo, quando da afirmação das noções de *França Antártica*, ou *Nova França* e não escapava aos contemporâneos. La Popelliniere, em sua obra de 1580, intitulada *Les trois mondes*, anota que os franceses chamavam aquela parte do novo continente de *Brasil*, devido à madeira que ali se encontrava, enquanto os portugueses a denominavam de *Terra de Santa Cruz*<sup>5</sup>. O que se revela a partir desse depoimento de época, é que a dominação colonial se afirmava, inclusive, no campo da cartografia. Claramente, o desenvolvimento da toponímia cartográfica do novo continente demarcou a geopolítica do Novo Mundo, expressando-se na dissociação definitiva dos nomes *América* e *Brasil*, bem como a associação com os produtos de interesse mercantil – postura essa mais claramente associada ao *corso*.

Mesmo depois de reconhecido o continente e a imposição do nome *Brasil*, a própria imagem geográfica erigida em torno dessas terras esteve sempre sujeita a alteração, como, por exemplo, através da divisão administrativa com a instituição das capitânias ou do governo-geral e, ainda, pela divisão em dois estados, como se deu após o governo de Mem de Sá. Essa mesma divisão seria revogada, para, em outros tempos, ser retomada em novas bases, com alterações de nome e estatuto.

De qualquer maneira, o Brasil do século XVI, ao qual costumamos referir-nos de maneira genérica, não se constituía, então, numa unidade definitiva, seja no plano geográfico ou no político-administrativo.



9. Globo de Marini, 1512.



10. Detalhe de gravura incluída em *Delle navigationi et viaggi*, de G. B. Ramuzio. 1565.



Se nas primeiras décadas a cartografia servia como referência para a exploração do mundo colonial, nos anos 80 do século XVI estas seriam superadas pelas descrições informativas, como *A província do Brasil*, do jesuíta José de Anchieta, de 1585 e, principalmente, o *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, de autoria de Gabriel Soares de Sousa. Essas obras descritivas não são ilustrações criativas do mundo novo, mas muito mais manuais de referência para a exploração colonial, em que se detalham as condições existentes de navegação marítima e fluvial, os caminhos por terra, distâncias e topografia, posição dos índios e, o mais importante de tudo, os potenciais de riqueza natural, como madeira, sal, metais, aves etc., além das possibilidades de instalação da agro-indústria<sup>6</sup>. Nesse sentido, organiza-se definitivamente a empresa colonizadora, submetida à engrenagem do sistema colonial e geradora de estruturas sociais das novas sociedades que se instauravam, superando os instantes iniciais de caráter mercantil.

De fato, essas anotações demonstram que a América portuguesa, ademais o continente como um todo, nunca foi objeto de simples descobrimento, mas o resultado de construção e ação humana efetiva, a partir de um processo de encontro de culturas diversas<sup>7</sup>.

A rigor, desde que se iniciou o reconhecimento do continente americano por parte de europeus, diferentes nacionalidades de navegantes marcaram sua participação. A compreensão desse fato está submetida ao quadro da disputa europeia pelo direito de realizar livremente o comércio de especiarias. É o caso das discussões em torno das políticas do *mare clausum* e *mare liberum* e que caracterizam o século XVI, sendo que a primeira proposta estava identificada com a reivindicação da exclusividade das águas oceânicas aos reis ibéricos, contrapondo-se à exigência de outras Coroas europeias, em especial a França de Francisco I e Henrique II, pela liberalização dos mares. É nesse cenário histórico fornecido pelas questões em torno da Expansão Marítima e Comercial que se insere o episódio da presença francesa na costa americana, constituindo um momento em que europeus se enfrentam na disputa pelo domínio e controle das riquezas d'além-mar.

Contamos com inúmeras indicações de que a concorrência franco-lusitana na América é quase tão antiga quanto a própria presença europeia no continente. Exemplos disso são as empresas de navegação dos armadores franceses da costa atlântica, em especial das regiões da Bretanha e da Normandia, sediados, principalmente, nas cidades de Dieppe e Rouen, ou, ainda, de Honfleur e La Rochelle. Alguns eram conhecidos por sua atuação na busca de pau-brasil, como Jean Cousin e o capitão Gonville, incentivados pelos empreendimentos de casas de armadores como a de Jean Ango, o mais importante entre todos, assim como a frequência de naus, cujo exemplo mais conhecido é *La Pelérine*, aprisionada por portugueses no início da década de 1530. A título de ilustração da frequência dos

navegantes franceses, Hans Staden, o naufrago alemão que deixou uma crônica de sua passagem pela América, relata no ano de 1554 o contato com dois barcos franceses em meses diferentes na área da capitania do Rio de Janeiro: o Marie Bel'Eté, que se recusou a transportá-lo de volta à Europa, e o Catherine de Vatteville, comandado por Guillaume de Moner, que o aceitou<sup>8</sup>.

Tais iniciativas francesas eram vistas como atividades ilícitas pela Coroa lusitana, que se empenharia na sua perseguição com a instituição das chamadas expedições guarda-costas. De toda maneira, tudo parece indicar que os franceses procuravam freqüentar os pontos da costa em que os portugueses não marcavam presença, evitando, assim, o contato entre europeus em terras do Novo Mundo.

Em contrapartida, nesses primeiros instantes em que europeus freqüentavam a região costeira da América, o contato com as populações indígenas locais, desde sempre, parece ter sido uma constante e até mesmo uma necessidade por parte dos navegantes da Europa. Não sem razão o fio condutor do relacionamento entre nativos e estrangeiros foi a prática do *escambo*, que pressupõe a participação do elemento indígena, conferindo o conteúdo intrínseco à presença europeia dos primeiros tempos na América. É, portanto, nas condições colocadas por esse regime que se encontra a garantia de freqüência de europeus em terras que, pelo Tratado de Tordesilhas em 1494, eram destinadas ao domínio português, constituindo-se mesmo na chave de seu êxito. Desse modo, o pano de fundo do Novo Mundo das disputas quinhentistas europeias, pelo controle do comércio de especiarias, é dado pelo engendramento da relação índio-europeu sob o *sistema de escambo*, isto é, a oferta de produtos manufaturados europeus aos indígenas em troca de trabalho ou produtos naturais, como o pau-brasil, para os quais se voltavam os interesses europeus. Nesse sentido, as populações indígenas surgem nesse panorama histórico dos primeiros tempos da conquista como agentes fundamentais, cuja atuação foi determinante.

A pergunta que fica no ar é: o que motivou o nativo a participar desse processo dirigido pelos interesses europeus de exploração das riquezas naturais d'além-mar? De imediato, a única resposta que se coloca é o fato de que qualquer princípio mediador, necessariamente, teria que atender a anseios próprios, ao menos de grupos das populações aborígenes, a fim de estimulá-las ao engajamento. O *sistema de escambo*, nesse sentido, se mostrava bastante propício, já que, por si só, não exigia a submissão dessas populações. Assim, além do engendramento da relação econômica sustentada pela prática da permuta, o regime do *escambo coloca a perpetuação da autonomia das tribos indígenas* face ao elemento europeu e não o contrário como se poderia supor. Dessa maneira, a reprodução do sistema é viabilizada pela garantia da organização social das nações nativas. A partir daí, conclui-se, conseqüentemente, que essa condicionante de sua reprodução conforma igualmente o limite do siste-

ma. *Grosso modo*, a garantia do próprio *regime de escambo* é o não aviltamento das populações silvícolas, inserindo-se de acordo com as tradições, hábitos e ritos dos indígenas – mesmo no que diz respeito à escravização.

Note-se que essa situação é, ao mesmo tempo, favorável à presença europeia nas terras do Novo Mundo, pois, além de possibilitar o reconhecimento das riquezas locais e sua exploração através da utilização de mão-de-obra nativa, também garante o estabelecimento de contingentes de europeus dissolvidos entre as populações locais, possibilitando a interação dos agentes envolvidos<sup>9</sup>. Resguarda-se, assim, o domínio sobre a região a ser colonizada, criando-se as condições de sua perpetuação. Essa afirmativa é válida, sobretudo, no que se refere aos interesses portugueses em afastar a possibilidade da liberalização dos mares, daí a constituição do *regime de feitorias* de sua parte, associada, pois, à própria política do *mare clausum* sustentada pelo Estado metropolitano. Por sua vez, considerando-se a atuação dos armadores sediados em reinos defensores do *mare liberum*, a dificuldade em fixar-se nas terras do Novo Mundo não levou à adoção do mesmo regime de ocupação como regra. Na verdade, como já apontara Alexander Marchant, no que diz respeito aos franceses, que nos interessam mais de perto, tudo indica que a prática do *escambo* não se sustentava em *feitorias*, mesmo porque a fixação deles era em princípio vedada, conferindo à sua permanência sempre um caráter mais fortuito, efêmero e temporário. Mas em todos os casos a mediação com as tribos locais era fundamental, sendo, no caso dos portugueses, realizada pela *feitoria* na pessoa de seu *feitor*, enquanto que, para a realização francesa, a prática mais comum foi a instituição da figura do *intérprete* (*interprète* ou *trunchement*), em francês), que acompanhava as empresas navegadoras, viabilizando o contato com os nativos, forma também assumida quase que identicamente para a penetração francesa na parte norte do continente americano no que hoje corresponde à área do Canadá. Resumidamente, são versões distintas para programas de mesma natureza, visando à exploração das riquezas extra-europeias, cuja efetuação pressupunha o *escambo* e a cooptação do elemento indígena<sup>10</sup>.

De toda forma, desde há muito tempo a região da bafa de Guanabara era freqüentada por europeus. Isso é válido tanto para portugueses quanto para franceses. Com precisão não se pode afirmar quando o primeiro europeu avistou a bafa que marca a geografia local. No entanto, sabe-se que, no ano de 1503, uma expedição, comandada por Gaspar Coelho e da qual fazia parte o famoso piloto italiano Américo Vespúcio, aportou na região de Cabo Frio, abastecendo-se de um carregamento com grande quantidade da madeira do pau-brasil. Tudo indica que por essa época foram realizados contatos amistosos com os nativos, afirmando a instauração de um possível entreposto comercial, com a fixação de um *feitor* que passaria a viver entre os indígenas. A confirmação dessas evidências parece ser

a notícia da frequência da sempre lembrada nau Bretoa, que aportaria em Cabo Frio no ano de 1511. Não obstante, mesmo que se acredite na constituição de uma *feitoria* nessa localidade, certo é que esta jamais assumiu um caráter permanente e definitivo, já que sua perpetuação não se confirmou. Ao contrário, a região de Cabo Frio, na década de 1530, quando a atividade de *corso* francesa na América do Sul assume grandes proporções, foi freqüentada pelas empresas de armadores do reino de França, firmando-se esse movimento, ainda, com mais força, a partir da segunda metade dos anos de 1540, quando os *corsários* franceses passaram a preferir a circulação por águas mais ao sul, tendo sempre Cabo Frio como o seu ponto de apoio. Existe a indicação de que, entre os anos de 1547 e 1548, cerca de 14 naus oriundas de França visitaram a região<sup>11</sup>.

Fato é que essa constante frequência não-lusitana na área que viria a compor a futura capitania do Rio de Janeiro foi objeto permanente de cuidados da Coroa portuguesa. Isso se dava, tanto pelas investidas espanholas, evidenciadas em muitas ocasiões pelo motivo de os navegadores ligados aos Reis Católicos viverem sempre em busca de caminhos rumo ao rio da Prata, como por meio do *corso* francês. Também a idéia de povoar as terras ao redor da bafa de Guanabara era antiga e desejada como forma de proteger a posse do território e evitar a presença de *corsários*. Já Tomé de Sousa, primeiro governador-geral da colônia portuguesa no Novo Mundo, havia apresentado sugestão nesse sentido em carta enviada ao rei d. João III, em que dá notícia das vilas e povoações que visitara, datada de 1º de junho de 1553<sup>12</sup>.

Evidentemente, após o empreendimento da ocupação francesa na década de 1550 na bafa de Guanabara, a vontade de povoar e ocupar o Rio de Janeiro tornara-se um imperativo. A presença dos franceses na área tomou corpo definitivo com a organização de expedição comandada por Nicolas Durand de Villegagnon, que af aporta em 1555. Essa tentativa de ocupação perdura até o ano de 1560, quando sob o comando de Mem de Sá, governador-geral do Estado do Brasil, se realiza a reação militar portuguesa, a fim de eliminar a presença de *corsários* na região, cujo domínio era reivindicado pelo Estado português. O que ocorre é que, apesar do aparente êxito das ações citadas, o domínio lusitano nas áreas em litígio continuou sem se afirmar, exigindo novas ações militares, que se estenderiam do ano de 1565 a 1567, destacando-se, então, o comando de Estácio de Sá. Ao longo desse processo de consolidação do domínio lusitano sobre a região, cumpre papel fundamental a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, fundada em 1565, originalmente, e em 1567 em caráter definitivo.

De fato, o tema da *França Antártica* exemplifica a forma que assumiram as iniciativas francesas de marcar sua presença em território do continente americano: ou seja, elucida-nos acerca da sua peculiaridade face à atuação portuguesa. Vale frisar que as ações de

ambas as nacionalidades de navegadores se separam e assumem sua especificidade, face à construção da *economia-mundo*, obra, por excelência, da capacidade de intervenção européia, na disputa pelo domínio da exploração dos mares. Em contrapartida, além da política dos mares, o conteúdo último da atuação exploratória de portugueses e franceses sempre foi fornecido pela atividade mercantil, nos primeiros tempos. Não obstante, a presença de europeus na América, seja ela francesa ou portuguesa, sempre se igualou no conteúdo essencial de sua natureza, bem como na prática de penetração e exploração, sustentada pelo *regime de escambo* ou pelo *sistema de feitorias*, mesmo considerando-se sua possível efemeridade. Por conseguinte, rigorosamente nada justifica tratar distintamente a presença francesa no continente americano, enfatizando-se sua especificidade, pois esta se identifica com a ação lusitana no que se refere aos seus princípios e no trato com as riquezas e terras novo-mundistas – ao menos enquanto a prática colonizadora propriamente dita não for imposta pelos interesses portugueses envolvidos na exploração colonial. Confere-se, assim, conteúdo único à *presença européia*, sob a prática do *escambo*<sup>13</sup>.

De outra parte, o empreendimento francês de 1555, comandado por Villegagnon, no quadro geral da atuação francesa introduz um elemento que lhe confere uma certa particularidade: trata-se do fato de definir-se enquanto *feitoria*. No entanto, porém, esse intuito de constituir-se em forma mais permanente foi inviabilizado pela reação lusitana de 1560, liderada por Mem de Sá. Com isso as empresas oceânicas francesas retornaram à sua forma anterior, sustentada na atividade de *intérpretes* e sem implicar na fixação de contingentes humanos próprios. Isso significa dizer que a reação militar portuguesa de 1560 serviu para impedir a fixação, mas não a frequência dos navegadores oriundos da Bretanha e Normandia. Esse fato condicionou o segundo instante das ações militares portuguesas na região da baía de Guanabara, entre os anos de 1565 e 1567, em que se destaca a figura de Estácio de Sá. Nesse instante se verifica muito mais a perseguição às populações indígenas do que aos possíveis contingentes franceses. De fato, são essas ações guerreiras que garantiram a interrupção da linha de atuação dos *corsários*, impondo o domínio lusitano sobre os indígenas, inviabilizando sua atuação como elemento mediador necessário à atividade do *curso*. Paralelamente, viabilizou-se também a afirmação da presença portuguesa na região.

Essas constatações, acerca do processo guerreiro na área onde se situou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, não são fatos isolados da ação lusitana na capitania. Com a afirmação da presença portuguesa na região, a atitude dos primeiros capitães-mor nomeados, respectivamente Salvador Correia de Sá e Cristóvão Barros, foi de concentrar a atenção na fixação de colonos através da distribuição de sesmarias. Entretanto, a atuação desses capitães assumiu nova face com a chegada do sucessor de Mem de Sá. O novo governador-

geral, Antônio de Salema, permaneceu no posto sediado no Rio de Janeiro entre os anos de 1574 e 1577, sobrepondo-se à autoridade do capitão-mor. O resultado da passagem de Antônio de Salema levou a um segundo momento de ações guerreiras contra populações indígenas situadas nos arredores de Cabo Frio, em que Cristóvão Barros e Salvador de Sá se viram envolvidos, além do capitão de São Vicente, Jerônimo Leite<sup>14</sup>.

Existe um relato de época, datado de 17 de dezembro de 1576, em que o padre Luís Fonseca informa as autoridades eclesiásticas da Companhia de Jesus os acontecimentos de Cabo Frio. Segundo o padre, o governador Antônio de Salema teria “deliberado exterminar” os tamoios e fez vir reforços da capitania de São Vicente e do Espírito Santo, partindo, então, a 28 de agosto de 1575, acompanhado do padre Baltasar Álvares e do frei Gonçalo Luís, que compunham o corpo de religiosos da expedição. Ao chegarem no mês seguinte a Cabo Frio, encontraram os tamoios aguardando o embate e fortificados em “três fortíssimos baluartes”, de acordo com o clérigo Luís Fonseca. No seu relato, destaca o padre a participação de dois franceses e um inglês, conhecedores da língua dos nativos, ao lado das forças indígenas. Antes das batalhas militares, os primeiros instantes foram de contatos e conversas mediadas pela atuação dos enviados eclesiásticos. Após essa instância diplomática, e na falta de acordo entre as partes envolvidas, o combate se iniciou, ferindo-se e matando-se muitos. Ocorreu, então, ao comandante português a idéia de organizar um cerco aos postos das forças silvícolas, impedindo a entrada de munição e qualquer forma de mantimento e água — o que levou os tamoios “desesperados” a fugirem e se entregarem. Novamente, seriam feitos novos contatos entre o comando lusitano e os nativos, servindo de mediador o padre Baltasar Álvares. O resultado final levou a uma fuga em direção ao interior por parte dos indígenas a morte dos europeus aliados dos nativos e, por fim, a ordem do governador de prisão para mais de quatro mil escravos, além do saldo de mortes de “outro tanto ou mais”, de acordo com a carta de 1576<sup>15</sup>.

Três anos depois, o francês Jacques Vau de Claye produziria um mapa com o detalhamento das condições geográficas entre a recém-fundada cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e Cabo Frio [ilustração 12]. Ficam indicadas não só as posições bélicas dos portugueses no Rio de Janeiro, mas também as áreas em que se encontram reservas florestais e a localização das aldeias de indígenas. Talvez se possa afirmar que a existência desse mapa de 1579 indique a intenção do *corso* francês em não abandonar as suas pretensões na área, apesar de todos os acontecimentos.

De qualquer forma, o domínio luso na capitania do Rio de Janeiro, no século XVI, passou, nos anos 70, em Cabo Frio, por um outro instante de ações guerreiras contra aldeias de nativos e, já uma vez, verifica-se a associação com a atividade de *corsários*, já



12. Mapa. Vau de Claye. 1578 ou 1579.

que, desde a impossibilidade de sua atuação na baía de Guanabara, haviam se concentrado em Cabo Frio, aliás como já era de praxe em tempos anteriores. Dessa forma, constata-se que a forma encontrada para inviabilizar o *corso* desencadeou campanhas de assalto às populações nativas.

Não obstante, esse movimento militar no sentido de impor a dominação colonialista na região da capitania do Rio de Janeiro não surge no quadro dos governos-gerais da América portuguesa ao longo do século XVI. O primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, ao lado de manter o controle sobre todas as capitanias reais e dos engenhos e fazendas, teve sua nomeação associada à constituição de armada, artilharia e fortificações no mundo colonial lusitano. Ressalta-se, contudo, a obrigação do governador de combater os “infiéis” e incentivar a “conversão dos gentios” ao catolicismo. Essas medidas constam de seu *Regimento* anotado pelo rei de Portugal, indicando as obrigações do governo-geral<sup>16</sup>. Disso resulta que a fundação da administração colonial identificou-se com a ação militar. É clara a dedicação do *Regimento de Tomé de Souza* em garantir o povoamento da colônia e a afirmação do domínio lusitano. Todavia, o documento que inclui cerca de 46 indicações para o governo, já no seu segundo ponto justifica a escolha da Bahia como local para sediar o governo-geral, pelo fato de aí os “gentios da terra” estarem “pacificamente, sem resistência”. O mesmo item avaliza, ainda, ao governador a decisão de fazer “guerra” a quem quer que resista à sua autoridade. Do cômputo geral, ao menos cinco pontos do documento se referem explicitamente à questão da resistência de indígenas, além de outros dedicados ao trato com o índio. Um dos últimos itens se constitui em uma espécie de síntese dos conselhos do rei para o encaminhamento do relacionamento dos lusitanos com os nativos.

Posto que em alguns capítulos deste Regimento vos mando que façais guerra aos gentios na maneira que nos ditos capítulos se contém, e que trabalheis por castigardes os que forem culpados nas coisas passadas havendo ao pouco entendimento que essa gente até agora tem a qual coisa diminui muito sem culpas e que pode ser que muitos estarão arrependidos do que fizeram haverei por meu serviço, que conhecendo eles suas culpas e pedindo perdão delas se lhes conceda e ainda haverei por bem que vós pela melhor maneira que puderdes os tragais a isso porque como o principal intento meu é que se convertam à nossa Santa Fé logo é razão que se tenha com eles todos os modos que puderem ser que o façais assim. E o principal há de ser escusardes fazer se lhes guerra porque com ela se não pode ter a comunicação que convém que se com eles tenha, para o serem<sup>17</sup>.

Note-se que explicitamente o soberano português admite a necessidade de se levar a cabo guerras contra populações aborígenes. Essa anotação se complementa com a intenção de atrelar o domínio metropolitano à conversão dos índios submetidos – demonstrando

a intenção recorrente de confundir colonialismo e religiosidade. O tratamento do tema destaca, portanto, o “pouco entendimento” dos indígenas, o que alivia a carga de “suas culpas”, garantindo-lhes o “perdão”, cujo direito o rei advoga para si. Em seu desdobramento, essa postura oficial metropolitana justifica a imposição da dominação colonialista a partir da incapacidade e da ingenuidade atribuídas aos nativos. Assim, quando a necessidade de ações militares se fizesse necessária, o Estado português tinha a explicação da justiça da medida, uma vez que o sentido último era fundado na vontade de conversão religiosa, alargando os horizontes do catolicismo. A intenção ficava ainda mais carregada de sentido positivo, na medida em que era complementada pelo perdão e não pela vontade de castigar. O fato é que, ao longo de todo o *Regimento*, a reação indígena é referida como “alevantamentos”, o que significa atribuir exclusivamente aos índios as razões da sua agressão aos portugueses, colocando-a como se fosse composta de ações incidentais, sem motivo e de caráter provocativo, não se tratando de uma rejeição à dominação colonial. Desse modo, são os “alevantados” os que “fazem guerra”, segundo as anotações do rei, em oposição à “gente pacífica” e “sem resistência” (única vez que identificamos a idéia de reação no vocabulário oficial, ainda que negando-a). É como se o problema da agressão indígena fosse uma consequência da índole ou da personalidade de certos grupos tupinambás, marcados pelo seu “pouco entendimento”. Contrapõem-se, assim, alguns grupos indígenas da Bahia e os tupiniquins de São Vicente, face a outros índios da Bahia e do Espírito Santo, não se apresentando nenhum tipo de razão para a atitude dos grupos aborígenes. Uma exceção surge num ponto levantado em certa altura do documento, em que a motivação dos nativos é esclarecida pela atividade de salteadores que “roubaram os gentios que estão em paz”; nesse instante o rei reivindica para o Estado a obrigação de evitar tais danos às populações naturais da terra. Em suma, ao mesmo tempo em que se cumpre a legitimação das ações impositivas aos índios de submissão e a religião européias, demonstra-se a vontade de protegê-los, novamente justificando a ação colonizadora. Em realidade, isso indica o intuito real de manter sob o seu manto o controle das nações indígenas.

Se o *Regimento de Tomé de Sousa*, de 1548, apenas indica e aconselha o empreendimento de ações guerreiras contra os índios, o *Instrumento dos serviços de Mem de Sá*<sup>18</sup>, datado de 1570, relata os assaltos militares levados a cabo durante seu governo – o que se impôs no mínimo desde o governo de seu antecessor d. Duarte da Costa, que experimentou conflitos de proporções consideráveis com os nativos<sup>19</sup>. Do total de 26 “capítulos”, como são chamados ao longo do *instrumento*, 12 – ou seja, quase a metade dos itens – se referem diretamente a empresas de combate a contingentes indígenas, dignos de serem enumerados como realizações de governo e serviço prestado. Entre os empreendimentos militares incluem-se ações nas

capitanias do Espírito Santo, Bahia, Ilhéus, Pernambuco e Rio de Janeiro. Também nesse documento oficial não são apontadas razões claras que expliquem a resistência dos nativos, mantendo-se a mesma postura do *Regimento* de 1548. Mem de Sá, por exemplo, descreve, no item terceiro, como achou “toda a terra de guerra”, justificando suas atuações guerreiras “por o gentio não querer paz”. As referências são, como no texto do rei de 1548, a índios “alevantados”, contra os quais “mandou dar sobre”, ou, simplesmente, “fazer guerra”, ou “peleja”. De outro lado, as descrições apresentadas sempre estão carregadas de características belicistas, ao definir a ação dos nativos, identificando suas aldeias como “fortalezas”, ou “fortificações”, o que surge, por exemplo, na anotação do item 16, em que se indica também a destruição de 130 aldeias como resultado de uma campanha militar lusitana, fornecendo a dimensão de suas conseqüências: “(...) me foram novas com o gentio do Peroaçu estava alevantado (...) dei na fortaleza e a entramos matando todos os que quiseram defender (...) tendo muitas peleja e lhes destrói cento e trinta e tantas aldeias”<sup>20</sup>.

Enfatiza-se, assim, o caráter guerreiro das populações indígenas. De outro lado, a narração, no mesmo documento, do feito militar do Rio de Janeiro indica como o índio era “apoderado” pelos franceses. Essa anotação constitui o único exemplo de esforço explicativo para a atitude dos contingentes de nativos contra os portugueses.

Dessa anotação e da indicação das áreas em que se deram as campanhas militares, pode-se concluir, a partir da leitura do *Instrumento de Mem de Sá*, em que tipo de situações as ações de tipo guerreiras eram levadas a termo: a) quando da necessidade de se impedir a atividade de *corsários*, garantida pelo engajamento de grupos indígenas, em que se enquadra o exemplo do Rio de Janeiro; e b) os casos da Bahia, Ilhéus, Espírito Santo e Pernambuco, em que, em última instância, as empresas militares contra contingentes nativos visavam garantir a implementação e o pleno funcionamento da agroindústria, inviabilizada por reações de indígenas. Assim, sucintamente, temos um primeiro caso em que a afirmação do domínio lusitano sobre populações tupinambás, em uma região, se deu a partir da vontade de se excluírem do mundo colonial outros atores europeus não-portugueses, preservando-se o monopólio e a exclusividade da exploração colonial no continente. O segundo caso em que as ações militares se fizeram necessárias, a fim de garantir o domínio colonial lusitano, encontrou sua motivação no fato de a reação dos aborígenes ameaçar o estabelecimento dos engenhos e a empresa açucareira. Nesse último caso, acrescenta-se a observação de que a constituição da agroindústria do açúcar era realizada por investimentos privados, mas encontrou na atuação dos agentes da Coroa, através de suas campanhas militares, as garantias de sua instalação<sup>21</sup>.

Contraditoriamente, apesar do caráter nitidamente militar desse processo, cuja finalidade era afirmar a dominação portuguesa no continente americano, o documento acerca dos atos do governo Mem de Sá conclui sempre destacando a “pacificação”, ou a solução de “ficar pacífico”, ou ainda “assossegar o gentio”, associando a obra do governo-geral com o apaziguamento e nunca com a agressão, o domínio ou sequer a conquista. No capítulo 15, Mem de Sá indicava, ainda, como essa “*pacificação*” era por ele condicionada à aceitação dos índios de se tornarem vassalos da Coroa portuguesa, explicitando como a dominação se impunha. Nesse sentido, pode avaliar como o processo de afirmação do domínio português na América, apesar de essencialmente guerreiro, instalou-se sobre uma ordem de valores sustentada no ideal de “*pacificação*”, constituindo-se em autêntica metáfora do processo conquistador.

Posteriormente ao governo de Mem de Sá é que o tratamento da questão indígena no século XVI atingiu seu ponto alto. Se o período de Mem de Sá se caracteriza como um governo de ações militares de submetimento das aldeias indígenas, seus sucessores demonstraram empenho no mesmo sentido, fixando suas regras. É preciso esclarecer que, após esse período de Mem de Sá, a administração colonial foi revista, estabelecendo-se dois governos-gerais: Antônio de Salema foi nomeado governador do Brasil, que correspondia à extensão do território entre os limites sul da possessão lusitana até a capitania da Bahia. Luís de Brito d’Almeida, por sua vez, seria o governador-geral do Maranhão, compreendendo o comando das terras da Bahia e todo território ao norte. O estabelecimento desses dois governos em 1574 foi iniciado com a elaboração conjunta de um documento, redigido na cidade de Salvador da Bahia, após consulta ao ouvidor-geral Fernão Silva e a padres jesuítas. O referido documento explicita, em dez pontos, as posições oficiais tomadas acerca do “assento”, “resgate”, “escravidão” e “liberdade” dos índios na América portuguesa. Nesse sentido, apesar da divisão administrativa, mantinha-se a unidade da política colonial, ao menos no que era relativo aos índios.

No documento referido<sup>22</sup>, que se compõe de dez itens ao todo, destaca-se a restrição da ação de particulares no assalto às populações nativas. Os poucos casos permitidos são, no entanto, colocados sob o controle da administração oficial, por meio de registros etc., à qual cabia efetivamente decidir sobre a legalidade ou não da tomada de escravos. O penúltimo ponto levantado é, entretanto, o de maior interesse no documento de Antônio de Salema e Luís de Brito, uma vez que aí se afirma quais os legítimos autores da *guerra justa*: “os senhores governadores”, limitados por seus regimentos: os “capitães” junto com os “oficiais da câmara”, o “provedor da fazenda” e de “pessoas de experiência”: bem como “jesuítas” e o “vigário da capitania”, cujas respectivas assinaturas deveriam acompanhar autos

específicos — e, ao final, o documento estabelece a condenação para aqueles que infringirem as leis registradas. Com isso, pretendia estabelecer a justiça de possíveis campanhas guerreiras contra nativos, atribuindo-se aos agentes estatais oficiais a respectiva função e sua legitimidade.

Ambos os governadores de 1574 e 1577 destacaram-se, em seus quatro anos de atuação, não somente pela redação do documento lembrado que fixava as regras para o trato da questão indígena. Já mencionamos anteriormente a atividade de Antônio de Salema na área de Cabo Frio submetendo as aldeias locais. Acrescentem-se a isso as ações realizadas no Espírito Santo, palco constante de conflitos entre europeus e índios, bem como na capitania de São Vicente. Paralelamente, Luís de Brito empreendeu, durante seu período de governo, ações na área de Sergipe, integradas à instalação da empresa de Garcia d'Ávila na região. O mesmo governador do Maranhão comandou a atuação lusitana contra contingentes aborígenes na Paraíba, que merece ser destacada por não ter conseguido impor seu domínio na área, malgrado assim o intuito principal da ação militar<sup>23</sup>.

Em 1577, a unidade administrativa das terras coloniais lusitanas na América seria retomada com a nomeação para a função de governador-geral, de Lourenço da Veiga, sediado na Bahia, ficando Salvador de Sá como capitão-mor na capitania do Rio de Janeiro. Nos três anos desse novo governo a perseguição a *corsários* foi grande e verificou-se, pela primeira vez, a autorização concedida a Frutuoso Barbosa, um rico proprietário de terras em Pernambuco, para empreender afirmação do domínio lusitano em terras da Paraíba, mas que só vingaria anos depois<sup>24</sup>.

No ano seguinte à nomeação de Lourenço da Veiga, ocorreria o malogro português na África, em Alcácer-Quibir, onde viria a desaparecer o rei d. Sebastião, fato que ocasionaria grande instabilidade institucional, marcando a história de Portugal. A solução foi adiada com a ascensão do cardeal-infante d. Henrique e cuja morte, dois anos depois, seria seguida do advento da *União Ibérica*, colocando Portugal e seus domínios coloniais sob o controle do rei de Espanha, Felipe I.

Na colônia da América portuguesa esses acontecimentos repercutiram acentuadamente, levando ao enfraquecimento da ação oficial. Esse quadro seria ainda mais agravado com a morte de Lourenço da Veiga, em 1581, deixando o problema de sua sucessão. O ouvidor-geral Cosme Rangel assumiu o posto em processo tumultuado e ocasionando sérias contestações à sua autoridade, desembocando em disputas e perseguições políticas na Bahia, até o momento da nomeação de novo governador-geral. Para o posto seria indicado Manuel Teles Barreto, cujo governo ficou marcado pela afirmação do domínio lusitano na região da Paraíba, motivada pela repressão à atividade de *curso* francês que se realizava na área<sup>25</sup>.

O que se pode deduzir dos apontamentos feitos até aqui é que, a partir do estabelecimento dos governos-gerais no ano de 1549, a questão da afirmação da dominação colonial portuguesa colocou-se na ordem do dia, impondo a necessidade de encontrar soluções para os conflitos gerados entre portugueses e indígenas. O *Regimento de Tomé de Sousa* indica a pretensão de colocar os índios sob o controle metropolitano, evitando-se na medida do possível a guerra e alargando-se a cristandade por meio da conversão. Já no governo de Mem de Sá apresentaram-se inúmeros casos de ações militares conduzidas contra populações indígenas e que tiveram continuidade nos governos seguintes. A inovação de Antônio de Salema e Lufs de Brito, em 1574, foi a de definir e explicitar o papel da ação estatal dos agentes oficiais metropolitanos no desencadeamento das ações guerreiras, com o sentido de submeter os nativos. O limite temporal da atuação de caráter estatal dos empreendimentos guerreiros na América portuguesa, que impuseram o domínio português aos tupinambás, corresponde, assim, ao espaço de anos compreendido entre 1549, marcado pelo estabelecimento dos governos-gerais, e 1580 com o advento da *União Ibérica*, cuja repercussão levou à fragilização da posição dos agentes oficiais lusitanos no mundo colonial.

Todavia, vale ressaltar como todas as posturas oficiais relativas ao trato da questão indígena, nesse período de 1549 a 1580, estiveram em estreita sintonia com a participação e o engajamento da Companhia de Jesus. Isso se evidencia no fato de que os jesuítas se estabeleceram na América portuguesa pelo mesmo ato de criação do governo-geral, aportando em 1549 junto com a armada que acompanhava Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral. Junte-se a isso, a sempre reconhecida missão catequizadora desenvolvida sob as habilidades dos jesuítas – a que alguns comparam a uma conquista espiritual. Mas para além da catequese, importa salientar a perfeita coadunação da ação militar estatal e a ação missionária, atuando conjuntamente, seja nas empresas militares, como o caso em que foram derrotadas as forças francesas na baía de Guanabara e nas empresas de Cabo Frio, ao longo dos anos 60 e 70, ou, ainda, colaborando por meio de ação intermediadora entre europeus e indígenas e na realização de acordo como o de Iperoig, que antecedeu os combates finais e a afirmação do domínio português no Rio de Janeiro. Acresce, ainda, que os jesuítas se constituíam em interlocutores privilegiados da Coroa, no que se referia à questão do tratamento dos indígenas, como no caso das conferências que antecederam a elaboração do documento de 1574, assinado pelos dois governadores-gerais de então. A religiosidade servia, ademais como substrato de legitimação, como no exemplo da identificação de São Sebastião com a cidade fundada às margens da baía de Guanabara pelos portugueses.

Em poucas palavras, pode-se afirmar que, após a primeira metade do século XVI, quando a exploração colonial ocorreu sob o *regime de escambo*, desenvolveu-se o processo conquistador da Amé-

rica portuguesa a partir do empreendimento de campanhas guerreiras de caráter *estatal* – ora, com o intuito de instalar a agro-indústria sedentária, ora com o objetivo geopolítico de garantir o monopólio colonial. Concomitantemente às campanhas de conquista, verificou-se o engajamento da Companhia de Jesus, garantindo a instauração da ordem colonizadora em associação com os valores da religião e aos quais remete o vocabulário da época.

Essas conclusões colocam o exemplo conquistador português em distinção ao caso da conquista na América espanhola. Os estudos acerca do evento espanhol demonstram que este se sustentou na ação de particulares e não estatal. Além disso, sua cronologia indica que o processo se desenvolveu basicamente na primeira metade do século XVI, estando concluído na década de 1550. Sua crítica encontrava-se a essa época já bastante desenvolvida, principalmente a partir da ação de religiosos dominicanos, entre os quais se destacaria o nome de Bartolomé de Las Casas. De resto, é ilustrativo mencionar o fato de esse processo castelhano, genericamente, ter se dado a partir de uma ordem de valores guerreiros – em relação de continuidade com a Reconquista da Península Ibérica – valorizando os aspectos militares da empresa conquistadora. No ano de 1556, disposições reais determinariam a proibição das palavras *conquistadores* e *conquista*<sup>26</sup>.

Ora, importa salientar que o exemplo da América portuguesa se constrói com base em metáforas de “pacificação”, legitimados pelo vocabulário religioso, em contraste com as ações reais de caráter essencialmente militar. Por certo, revela-se aí o aproveitamento da experiência espanhola e as conseqüências de sua repercussão. Finalmente, cabe destacar a relação entre a instauração das estruturas sociais coloniais das novas sociedades e o papel da religião na sua afirmação.

#### NOTAS:

- 1 – Cf. VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo*, 2. ed. Porto Alegre, L&PM, 1987, p.69. Neste caso vale conferir as obras célebres de HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*, 4. ed. São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1985.; e FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *O Índio brasileiro e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937, que discutem as imagens construídas pelos europeus acerca do continente americano e os habitantes nativos.
- 2 – Cf. COLOMBO, Cristóvão. *Diário da descoberta da América*. 2. ed. Porto Alegre, L&PM, 1984, p.53.: Uma crítica da crônica de Colombo se encontra em TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América, a questão do outro*. São Paulo, Martins Fontes, 1988. Parte I.

- 3 – Para uma avaliação da expedição de Pedro Álvares Cabral, vide CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Alvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Paris-Lisboa, Aillaud e Bertrand, 1922 (ensaio reeditado na coletânea *História da colonização portuguesa do Brasil*, organizada por Carlos Malheiro Dias); e NUNES, Manuel. Expansão européia e descobrimento do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 14. ed. São Paulo, DIFEL, 1984. p. 15-46.
- 4 – GARCIA, Rodolfo. O Brasil na cartografia do descobrimento. *Cultura*, Rio de Janeiro, MEC – Serv. Doc., ano IV (6: 163-181), dez./1954.
- 5 – Cf. LA POPELLINIÈRE, Seigneur, Lancelot Voisin. *Les trois mondes*. Paris, Al Olivier de Pierre L’Huillier, 1582.
- 6 – Cf. ANCHIETA, José de. Informação da província do Brasil ao nosso padre. In: *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões*. São Paulo-Belo Horizonte, EDUSP – Itatiaia, 1988.; e SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo, Cia. Edit. Nac. – MEC/INL, 1987.
- 7 – Uma avaliação de caráter antropológico desse processo encontra-se em RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização*. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 1983.; esse mesmo autor nos fornece material sobre as bases em que se desenvolveu a solução dada à integração de indígenas no Brasil do século XX em, *Os Índios e a civilização*. 5. ed. Petrópolis, Vozes, 1986.; no mesmo sentido, mas com referência ao século XIX no Brasil, consulte-se MOREIRA NETO, Carlos d’Araújo. *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. Tese de Doutorado. Rio Claro (SP), 1971; para um balanço da questão do índio na história do Brasil vide RIBEIRO, Berta. *O Índio na história do Brasil*. 5. ed. São Paulo, Global, 1987; especificamente para o período colonial, enfatizando o tema da Conquista vide HEMMING, John. *Red Gold, the conquest of the Brazilian Indians*. London, Macmillan, 1978.
- 8 – Cf. STADEN, Hans. *Dois viagens ao Brasil*. São Paulo – Belo Horizonte, EDUSP – Itatiaia, 1974.; quanto às viagens de exploração oceânicas francesas, vide GUERIN, León. *Les navigateurs français*. Paris, Belin-Leprier et Morizot, 1847., e MAGRY, Pierre. *Les navigations françaises: et la révolution maritime du XVe. au XVIe. siècle*. Paris, Libr. Troiss, 1867.
- 9 – Cf. CORTESÃO, Jaime. *Introdução à história das bandeiras*. Lisboa, Portugalia, 1964., em especial os ensaios de número XLIII e XLIV do volume 2.
- 10 – MERCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão*, São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1980.; e JULIEN, Ch.-André. *Les voyages de découverte et les premières établissements*

- (*XVe. - XVIe. siècles*). Paris, P.U.F., 1948.
- 11 - Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Lisboa, Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965. v.1 cap.1.
  - 12 - Cf. Carta do Governador Tomé de Souza ao Rei D. João III, com notícia das vilas e povoações que visitara na costa do Brasil, de 1 de junho de 1553. In: SERRÃO, J. V. op. cit. v.2 p.26-27.
  - 13 - A noção de *presença européia* parece ser de muito mais utilidade analítica do que a apresentada pelos manuais contemporâneos de *presença estrangeira*, que discutimos no capítulo II. Isso se justifica, uma vez que as ações européias se igualavam diante da prática do *escambo*, fazendo com que as relações estabelecidas com as novas terras fossem similares.
  - 14 - Cf. SERRÃO, J. V. op. cit v. 1. cap. IV: uma descrição detalhada das atividades dos Governos-Gerais no século XVI e a qual sempre vale se referir encontra-se em VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. 10. ed. Belo Horizonte - São Paulo, Itatiaia - EDUSP, 1981. t.1 v.1.
  - 15 - A carta de Luís Fonseca consultada faz parte do volume *Lettres du Japon, Peru et Brasil, envoyées au R.P. General de Societé de Iesus*. Paris, chez Thomas Brumen, 1578., reproduzida também na coleção de documentos organizada pelo barão de Studart, *Documentos para a História do Brasil, e especialmente do Ceará*. Fortaleza, Typ. Studart, 1904-1909. 2v.
  - 16 - O *Regimento de Tomé de Souza* encontra-se publicado em DIAS, Carlos Malheiro (dir.) *História da colonização portuguesa no Brasil*. Porto, Litografia Nacional, 1924. v.III. p.345-350.
  - 17 - *Ibidem*. p.349/350.
  - 18 - O *Instrumento dos serviços de Mem de Sá* está transcrito na íntegra em: Documentos relativos a Mem de Sá, Governador Geral do Brasil. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Off. Typ. da Bibl. Nac., 27: (129-218), 1905/6.
  - 19 - Sobre o governo de d. Duarte da Costa, entre os anos de 1553 e 1556, consulte-se VARNHAGEN, op. cit. seção XVII. t.1 v.1
  - 20 - Cf. *Instrumento*. In: *Annaes ... op. cit.* p.133/134.
  - 21 - No que se refere ao estabelecimento da agro-indústria colonial, contamos com o estudo FREIRE, Célia F. A. *A economia européia e a colonização do Brasil, a experiência de Duarte Coelho*. Rio de Janeiro, CFC-IHGB, 1978. Segundo a autora a colonização da capitania de Pernambuco, de Duarte Coelho, poderia ser dividida em três fases: 1) até 1560; 2) 1560-1565; e 3) 1572 a 1578. Se na primeira fase o combate ao indígena e a preocupação com os corsários era uma constante, só durante

a segunda fase se garantiria definitivamente a dominação sobre o território e sua exploração econômica, indo além do cultivo da cana-de-açúcar, introduzindo-se também a pecuária. Quanto à terceira fase, esta corresponderia à penetração maior para o interior nordestino. Evidenciam-se igualmente entradas promovidas pelo governo-geral. Vale lembrar que a experiência da capitania de Pernambuco é a mais bem-sucedida das capitanias hereditárias. De resto, no período de sua afirmação, a capitania vivenciou inúmeros conflitos entre colonos e indígenas, resolvidos pela participação de forças metropolitanas enviadas por determinação da regente d. Catarina.

- 22 – A íntegra desse documento encontra-se em um documento maior intitulado *Trabalhos dos primeiros jesuítas no Brasil*, transcrito da Biblioteca Pública Eborense, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, IHGB, 57, parte I: (211-247) 1894., especificamente, no item 15, nas páginas 232-235.
- 23 – Cf. VARNHAGEN, op. cit. sessão XXI. t.1, v.1
- 24 – Ibidem.
- 25 – Ibid.
- 26 – Cf. ROMANO, Ruggiero. *Mecanismo da conquista colonial*. São Paulo Perspectiva, 1983.: e MAHN-LOT, Marianne. *A conquista da América espanhola*. Campinas, Papirus, 1990.: essas observações podem ser resumidas na afirmação de Pierre Chaunu, quando afirma que “o Estado português contribuiu, pois, para criar o Império português: o Estado castelhano contentou-se com organizar o enorme Império que a Conquista lhe legou.” in: *Conquista e exploração dos novos mundos (século XVI)*. São Paulo, EDUSP – Pioneira, 1984. p. 238.

## 6. A HISTÓRIA DE JOÃO DE BOLÉS OU DE UMA TEMPORADA NO INFERNO

Je est un autre  
(Arthur Rimbaud, *Carta do vidente*, 1871.)

Eu sou trezentos,  
sou trezentos-e-cincoenta  
(Mário de Andrade,  
*Poesias*, 1941.)

No dia de 28 de dezembro de 1560 aportou na baía de Todos os Santos, na cidade de Salvador, uma nau comandada por Estácio de Sá, sobrinho do então governador-geral do Brasil. Curiosamente, a chegada dessa nau foi marcada por um incidente: o bispo de Salvador mandava prender um acompanhante francês da tripulação, de nome João de Cointa, Senhor de Bolés, “por umas culpas (...) as quais culpas lhe vieram de São Vicente onde o dito senhor residira um tempo (...)”. João de Cointa, senhor de Bolés, ou simplesmente João de Bolés, como também consta dos autos, ou ainda, Jean – na forma francesa – pensou em não atender ao chamado do bispo, uma vez que não o conhecia e não o queria conhecer, acrescentando ainda que havia prestado serviços ao rei. De uma forma ou de outra, o francês terminou levado ao cárcere conforme a ordem do bispo. A partir desse momento, João de Bolés estava definitivamente envolvido na rede do Tribunal do Santo Offício lusitano<sup>1</sup>.

João de Cointa era natural de Bolés, lugar de França, pertencente à jurisdição do arcebispado de Saães (sic), segundo consta de seus depoimentos; havia sido batizado e crismado na Igreja Católica Apostólica Romana; tinha viajado por Itália e Espanha; homem letrado, que falava espanhol, era leitor de livros sacros e profanos, conhecedor das obras dos doutores da Igreja. Resume sua vida da seguinte forma: “(...) minha infância e mocidade gastei em letras, passei minha juventude em armas, pelas quais eu nasci (...)”.

O suplicante afirma em seus depoimentos ter sido convocado

pela rainha de França para lhe prestar serviços. Cita, então, que o “almirante” – por certo se refere ao chefe da marinha francesa e líder protestante, Gaspar de Coligny – solicitara a um primo seu que o convencesse a ir ao Rio de Janeiro, onde já há dois anos havia franceses situados. Eis que no ano de 1557 embarcou em uma expedição, contando com uma nau em que seguiam calvinistas – entre os quais, apesar de não citar, sabemos que estava o futuro cronista-viajante Jean de Léry. Segundo o próprio João de Cointa, a missão que lhe havia sido conferida era de pôr em ordem o governo da “República” no Rio de Janeiro, elaborando estatutos e leis, conforme “o tempo e a disposição da terra”. A crônica de Jean de Léry informa ainda que Cointa se teria casado na ocupação da baía de Guanabara com uma das francesas que vieram na mesma expedição de 1557, mas que esta teria falecido.

O fato é que, como o suplicante narra, sua estada na ilha, que os franceses ocupavam desde 1555, não se prolongou por mais de seis meses, alegando que os calvinistas começaram suas pregações, suscitando problemas em relação às regras de organização da vida dos franceses na Guanabara. O ponto máximo das discussões teológicas surgiu em torno do problema da possibilidade de o pão poder ser fermentado ou não e se era permitido colocar água no vinho. A solução seria a consulta por carta a eclesiásticos de França. Na expectativa pela resposta ao problema teológico, João de Cointa e outros homens resolveram se retirar da ilha e ir para o continente, dividindo o grupo de franceses. Nesse instante, é como se a ilha, inicialmente sob o espectro de Malta, se constituisse em síntese do movimento da Reforma religiosa européia, cindindo os franceses entre os do continente e os da ilha, que, por seu turno, eram divididos entre os seguidores dos genebrinos e os do comandante Villegagnon.

Como tardasse a resposta, João de Cointa decidiu se engajar em um ataque à capitania de São Vicente que os tamoios vinham preparando. Ao chegar a São Vicente, o francês, com um criado seu, abandonou as hordas indígenas, indo ao encontro de portugueses. A título de ilustração da dimensão desses embates entre europeus e nativos, é citado, nos autos inquisitoriais, que especificamente esse ataque tamoio reuniu de cinco a seis mil índios.

Com essa deserção, começa a segunda parte da estada do francês na América: passaria a desfrutar da convivência de homens destacados no mundo colonial lusitano, como autoridades, clérigos e senhores de engenho. Viveria assim entre portugueses na capitania de São Vicente, abastecendo-os das informações necessárias acerca do potencial e das condições francesas na baía de Guanabara. Por fim, terminaria por participar da empresa militar portuguesa de 1560, que culminou com a destruição do forte francês, impossibilitando a perpetuação da empresa colonizadora da baía de Guanabara.

Terminado o empreendimento bélico, João de Bolés intencionava retornar à Europa, quando o surpreenderam em Salvador, onde

ficou detido por 3 anos, até ser transferido, no ano de 1563, para o Tribunal da Inquisição de Lisboa, aguardando o resultado das devassas e o registro dos autos. Até aí se desenvolveria o terceiro momento de sua passagem pelo Novo Mundo, estendendo até Lisboa as mesmas condições a que se via submetido e arrastando para a rede inquisitorial dois outros franceses – Guilherme da Porta e Olivier Pinel –, multiplicando os rastros da história de João de Bolés.

No entanto, é preciso citar a figura desencadeadora de todo o processo: o denunciante padre Luís da Grã, cuja petição acusava o suplicante João de Cointa, senhor de Bolés, de culpas heréticas, como acusar a Igreja de Roma de enriquecimento e os santos de falsa santidade; afirmar como mentirosas as bulas papais e as cartas de indulgências; negar a existência do purgatório; rejeitar o celibato aos padres; ler livros de hereges; e mostrar-se favorável aos protestantes. A conclusão da primeira devassa realizada em Santos teria o seguinte resultado:

Visto estes autos e o que por eles mostra, não nos é por obrigatório contra João de Cointa, senhor de Bolés, porque a denúncia do Padre Luís da Grã não obriga, já que se refere ao testemunho de Pero de la Cruz, que antes salva que condena o dito senhor de Bolés e o testemunho de Padre Manuel da Nóbrega não remate dele desculpa, o mesmo Bolés, atribuindo-lhe a ignorâncias suas coisas e o testemunho do irmão José reporta-se ao Padre Grã e Pero de la Cruz, o que tudo não parece coisa importante nem que obrigue pelo que o absoluto e apelo para o senhor bispo. (Segundo Gonçalo Monteiro, vigário e ouvidor eclesiástico das Capitanias de Santos e Santo Amaro.)

Depois de muito ser interrogado na Bahia, onde permaneceu por três anos preso, e passar pelos inquisidores em Lisboa, João de Cointa clamou por misericórdia diversas vezes e realizou seu *mea culpa*, além de afirmar sua fidelidade à Igreja de Roma, sendo somente em 1564 sua sentença oficialmente declarada. Aí começaria a fase mais curta e final dessa temporada de sua vida: seria obrigado a se recolher ao mosteiro de São Domingos em Lisboa, onde permaneceu tido como bom católico pelos clérigos monacais que contribuíram com requerimentos para o afrouxamento de sua penitência, permitindo-lhe sair à cidade e, finalmente, após a estada de alguns poucos meses no mosteiro, concedendo-lhe a liberdade definitiva – segundo consta dos autos.

Três anos de vida em liberdade no Novo Mundo. Quatro anos de prisão e alguns meses de reclusão. Ia-se já o final do ano de 1564...

No desdobramento do processo de João de Bolés, vêem-se surgir depoimentos de figuras conhecidas como Mem de Sá, Estácio de Sá, padre Manuel da Nóbrega, um certo “irmão José” – que sabemos ser o Anchieta – entre outros; da mesma forma figuras menos ilustres, mas características do cotidiano do Novo Mundo: por

exemplo, um carpinteiro, chamado Manuel Tavares, que vivia no engenho de José Adorno; Cristóvão Dinis, morador da cidade de Santos; Jorge Moreira, morador de Santo André; além de estrangeiros, como o castelhano Pero de la Cruz; e o francês, supostamente amigo de João de Cointa, Guilherme da Porta, casado com Maria Marques e moradores de São Paulo, que juntamente com outro francês, chamado Olivier Pinel, foi arrolado na malha inquisitorial, sendo que este último também havia estado junto aos franceses na ilha da baía de Guanabara; adicione-se a estes o criado de João de Cointa, denominado Dinis.

Curiosamente, o que os testemunhos vão revelar é que as personalidades mais destacadas na sociedade colonial demonstravam antes proteger João de Cointa, seja pela atitude de negar as acusações, ou rejeitar a interrogação, seja por justificá-las de alguma maneira, como surge no depoimento dos jesuítas. Por outro lado, os depoimentos das figuras comuns e ligadas ao quotidiano das populações locais afirmaram as culpas do francês. Entre os relatos dignos de anotação está o de Maria Marques, que relata a amizade que aproximou seu marido, Guilherme da Porta, de João de Cointa e a má influência que exercia o senhor de Bolés sobre seu marido, atribuindo ao contato com o francês a alteração de sua personalidade, transformando seu quotidiano, bem como sua relação com a população local. Mais duros ainda em face ao suplicante João de Bolés seriam os relatos dos presos, seus companheiros de cárcere.

Talvez não seja demasiado afirmar que aqueles mais poderosos e que dificilmente seriam envolvidos nos braços da Inquisição podiam se permitir proteger o francês e companheiro de batalha. Ao contrário, os desprestigiados socialmente se viam em uma situação mais delicada. Tratava-se de garantir a si próprios, explicitando o afastamento de atitudes consideradas heréticas e colaborando com a ação inquisitorial, burlando ao mesmo tempo qualquer envolvimento pessoal.

O resultado dessa alquimia de testemunhos é que se produz uma imagem do personagem João de Bolés multifacetada e fragmentada. De um lado é caracterizado como colaborador da Coroa portuguesa; a isso se associa a noção de guerreiro; de outro lado, como conhecedor dos doutores da Igreja; em oposição, é distinguido pela ignorância; ainda é associado a atitudes protestantes e, como ao final se revela, de bom católico.

Todavia, não apenas a multiplicidade e a fragmentação caracterizam as imagens produzidas acerca da pessoa de João de Bolés. Em realidade, essas imagens são todas perspectivadas, por meio de contatos distintos. Há testemunhos que afirmam ter visto algum ato, outros ouviram o réu falar. Entre esses últimos há os que ouviram pessoalmente as idéias do francês, enquanto há outros que tiveram informação de segunda mão – como o próprio denunciante, padre Luís da Grã – ou até de terceira – como o caso de Liador Abanos – citan-

do sempre outros como intermediários na notificação, alargando o espectro de testemunhos da devassa e acrescentando peças à figura do suposto herege. O próprio João de Cointa, a certa altura, diz ter sempre falado sobre as idéias dos protestantes, mas que não eram as suas, transferindo a marca da heresia de si mesmo para os franceses sitiados na baía de Guanabara. Um exemplo limite da perspectiva produzida acerca da figura do senhor de Bolés e que ilustra a intermediação das informações é o trecho do depoimento de João Vaz que segue da seguinte maneira:

(...) estando ele testemunha (João Vaz) na cadeia, fora Pedro de Graça da Vila, e o senhor de Bolés, lhe perguntaram que dissera ao senhor bispo, quando o mandara chamar e que o dito Pedro lhe dissera que ele dissera a sua senhoria como ouvira dizer ao dito senhor de Bolés que (...).

A devassa inquisitorial aparece, assim, como uma rede produtora de imagens fragmentadas e perspectivadas. Contudo, a reunir todas as imagens que se produzem de João de Bolés está a religião. Esta, enquanto enunciado constante, organiza as argumentações e dá sentido ao vocabulário e ao verbo. O processo de João de Bolés resulta de uma construção datada historicamente que nos conduz ao século XVI – o tempo das Grandes Navegações, do Renascimento, da Reforma e da Contra-Reforma.

A história de vida desse francês, que caiu na rede da Inquisição portuguesa, nos remete a empresa colonizadora francesa na baía de Guanabara da qual participou.

Sinteticamente, podemos afirmar que a atuação portuguesa na área da baía de Guanabara, diante da presença francesa, terminou por impor a dominação colonial lusitana na área. Com efeito, pode-se afirmar que o domínio português na capitania do Rio de Janeiro se instalou com objetivos geopolíticos, procurando impor a exclusividade dos mares, expressa pelo Tratado de Tordesilhas. O fato é que a ação do *corso* francês prescindia da ocupação permanente e se estruturava, sobretudo, a partir de sua articulação com as populações nativas. Não sem razão, impor o monopólio dos mares e da prática do escambo exigiu que no Rio de Janeiro a ação portuguesa não se limitasse à destruição do forte francês na baía de Guanabara, mas, sim, o desencadear de um processo conquistador de submetimento dos grupos indígenas, que garantiam a atuação mercantil dos armadores normandos e bretões.

O advento da empresa colonizadora francesa se definiu como uma atividade de *corso*, mesmo que dissolvida no decorrer dos acontecimentos, consubstanciando o estabelecimento de uma *feitoria* francesa em território americano, articulada sob o *regime de escambo* e, portanto, exigindo a integração das populações nativas ao projeto europeu. Tal empreendimento se desenvolveu até 1560,

quando se deu a reação de forças portuguesas comandadas por Mem de Sá. A partir daí, uma vez derrotado o projeto francês de *feitoria*, a atitude de *corsários* se perpetuou na sua forma tradicional, efêmera e sustentada na ação de *intérpretes*. Restavam, entretanto, ainda, as forças indígenas que recusavam submeter-se à dominação lusitana. Tendo essa situação como pano de fundo, desenrolou-se a ação conquistadora portuguesa na região da capitania do Rio de Janeiro, sob o comando de Estácio de Sá, depois de 1565. As atividades que se seguiram foram agilizadas, ainda, pela contribuição dos jesuítas à divisão das forças indígenas e seu enfraquecimento face à ameaça militar estrangeira, o que se viabilizou por meio da barganha, em que se coloca como contrapartida a garantia da autonomia de várias tribos de tamoiós. A afirmação do domínio português consolidou-se com a fundação definitiva da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1567, e o estabelecimento das aldeias temiminós nos seus arredores.

Curiosamente, no entanto, esse processo a que nos referimos não se desenvolveu em torno de posturas militares. Ao contrário: o enunciado fundamental apresentado pela documentação é a *pacificação*. Evidentemente, estava-se nos anos 60 do século XVI, momento em que já se produzira a crítica e a denúncia do caráter violento e destruidor do processo de conquista na América espanhola.

A documentação referente ao caso do processo de afirmação do domínio colonial português no Rio de Janeiro apresenta não só a completa dissociação com a noção de *conquista*, como busca insistentemente associações de caráter religioso. Exemplo máximo disso são as narrações do ataque vitorioso sobre a fortaleza francesa em 1560, que apontam como fator decisivo a ação divina, já que a retirada dos inimigos se deu no momento em que os portugueses estavam esgotando seu potencial de agressão militar e veio a lembrança de São Sebastião para batizar a cidade. *Grosso modo*, é como se o processo de dominação, além de ser *pacificador* e não agressor, ainda fosse conduzido e impulsionado pela atuação divina, isentando de responsabilidade a ação humana.

Ao menos no caso da presença européia no Rio de Janeiro e na história de João de Bolés, a religião é como que o eixo de todos os acontecimentos. Em um paralelismo paradoxal, a história dessa figura humana reúne franceses e portugueses, para além da prática do escambo, sob o mesmo emblema: a religião. A vinda dos franceses, claramente associada à postura política de defesa da liberdade dos mares e da exploração colonial, é, desde o seu início, permeada de signos religiosos, seja pela figura de seu comandante e idealizador, Villegagnon, um cavaleiro da Ordem de Malta, ou de seus incentivadores, o cardeal de Lorena e o almirante Gaspar de Coligny, líder huguenote, ou, ainda, sob a pena de seus cronistas, o franciscano Thevet e o calvinista Léry. O empreendimento foi, assim, sendo informado pela religião, até, finalmente, redirecioná-lo e cindi-lo em

três grupos, o que fez João de Cointa se aliar aos portugueses. Da mesma forma, o francês terminou sendo alijado pelos lusitanos, por outras razões, mas, ainda assim, de fundamento religioso, enquanto o comandante Villegagnon, de retorno à França e na mesma época, era rejeitado por todas as tendências religiosas<sup>2</sup>. Uniam-se paradigmaticamente franceses e portugueses, no que se refere à instalação de grupos humanos em terras coloniais. A passagem pela América desse francês, Senhor de Bolés, nos serve assim como ilustração de um evento – a dominação colonial portuguesa – e concomitantemente de um tempo, em que como diria Lucien Febvre, “a Igreja se imiscui em tudo, ou, mais precisamente, achava-se imiscuída em tudo”<sup>3</sup>.

Todavia, como procuramos caracterizar, também o reconhecimento geográfico das novas terras, a afirmação militar e, de maneira geral, a política do domínio colonial português se combinou com a produção de um ideal de motivação divina. Af se revela o outro lado da história de João de Bolés, em que este deixa de se constituir em sujeito humano real, para tornar-se, sob a rede inquisitorial, uma unidade humana figurativa, múltipla, fragmentada e perspectivada. Sua aliança com os portugueses o submeteu às condições da dominação colonial lusitana na América, conduzindo-o ao menos por uma temporada a uma peregrinação pelo calvário.

Não se trata de enfatizar a associação entre aparato inquisitorial e *conservação* das estruturas sociais vigentes<sup>4</sup>. Trata-se muito mais de identificar ação inquisitorial e mais alargadamente atuação institucional eclesiástica e religiosidade com o lançamento das bases da dominação colonial portuguesa na América. Se tal postura remete sempre ao exemplo da missão catequizadora jesuítica, o caso da *França Antártica* e de João de Bolés alarga o espectro da reflexão acerca da construção de novas estruturas sociais na América. No lançamento de suas bases, desde o princípio da ação colonizadora, a religião serviu como um de seus pilares, instituindo e confundindo-se com as sociedades coloniais.

#### NOTAS:

- 1 – A íntegra do processo de João de Bolés foi transcrita e publicada nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXV de 1904. p.215-308.; sobre a trajetória do francês preso pela Inquisição há indicações na crônica de Jean de Léry e uma carta de José de Anchieta, dirigida ao Padre Geral, de São Vicente, a 1 de junho de 1560, incluída na sua coletânea de cartas, além do *Instrumento de Mem de Sá*; como obra de referência, para reconhecer as biografias dos personagens envolvidos, é de muita

utilidade a obra de BELCHIOR, Elycio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Livr. Brasileira Edit, 1965. (Col. Vieira Fazenda - 1).

- 2 - Cf. HEULHARD, Arthur. *Villegagnon, roi d'Amérique*. Paris, Ernest Leroux, 1897.
- 3 - Cf. FEBVRE, Lucien. O problema da descrença no século XVI. In: *Febvre: coletânea*, organizada por Carlos Guilherme Mota. São Paulo, Ática, 1978. p.49. (Col. Grandes Cientistas Sociais - 2).
- 4 - Limito-me a citar como referência para a problemática da Inquisição no Brasil colonial a obra clássica de NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia*. São Paulo, Perspectiva-E-DUSP, 1972. (Estudos - 9).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. FONTES

#### 1.1. Obras de referência

ADONIAS, Isa. *Catálogo de plantas e mapas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Min. Rel. Exter. / Div. Doc. / Mapoteca, 1965.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Livr. Brasiliana Edit., 1965. (col. Vieira Fazenda - 1).

RAEDERS, Georges. *Bibliographie franco-bresilienne*. Rio de Janeiro, INL, 1960.

#### 1.2. Obras históricas

GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au XVI<sup>ème</sup> siècle*. Paris, Maisonneuve, 1878.

HEULHARD, Arthur. *Villegaignon, roi d'Amérique, un homme de mer au XVI<sup>ème</sup> siècle (1510-1572)*. Paris, Ernest Leroux, 1897.

SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*. London, Longman, 1810-1819. 3v. (tradução brasileira: *História do Brasil*. Belo Horizonte - São Paulo, Itatiaia - EDUSP, 1981. 2v.)

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro. *História Geral do Brasil*. 10. ed. Belo Horizonte - São Paulo, Itatiaia - EDUSP, 1981. 3v.

### 1.3. Fontes impressas

#### 1.3.1. Cartas

- ANCHIETA, José de. *Informações, fragmentos históricos e sermões*. São Paulo – Belo Horizonte, EDUSP – Itatiaia, 1988. (Cartas Jesuísticas – 3).
- ANCHIETA, Padre Joseph. *De Gestis Mendi de Saa; poema epicum*. São Paulo, s. ed., 1977.
- BARRE, Nicolas. Lettres de N. Barré. In: GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil français au XVI<sup>ème</sup> siècle*. Paris, Maisonneuve, 1878.
- DOCUMENTOS relativos a Mem de Sá, Governador Geral do Brasil. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Off. Typ. da Bibl. Nac., 27:(127-280), 1905. (Inclui-se o Instrumento dos Serviços Prestados de Mem de Sá).
- LETTRES du Japon, Peru et Bresil: envoyées au R.P. General de Societé de Jesus. Paris, chez Thomas Brumen, 1578. (Incluída carta do Pe. Luiz Fonseca, data de 17 de dezembro de 1576, constando relato de acontecimentos em Cabo Frio).
- NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil (1549-1560)*. São Paulo – Belo Horizonte, EDUSP – Itatiaia, 1988. (Col. Cartas Jesuísticas – I).
- STUDART, Barão de. *Documentos para servir à História do Brasil*, Fortaleza, Typ. Studart, 1904-1909. 2v. (incluída carta do Pe. Luiz Fonseca, datada de 1576, sobre missão em Cabo Frio – mesma da obra *Lettres du Japon, Peru et Bresil* citada acima)
- VILLEGAGNON, Nicolas Durand de. Lettres de Villegagnon. In: GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil français au XVI<sup>ème</sup> siècle*. Paris, Maisonneuve, 1878.

#### 1.3.2. Cronistas

- CRESPIN, Jean. *Histoire des martyrs, persecutez et mis à mort pour la vérité de l'evangile depuis le temps des apóstres*. Genève, s. ed., 1597.
- LA POPELINIERE, Seigneur, Lancelot Voisin. *Les trois mondes*. Paris, Al'Olivier de Pierre l'Huillier, 1582.

- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte – São Paulo, Itatiaia – EDUSP, 1980.
- LESCARBOT, Marc. *Histoire de la Nouvelle France*. Paris, Jean Millot, 1609.
- SALVADOR, frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo – Belo Horizonte, EDUSP – Itatiaia, 1982.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo – Brasília, Cia. Edit. Nac. – MinC/INL, 1987.
- STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. São Paulo – Belo Horizonte, EDUSP – Itatiaia, 1974.
- THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte – São Paulo, Itatiaia – EDUSP, 1978.
- . *Les Français en Amérique; choix de textes et mots par Suzanne Lussagnet, introduction par Ch.-A. Julien*. Paris, P. U. F., 1953. (Pays d'autre mer – deuxième série: les classiques de la colonization – 2). (Contém extratos de *La Cosmographie Universelle; Histoire de deux voyages e Le grand insulaire*).

### 1.2.3. Cartografia

- BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Reprodução de documentos cartográficos da cidade do Rio de Janeiro; série século XVI*. s.n.t.
- FERREZ, Gilberto. *O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto*. Rio de Janeiro, SDMG, 1972. 2v.

### 1.2.4. Diversos

- PROCESSO de João Bolés e justificação requerida pelo mesmo. In: *Annais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, 25:215-308, 1904.
- RAMUZIO, M. Gio. Battista. *Delle navigationi et viaggi*. Venetia, Giunti, 1565.
- REGIMENTO de Tomé de Souza (17 de dezembro de 1548). In: DIAS, Carlos Malheiro (dir.). *História da colonização portuguesa no Brasil*. Porto Litografia Nacional, 1924. vol. III. p. 345-50.

- SERRÃO, Joaquim Verfssismo (org.). *O Rio de Janeiro no século XVI; documentos de arquivos portugueses*. Lisboa, Edição da Comissão Nacional de Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965. 2v.
- TRABALHOS dos primeiros jesuítas no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, IHGB, 57:213-247, 1894. (Esse texto, transcrito da Biblioteca Pública Eborense, contém a íntegra do documento sobre a redução de indígenas assinado pelos governadores-gerais Antônio Salema e Luís de Brito, em 1574.)

### 1.3. Manuscritos

- VILLEGAGNON, Nicolas Durand de. Carta ao Duque de Guise, datada de 30 de novembro de 1557. Rio de Janeiro, Museu Naval e Oceanográfico.

## 2. LIVROS

- ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Belo Horizonte – São Paulo, Itatiaia – EDUSP, 1988.
- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena história da formação social brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de & SILVA, José Luiz Werneck da. O período pré-colonizador no Brasil; sugestões para a sua análise. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 287:217-233, 1979.
- ARNOLD, David. *A época dos descobrimentos, 1400-1600*. Lisboa, Gradiva, s.d.
- BERNARDES, Lysia M.C. Função defensiva do Rio de Janeiro e seu sítio original. In: BERNARDES, Lysia M.C. & SOARES, Maria Therezinha de Segadas. *Rio de Janeiro: cidade e região*. 2. ed. Rio de Janeiro, Secr. Mun. Cult./DGDI, 1990. p. 15-20. (Biblioteca Carioca – 3).
- BITTENCOURT, José Neves. Espelho da “nossa” história: imaginário, pintura histórica e reprodução no século XIX brasileiro. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 87:58-78, 1986.

- BOXER, Charles Ralph. *Império colonial português*. Lisboa, Edições 70, 1981.
- BURNAND, Robert. *La cour des Valois*. Paris, Hachette, 1947.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.
- CAMPOFIORITO, Quirino. *História da pintura brasileira no século XIX*. Rio de Janeiro, Pinakotheke, 1983.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981. 2v.
- CANDIDO, Antonio Zeferino. *Brazil*. Rio de Janeiro, Impr. Nac., 1899.
- . *Navegação e conquistas*. Rio de Janeiro, Typ. Federal, 1900.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secr. Mun. Cultura/DGDI, 1988. (Biblioteca Carioca - 6).
- CARVALHO, Laerte Ramos de. A educação missionária e seus métodos. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1981. v.1. p.138-144.
- CARVALHO, M. E. Gomes de. *D. João III e os franceses*. Lisboa, Clássica, 1909.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1982.
- CHAUNU, Pierre. *Conquista e exploração dos Novos Mundos (século XVI)*. São Paulo, Pioneira - EDUSP, 1984.
- CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas. In: *Guerra, religião e poder*. Lisboa, Edições 70, 1980.
- . *A sociedade contra o estado*. 2. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.
- COLOMBO, Cristóvão. *Diários da descoberta da América*. 2. ed. Porto Alegre, L&PM, 1984.
- CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Paris - Lisboa, Aillaud e Bertrand, 1922.
- . *Introdução à história das bandeiras*. Lisboa, Portugalíia, 1964. 2v.
- DESCHAMPS, Hubert. *Pirates et flibustiers*. Paris, P.U.F., 1952.
- DIAS, Carlos A. O indígena e o invasor; a confrontação dos povos indígenas do Brasil com o invasor europeu nos séculos XVI e XVII. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, 28:201-225, 1981.
- DIAS, Carlos Malheiro (dir.). *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto, Litografia Nacional, 1923. 3v.
- DIAS, Maria Odila Leite Silva. *O fardo do homem branco: Southey historiador do Brasil*. São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1974.
- D'INCAO, Maria Angela (org.). *O saber militante, ensaios sobre*

- Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro – São Paulo, Paz e Terra – UNESP, 1987.
- DOMINGUES, Heloisa M.B. Os intelectuais e o poder na construção da memória nacional. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 87:43-57, out-dez/1986.
- FEBVRE, Lucien. O problema da descrença no século XVI. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Febvre*. São Paulo, Ática, 1978. (Col. Grandes Cientistas Sociais – 2).
- FERNANDES, Florestan. Antecedentes indígenas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1981. v. 1. p.72-86.
- . A função social da guerra na sociedade tupinambá. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, N. S., VI:7-425, 1952.
- . *Organização social dos Tupinambá*. 2. ed. São Paulo, DIFEL, 1963.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira. *O corso e a pirataria*. Lisboa, Impr. Nac. – Casa da Moeda, 1985.
- . *Portugal e a origem da liberdade dos mares*. Lisboa, Impr. Nac. – Casa da Moeda, 1988.
- FERREZ, Gilberto. *O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto*. Rio de Janeiro, SDGM, 1972, 2v.
- FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937.
- FONSECA, Célia Freire A. *A economia européia e a colonização do Brasil (a experiência de Duarte Coelho)*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura – IHGB, 1978.
- FONTES, Ofélia & Narbal. *Um reino sem mulheres (biografia de Villegaignon)*. Rio de Janeiro, Reper, 1967.
- GARCIA, Rodolfo. O Brasil na cartografia do descobrimento. *Cultura*. Rio de Janeiro, MEC – Serv. Doc., ano IV, 6:163-181, dez./1954.
- GUERIN, León. *Les navigateurs français*. Paris, Belin-Leprieur et Morizer, 1847.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. *Geschichtsschreibung und Nation in Brasilien, 1838-1857*. Tese de Doutorado. Berlin, Freie Universitaet, jan./1987.
- . Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1:5-27, 1988.
- HEMMING, John. *Red Gold, the conquest of the Brazilian Indians*. London, Macmillan, 1978.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de & PANTALEÃO, Olga. Franceses, holandeses e ingleses no Brasil quinhentista. In: HOLANDA Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1981. v.1 p.147-175.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Razes do Brasil*. 20. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1988.

- . *Visão do paraíso: motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 4. ed. São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1985.
- JAPIASSU, Hilton. *Nascimento e morte das ciências humanas*. 2. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.
- JASPERS, Karl. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo, Cultrix, s.d.
- JULIEN Ch.-André. *Les voyages de découvertes et les premiers établissements (XVe.-XVIe. siècle)*. Paris, P.U.F., 1948.
- KONETZKE, Richard. Ueberseeische Entdeckungen und Eroberung. In: MANN, Golo & NITSCHKE, August (her.). *Weltkulturen, Renaissance in Europa*. Berlin – Frankfurt a. M., Propylaen Verlag. 1986. p.535-634. (Propylaen Weltgeschichte – 6).
- LA RONCIERE, Charles de. *Histoire de la marine française*. Paris, Libr. Pilon, 1909-1932. 6v.
- LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução à história do Brasil*. São Paulo, Cia. Edit. Nac. – EDUSP, 1973.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *História e historiografia, Brasil pós-64*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- LEROY-BEAULIEU, Paul. *De la colonization chez les peuples modernes*. 3. ed. Paris, Guillaumin, et Cie., 1886.
- LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- LISBOA, Balthasar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Paris, Segnot-Planchet, 1834.
- LUNA, Luis. *Resistência do Índio à dominação do Brasil*. Rio de Janeiro, Leitura, 1965.
- LUTZ, Heinrich. Der politische und religioese Aufbruch Europas im 16. Jahrhundert. In: MANN, Golo & NITSCHKE, August. *Von der Reformation zur Revolution*. Berlin-Frankfurt a.M., Propylaen Verlag, 1986. p.25-132. (Propylaen Weltgeschichte – 7).
- MAGALHÃES, José Domingos Gonçalves de. *Confederação dos tamoyos*. Rio de Janeiro, Emp. Typ. Dous de Dezembro, 1857.
- MAHN-LOT, Marianne. *A conquista da América espanhola*. Campinas, Papirus, 1990.
- MARGRY, Pierre. *Les navigations françaises; et la révolution maritime du XVe. au XVIe. siècle*. Paris, Libr. Tross, 1867.
- MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão*. São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1980. (Col. Brasileira – 225.)
- MAURO, Frédéric. *A expansão européia (1600-1870)*. São Paulo, Pioneira – EDUSP, 1980.
- MELLO, Astorgildo Rodrigues de. O comércio europeu no século XV e XVI e o florescimento de Espanha e Portugal. *Estudos ibero-atlânticos*. São Paulo, USP, 1940. p.97-171.
- MIREPOIX, Duc de Lévis de. *La France de la Renaissance*. Paris, Libr. Arthème Fayard, 1947.

- MONTAIGNE, Michel E. de. *Ensaio*. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).
- MORA, José Ferrater. Etapas da filosofia de Ortega y Gasset. In: *Origem e epítio da filosofia*. Rio de Janeiro, Livro Ibero-americano, 1963.
- MOREIRA NETO, Carlos d'Araújo. *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. Tese de Doutorado, Rio Claro (SP), 1971.
- NEVES, Lufs Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios; colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.
- NOVAIS, Fernando. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 14. ed. São Paulo, DIFEL, 1984. p.47-63.
- NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia*. São Paulo, Perspectiva - EDUSP, 1972. (Estudos - 9).
- OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1961.
- NUNES, Manuel Dias. Expansão européia e descobrimento do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 14. ed. São Paulo, DIFEL, 1984. p.15-46.
- PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia*. 2. ed. Rio de Janeiro, Saga, 1969.
- PEIRANO, Mariza G.S. A antropologia esquecida de Florestan Fernandes: os Tupinambá. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 32:15-47, 1984.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e existência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- PITA, Rocha. *História da América portuguesa*. São Paulo, Belo Horizonte, EDUSP - Itatiaia, 1976.
- POMBO, Rocha. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, J. Fonseca Saraiva, 1905.
- RIBEIRO, Berta. *O Índio na história do Brasil*. 5. ed. São Paulo, Global, 1983.
- RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização*. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 1988.
- . *Os Índios e a civilização*. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1982.
- RODRIGUES, José Honório. *Historiografia conservadora*. São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1988.
- . *A pesquisa histórica no Brasil*. 4. ed. São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1982.
- ROMANO, Ruggiero. *Mecanismos da conquista colonial*. São Paulo, Perspectiva, 1983.
- ROUANET, Sergio Paulo. *A razão cativa*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- SAHLINS, Marshall. A primeira sociedade de afluência. In: CARVALHO, E. A. (org.). *Antropologia econômica*. São Paulo,

- Ciências Humanas, 1978. p.7-44.
- SALUMUN, Kurt. *Karl Jaspers*. Muenchen, Beck, 1985.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória, história, nação: propondo questões. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 87:5-13, out.-dez. 1986.
- SERRÃO, Joaquim Verffssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI, estudo histórico*. Lisboa, Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1961. v.1.
- . .A invenção do Brasil: um problema nacional? Separata da *Revista de História* n. 118. São Paulo, 1985.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- SOUZA, Bernardino J. *O pau-brasil na história nacional*. São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1939.
- TAPAJÓS, Vicente. *História do Brasil*. São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1948.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América; a questão do outro*. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1978.
- VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo, cartas de viagens e descobertas*. 2. ed. Porto Alegre, L&PM, 1987.
- VELHO, B. T. de Moraes Leite. *Estudos históricos das relações diplomáticas e políticas entre França e Portugal*. Lisboa, Typ. da Cia. Nac., 1895.
- VIANNA, Helio. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Melhoramentos, 1967.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial; la agricultura capitalista y los orígenes de la economía mundo europea en el siglo XVI*. México, Siglo XXI, 1979.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Gravura incluída na obra de Jean de Léry, *Viagem à terra do Brasil*. p.28
2. *O último tamoio*, quadro de Rodolfo Amoedo. 1883. Acervo do MNBA (Museu Nacional de Belas Artes). p.37
3. Mapa incluído na obra de Jean de Léry, *Viagem à terra do Brasil*. 2. ed., 1580. *Carta factícia*. p.63
4. Mapa incluído na obra de André Thevet, *Le Grand Insulaire*, guardada na Biblioteca Nacional de Paris. Reproduzido em *Les français en Amérique*, coletânea de escritos de André Thevet, organizada por Ch.-André Julien. Paris, P.U.F., 1953. p.64
5. Ilustração incluída na obra de André Thevet, *Les vrais pourtraicts ...*. Paris, Guillaume Chaudière, 1584, reproduzida em *Les français en Amérique*, 1953. p.66
6. Gravura anônima, baseada em desenho de André Thevet, de 1556, guardada na coleção de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Paris, reproduzida na obra de Gilberto Ferrez, *O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto*. Rio de Janeiro, SDGM, 1972. Prancha 1. v. 2. p.69
7. Gravura incluída na obra de André Thevet, *La cosmographie universelle*, reproduzida na coletânea *Les français en Amérique*, 1953. p.77
8. Mapa da baía do Rio de Janeiro e a cidade de São Sebastião. Códice quinhentista da Biblioteca da Ajuda (final do século XVI), reproduzido na *História da colonização portuguesa do Brasil*, dirigida por Carlos Malheiro Dias, 1924, t. I, p. 230. p.85
9. Globo de Marini, de 1512, original existente na Mapoteca do Itamarati, no Rio de Janeiro, reproduzido por Rodolfo Garcia em seu ensaio *O Brasil na cartografia do descobrimento*. p.94
10. Detalhe da gravura incluída na obra de Giovanni Battista Ramuzio, *Delle navigationi et viaggi*. Venetia, Giunti, 1565. v. 3. p.95
11. Mapa do Brasil incluído no Atlas Milles (1519), de P. Reinel, reproduzido na coleção organizada por E. C. Barreiros, *Reprodução de documentos cartográficos da cidade do Rio de Janeiro*, localizada na Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional. p.96
12. Mapa de Vau de Claye, reproduzido da mesma coletânea de documentos organizada por E. C. Barreiros. 1578 ou 79. p.103

## APÊNDICE

CARTA de Villegagnon ao duque de Guise, datada de 30 de novembro de 1557 (acervo do Museu Naval e Oceanográfico, Rio de Janeiro).

A monseigneur  
Monseigneur le Duc de Guyse  
Per de France.

*Monseigneur, Dieu par sa grace a tellement favorizé nos affaires que // j'ay achevé ma forteresse et mise un tel estat que le n'en pense avoir veu // une aultre si ayse a garder: par ce moyen i'ay peu mectre en terre // soixante personnes en un fort de boys que j'ay faict a la veue de mon chasteau // a la portee de mon artyllerie ou ilz font dilligence de planter et semmer // pour vivre de leurs labeurs: j'ay recouvert une quarantaine d'esclaves // d'un villaige de noz ennemys que i'ay deffaict: j'ay envoyé revisiter toutes // nos frontyeres despuys le partement de noz navyres et tenter la // volonté des amys de noz voysins: j'en ay eu fort bonne responce: ilz m'ont promis de se rebeller et les chasser quand je voudray: noz saulvaiges font une armée de plus de troys mil hommes pour aller vanger le dommaige qu'ilceux noz voysins nos feirent l'an passé: J'ay envoyé un // navyre fort bien en ordre costoyer tout notre pays jusques a trante six // degrez approchant de notre pol ou j'ay nouvelle que les Castillans viennent // par terre du Perou chercher des metauls: J'espere vous en mandez dez nouvelles par le premier de nos navyres: Je vous sup-  
plye monseigneur // m'estre intercesseur envers le Roy affïn qu'il ne m'abandonne mais qu'il // luy plaise me secourrir de quelque argent pour ayder a ramener mez // navyres et j'espere satisfaire a son intention de sorte que ne tiendra le // secours que luy aura pleu de me faire pour mal employé. Je suppye le // Creatuer monseigneur vous donner en trez heureuse et longue vie l'accomplissement // de voz nobles desirs. De notre forteresse de Coulogny en la France // Antartique le dernier iour de Novembre de 1557.//*

*Votre trshumble et//  
tres obeissant serviteur//*

**Villegaignon**

## TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO

A Monsenhor  
Monsenhor Duque de Guise  
Par de França.

*Monsenhor, Deus, por sua graça, favoreceu tanto nossos trabalhos que terminei minha fortaleza, e a pus num estado tal que não penso ter visto uma outra tão fácil de guardar. Desse modo, posso colocar em terra sessenta pessoas em um forte de madeira que fiz à vista de meu castelo, ao alcance de minha artilharia, onde eles se empenham em plantar e semear para viver de sua colheita. Recolhi uma quarentena de escravos de uma aldeia de nossos inimigos que venci. Mandeí rever todas as nossas fronteiras, desde a partida de nossos navios, e mandei saber o que desejam fazer os amigos de nossos vizinhos. Tive muito boa resposta. Eles me prometeram rebelarem-se e expulsá-los quando eu desejar. Nossos selvagens formam um exército de mais de três mil homens para ir vingar o prejuízo que aqueles nossos vizinhos nos causaram no ano passado. Enviei um navio muito bem preparado para costear todo nosso país até 36 graus, aproximando de nosso pólo, onde soube que os castelhanos vêm por terra, do Peru, procurar metais. Espero enviar-vos notícias pelo primeiro de nossos navios. Eu vos suplico, Monsenhor, interceder por mim junto ao rei, a fim de que ele não me abandone, mas que lhe seja agradável vir em meu socorro, com algum dinheiro, para ajudar a trazer de volta meus navios, e espero não decepcioná-lo de maneira que ele não se arrepende de me ter ajudado.*

*Suplico ao Criador, Monsenhor, dar-vos, em uma muito feliz e longa vida, a realização de vossos nobres desejos. De nossa fortaleza de Coligny, na França Antártica, no último dia de novembro de 1557.*

*Vosso muito humilde  
e muito obediente servidor*

**Villegagnon**

## COLEÇÃO BIBLIOTECA CARIOCA

Editada pelo Departamento Geral de Documentação  
e Informação Cultural da SMCT.

### Série História

*A era das demolições / Habitações populares*, de Oswaldo Porto Rocha e Lia de Aquino Carvalho

*História da cidade do Rio de Janeiro*, de Delgado de Carvalho Pereira Passos, *um Haussmann tropical*, de Jaime Larry Benchimol

*Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*, de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão

### Série Geografia

*Rio de Janeiro: cidade e região*, de Lysia Bernardes e Maria Therezinha de Segadas Soares

### Série Literatura

*A alma encantadora das ruas*, de João Rio

*O Garatuja*, de José de Alencar

*As mulheres de mantilha*, de Joaquim Manuel de Macedo

*Diário do hospício/O cemitério dos vivos*, de Lima Barreto

*Desabrigo*, de Antônio Fraga

*A mulher e os espelhos*, de João do Rio

*Mistérios do Rio*, de Benjamim Costallat

*Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha

### **Série Documentos**

*Um Rio em 68*, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural

### **Série Instrumentos de Pesquisa**

*Aforamentos: inventário sumário*, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

### **Série Arquitetura e Urbanismo**

*Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*, de Evelyn Furquim Werneck Lima

### **Série Ensaios**

*O mundo de Machado de Assis* (O Rio de Janeiro na obra de Machado de Assis), de Miécio Táti

### **Série Temas Brasileiros**

*Morte da memória nacional*, de Franklin de Oliveira (em co-edição com Fundação Rio/RIOARTE e Topbooks)



PRODUÇÕES  
GRÁFICAS E  
PUBLICIDADE  
LTDA.

Rua Senador Dantas, 117, sala 1743, Rio - RJ  
Tels.: 533-0037 - 240-1530

Com esta publicação, a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, através da Divisão de Editoração do Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, dá prosseguimento à coleção BIBLIOTECA CARIOCA, inteiramente voltada para questões concernentes à cidade. A BIBLIOTECA CARIOCA constitui um painel multidisciplinar de estudos, pesquisas e obras de ficção – desdobrados em séries tais como História, Geografia, Literatura, Ensaio, Arquitetura e Urbanismo, Instrumentos de Pesquisa – nos quais ressalta, como personagem ou paisagem, a cidade do Rio de Janeiro, num resgate de preciosos registros, agora acessíveis a um público sempre crescente.

**RIO** Prefeitura  
da Cidade

Secretaria Municipal de  
Cultura, Turismo e Esportes

1-22-5

ISB